Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria e Serviços
Ano CV
Edição Digital nº 10196 | 75 páginas
Curitiba, Quinta-feira, 24 de Maio de 2018

Sumário

Secretarias e Órgãos 02
Autarquias 11
Sociedades de Economia Mista 24
Ministério Público do Estado 27
Federal 28
Conselhos 28
Municipalidades 30
Entidades Municipais 48
Particulares 49

www.imprensaoficial.pr.gov.br

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria e Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas. Os Administradores da **CONASA INFRAESTRUTURA S.A.("CONASA")** apresentam as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2017, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente. Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes. As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CONASA é uma holding de participações em infraestrutura, com atuação em saneamento, energia e rodovias. A evolução dos resultados financeiros e operacionais da Companhia nos últimos anose as significativas mudanças nos cenários macroeconômico e concorrencial levaram à ampliação da estratégia de negócios, passando a CONASA a atuar em todas as áreas de infraestrutura. Como parte da estratégia de atuar em outros setores de infraestrutura, no início do exercício de 2018, a CONASA, como líder do Consórcio Via Brasil, , arrematou a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso, envolvendo os trechos de 111,9 km da rodovia MT-100, em Alto Araguaia (Lote 1), e de 188,2 Km da rodovia MT-320/MT-208, em Alta Floresta (Lote 2). A concessão dos 300,1 km de rodovias será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Governo de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R$ 16 milhões. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R$ 351 milhões (Lote 1) e R$ 515 milhões (Lote 2). **Principais destaques:** A Companhia Águas de Itapema concluiu o processo de reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão ao final de 2015,firmando o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, repactuando investimentos e as tarifas. Com o reequilíbrio, a receita bruta da controlada, excluída a receita de construção, passou de R$ 35.489em 2015 para R$ 47.994 em 2016 e R$49.004 em 2017. Até o final da concessão, nosistema de abastecimento de água serão investidos R$ 149.909, e no de esgotamento sanitário os investimentos irão somar R$ 353.931, em linha com o que determina o Plano Municipal de Saneamento Básico aprovado no ano de 2014. Em 2016 e 2017, com um investimento de R$ 31.368 a Águas de Itapema ampliou a rede de esgoto em 18km, ampliando a cobertura de esgoto para 74,2%. O BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento o Extremo Sul financiou parte das obras, atuando como repassador do BNDES, no montante de R$ 13.200. A Águas de Itapema também executou a ampliação do sistema de água,com a implantação de um reservatório de 4.000.000 de litros e estação de tratamento de água com capacidade de produção de 7.500 litros por minuto. Em 2017, a CONASA ingressou na ASB – Ativos Saneamento do Brasil, controladora da Sanema – Saneamento Ambiental. A Sanema detém contrato de locação de ativos com a CASAL e está instalando o sistema de coleta e tratamento de esgoto de duas bacias de Maceió-AL. A capital conta com índice de tratamento baixo, cerca de 34%, e a Sanema investirá cerca de R$ 171 milhões para ampliação desse índice. Serão construídas 300 km de rede de esgoto e ligações domiciliares e uma Estação de Tratamento de Esgoto com capacidade de 238 litros por segundo. No segmento de iluminação pública, a CaraguaLuz, detentora da PPP de iluminação pública de Caraguatatuba - SP, instalou cerca de 9.000 luminárias LED e completará a totalidade do município nessa tecnologia até o exercício de 2018. Será a primeira cidade com 100% das luminárias públicas em LED do Brasil. A MauaLuz, detentora da PPP de iluminação pública de Mauá-SP, iniciou a prestação de serviços em dezembro de 2016. Até dezembro de 2017, a Mauá já havia instalado 5.091 luminárias em LED e até abril de 2018, 9.136, de um total de 28.030 luminárias do município. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previstos investimentos de R$ 81 milhões e receita anual média de R$ 10 milhões. **Reapresentação das demonstrações financeiras de 2015 e 2016:** Durante o processo de fechamento das Demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia identificou a necessidade de reclassificação contábil dos ativos vinculados às concessões nas Parcerias Público Privadas. Até a publicação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os ativos das PPPs estavam classificados pelas controladas Alegrete e CaraguaLuz como ativos intangíveis. Pela característica dos contratos, em especial pela contrapartida pecuniária paga pelo poder concedente sem risco de demanda, a melhor classificação dos ativos é como ativos financeiros. Após tal identificação, as controladas procederam com as reclassificações e republicações, e a Companhia optou por reapresentar as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016 e apresentar as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, com tais alterações. As Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras reapresentadas demonstram os efeitos das reclassificações.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E HISTÓRICO

A CONASA INFRAESTRUTURA S.A. é a holding de investimento focada em infraestrutura, notadamente concessões e PPPs de saneamento básico e iluminação pública. A estrutura organizacional concebida, com atuação conjunta da Holding com as SPEs, permite a centralização da estrutura estratégica de operação e desenvolvimento de novos negócios, mantendo nas empresas investidas a estrutura restrita necessária para o operacional.

HISTÓRICO

A CONASA Infraestrutura S.A. foi constituída em 2007 para ser um dos agentes privados no setor de infraestrutura do Brasil, com foco em saneamento, serviços ambientais, energia e rodovias. O setor de saneamento apresenta déficits enormes de investimento e enfrenta problemas que não poderão ser solucionados, na escala e velocidades necessárias, sem a participação efetiva da iniciativa privada, que deverá estar fortemente amparada em políticas públicas adequadas. A carência de investimentos em outros setores de infraestrutura no país motivou a Companhia a expandir a atuação para novos mercados, passando a abranger também as áreas de energia e saneamento ambiental. A Companhia atua como holding, detendo participações relevantes, em sua maioria controladora, de sociedades de propósito específico concessionárias de serviços públicos de saneamento básico, iluminação pública e rodovias, além de empresas voltadas a prestação de serviço. Fazem parte atualmente do grupo econômico: 1. No segmento de concessões de saneamento (i) Águas de Itapema, concessionária de abastecimento de água e tratamento de esgoto do município de Itapema – SC; (ii) Sanesalto, concessionária de tratamento de esgoto do município de Salto – SP; (iii) Águas de Santo Antônio, concessionária de abastecimento de água do município de Santo Antônio de Pádua - RJ; (iv) Sanesul, construtora detentora de 49% da Águas de Meriti; (v) Águas de Meriti, concessionária de tratamento de esgoto do município de São João do Meriti - RJ; (vi) ASB, holding detentora da SANEMA, da qual a CONASA detém 33% das ações; (vii) Sanema, empresa que detém contrato de locação de ativos com a CASAL, para construção de estação de tratamento de esgoto e sistema de coleta em Maceió-AL; 2. No segmento de iluminação pública (viii) Urbeluz, empresa especializada em obras de eficiência energética e de iluminação pública; (ix) Alegrete, concessionária da PPP de iluminação pública do município de São João do Meriti - RJ; (x) CaraguaLuz, concessionária da PPP de iluminação pública do município de Caraguatatuba - SP; (xi) Consórcio CaraguaLuz, responsável pela execução do CAPEX da CaraguaLuz; (xii) MarabáLuz, SPE em fase pré-operacional concessionária da PPP de iluminação pública do município de Marabá - PA; (xiii) MauáLuz, SPE concessionária da PPP de iluminação pública do município de Mauá - SP; (xiv) Construtora Luz de Mauá, responsável pela execução do CAPEX da MauáLuz; 3. No segmento de serviços (xv) Sanetrat, empresa de tratamento de efluentes industriais; (xvi) Envimax, empresa de remediação de solo e engenharia ambiental; 4. No segmento de investimentos (xvii) Conasa SPE, empresa criada pela CONASA para investimentos conjuntos; e 5. No segmento de rodovias, o Consórcio Via Brasil, liderado pela CONASA, vencedor dos lotes 1 e 2 do leilão Pró-Estradas do Governo do Mato Grosso, das concessões de 30 anos da MT 100 e MT 320. A Águas de Itapema é a concessionária dos serviços de água e esgoto do município de Itapema – SC, desde 2004. Nesta cidade litorânea de 59 mil habitantes e população flutuante de até 300 mil no verão, foram investidos R$ 146.222k em obras de água e esgoto, sendo que R$ 109.649k foram direcionados para a implantação da infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto. Outros R$ 36.573 foram aplicados nas obras que puseram fim ao problema de falta de água que se repetia ano após ano na cidade durante as temporadas de verão. Em 2015 a Águas de Itapema concluiu o processo de reequilíbrio econômico financeiro que pesava sobre o contrato de concessão em função da antecipação de diversos investimentos e a realização de investimentos não previstos inicialmente, todos necessários para fazer frente ao crescimento de Itapema em condições diversas daquelas pensadas quando da licitação. Nesse processo de reequilíbrio foram comprometidos recursos de R$ 503,8 milhões para investimento até o novo termo do contrato, estipulado agora para o ano de 2044. Dessa soma R$ 149,9 milhões no sistema de abastecimento de água, visando atender o crescimento que se projeta para a cidade, mantendo 100% de cobertura e R$ 353,9 para levar o atendimento com serviços do sistema de abastecimento de esgoto até o patamar de 97,42 % de atendimento em 2044. A Sanesalto iniciou a construção do sistema de tratamento de esgoto no Município de Salto – SP, o qual não contava com tratamento de esgoto. Opera, desde 2007, a concessão de tratamento de esgoto por 25 anos. Com investimentos de R$ 70.215, inicialmente, a companhia elevou, o percentual de atendimento com tratamento de esgoto de 0 % para 92%, representando um avanço memorável para o saneamento básico da cidade de Salto e para a bacia do Rio Tietê. O tratamento incialmente implantado consistia em um sistema biológico ao qual se agregou um sistema de lodos ativados o que levou o nível de tratamento a uma eficiência de até 95%. A Águas de Santo Antônio detém a concessão de tratamento e distribuição de água do município de Santo Antônio de Pádua – RJ. Com investimentos de mais de R$ 7.058 até o encerramento do exercício de 2015, a concessionária conseguiu reverter o sucateamento do sistema de captação, tratamento e distribuição de água do município. Esse projeto mostrou a viabilidade do atendimento de pequenas cidades com serviços de qualidade. Em 2017, o Poder Concedente entrou com processo de caducidade da concessão que está sendo discutido judicialmente. Em 2014, com a aquisição do controle da Sanesul, a CONASA entrou na Águas de Meriti que é responsável pelos serviços de esgotamento sanitário e gestão comercial das contas de água e esgoto em São João de Meriti, cidade da Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. A concessionária iniciou a prestação dos serviços em julho de 2015 e, desde então, atua para atingir 90% de atendimento nos próximos cinco anos. Essa meta audaciosa, em função da abrangência e do curto prazo, fará com que todo o esgoto coletado seja tratado, antes de retornar aos recursos hídricos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para a melhoria dos índices de qualidade de vida das pessoas. São João de Meriti possui uma área de 35.216 km2, sendo 100% urbanizado, e população de 460 mil habitantes. Essas características fazem com que o município tenha uma das mais altas densidades demográficas da América Latina, com 13 mil habitantes por km2. Realizar as obras de recuperação e ampliação do sistema de esgoto com o menor impacto possível na rotina diária da população é um desafio a mais para a empresa. A concessão terá duração de 30 anos. Do total de R$ 337 milhões previstos em investimentos, Águas de Meriti alocará mais de 65% desse valor até 2020 e será a uma das primeiras cidades da Baixada Fluminense a universalizar o tratamento de esgoto, através da coleta e do transporte até os interceptores ligados às estações Sarapuí e Pavuna; sendo assim, um dos primeiros municípios a colaborar efetivamente para a despoluição da Baia da Guanabara. A Sanema é responsável pela construção de Estação de Tratamento de Esgoto com capacidade de 238 litros por segundo, para atendimento de 2 bacias de Maceió-AL. Além da estação, a Sanema construirá todo o sistema de coleta de esgoto, com mais de 300 km de rede coletora e ligações domiciliares para atendimento da população. O contrato da Sanema é de locação de ativos, construção seguida de locação de ativos de saneamento, com característica de built to suit. A CONASA detém a Sanetrat Saneamento S.A., empresa que faz tratamento de efluentes industriais. Como tais efluentes não podem ser lançados diretamente na rede coletora municipal por serem extremamente agressivos ao meio ambiente, eles têm obrigatoriamente que ser previamente tratados. Como opção para as indústrias que não desejam ou encontram-se impossibilitadas de tratar seus efluentes, a CONASA possibilita o lançamento de forma correta, garantindo o tratamento e a preservação ambiental. Após a publicação da Resolução ANEEL 414/2010, a CONASA adquiriu uma participação significativa na Urbeluz que possui experiências em obras de eficiência energética e iluminação pública em centros urbanos em nove Estados brasileiros, com destaque para obras realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Roraima. No setor de iluminação, a CONASA, diretamente ou através da Urbeluz, detém participações em algumas concessionárias. A Alegrete detém, desde 2014, a PPP por 25 anos da gestão de iluminação pública de São João do Meriti – RJ, em que estão sendo investidos R$ 120 milhões para substituição da totalidade do parque por luminárias LED, garantindo qualidade da prestação dos serviços, maior qualidade de vida e segurança pública. Em Caraguatatuba, a CaraguaLuz foi constituída como sociedade de propósito específico, em 30 de abril de 2015. Criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos. Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Ação Declaratória solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário. A CONASA também detém participação na MauaLuz, Parceria Público Privada para gestão da iluminação pública do Município de Mauá – SP. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previstos investimentos de R$ 81 milhões e receita anual média de R$ 10 milhões. Em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia participou do processo de concessões de rodovias do Estado do Mato Grosso, como líder do Consórcio Via Brasil (40% de participação). O Consórcio arrematou, em leilão organizado pela B3, a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso, envolvendo os trechos de 111,9 km da rodovia MT-100, em Alto Araguaia (Lote 1), e de 188,2 Km da rodovia MT-320/MT-208, em Alta Floresta (Lote 2). A concessão dos 300,1 km de rodovias será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Governo de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R$ 16 milhões. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R$ 351 milhões (Lote 1) e R$ 515 milhões (Lote 2).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A instância máxima de decisão na Companhia é a Assembleia Geral de Acionistas.Compete a ela, entre outros assuntos, eleger ou destituir os membros do Conselho de Administração e alterar o Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração da Companhia é composto por cinco membros com mandato de um ano, permitida a reeleição. No ano de 2016 a renovação dos membros do Conselho de Administração contemplou a escolha de três membros independentes, eleitos e empossados em 27 de outubro de 2016. Os conselheiros independentes eleitos agregam conhecimentos de diferentes áreas: José Roberto de Mattos Curan, foi executivo de instituições financeiras como Itaú, Votorantim e Originale é membro do conselho fiscal da CPFL – Energia Renováveis, Giuseppe Viscomi, sócio da consultoria Brasplan, e Marcus Vinicius Bossa Grassano, sócio fundador do escritório Grassano & Associados, um dos escritórios com destaque na revista Análise Advocacia 500. A Diretoria Executiva é composta por quatro Diretores (Presidente, Administrativo-Financeiro, Engenharia e Operações, e Relações com Investidores), com mandato de um ano, permitida a reeleição.

GESTÃO DA QUALIDADE

A Gestão da Qualidade e as Certificações ISO 9001 e ISO 14001, das Investidas da CONASA visa a integração dos procedimentos, a satisfação dos clientes, o aperfeiçoamento contínuo dos processos e serviços, além do aprimoramento constante dos funcionários, o controle da ocorrência de problemas operacionais e o acompanhamento permanente da satisfação dos clientes. A Companhia Águas de Itapema recebeu recentemente o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - PNQS, recebeu dia 21 de novembro de 2017 o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento 2017 (PNQS) instituído pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). O Prêmio é reconhecido em toda a América Latina como o mais importante do setor. A CONASA Águas de Itapema foi a única companhia do setor privado a integrar o grupo das 20 melhores empresas em gestão no saneamento ambiental no país.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. A administração da companhia contratou a BDO Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período 2013 a 2017. A remuneração dos auditores no exercício de 2017foi de R$ 78pela auditoria da companhia, somado ao valor de R$ 246 pela auditoria de 11 sociedades controladas, coligadas ou investidas. A contratação do mesmo auditor para todas as empresas do grupo permite um processo eficiente de auditoria, sem que a companhia ou suas coligadas contratem a BDO para exercício de outras atividades de consultoria que poderiam gerar conflitos de interesse.

BOVESPA MAIS

A Companhia segue com o processo para listagem no ambiente do BOVESPA MAIS da BM&FBOVESPA, bem como registro na CVM na categoria A.Em 2016 e 2017, a Companhia passou a atender todas as exigências de governança corporativa de ambas as instituições. A estratégia a listagem no BOVESPA MAIS está associada a um planejamento de longo prazo que visa agregar capacidade de investimento e liquidez às ações, ao mesmo tempo implantando imediatamente os mais altos padrões de governança corporativas em um ambiente transparente e parametrizado pelas regras da BM&FBOVESPA e da Comissão de Valores Mobiliários. Com a possibilidade aumento gradual das ações em circulação, a Companhia planeja, durante o prazo permitido no ambiente do BOVESPA MAIS, agregar projetos e demonstrar para o mercado sua capacidade de crescimento, bem como sua capacidade de performance sobre os projetos operacionais. Inclui-se nas obrigações da Companhia, a clausula compromissória definida pelo Estatuto Social de resolução de controvérsias perante aCâmara de Arbitragem do Mercado.

CÓDIGO DE ÉTICA - *COMPLIANCE*

No exercício de 2017, a Companhia e suas controladas e coligadas estruturaram as diversas áreas internas para implantação de Manual de Ética e Postura, com objetivo de implantar políticas de *compliance* comuns a todo grupo.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia vem solidificando sua estruturação financeira através de novos negócios e amortização de dívidas. Até 2015, o foco da Companhia foi a redução da razão Dívida Líquida por EBITDA, que passou de 10,92 em 2013para 1,72 em 2015, 1,12 em 2016 e 1,21 em 2017. Tal redução foi possível através do aumento de receita pelo desenvolvimento de novos negócios e pela amortização da dívida de longo prazo. Foi importante também a redução de custos e eficiência operacional gerada pela centralização das atividades das investidas na CONASA. A redução razão dívida líquida por EBITDA nos menores níveis do mercado permitiu e permitirá à Companhia se realavancar, financiando os investimentos dos anos seguintes, bem como desenvolver novos negócios.

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

RECEITAS

A receita líquida consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento, saindo de R$ 123.800 em 2015 para R$ 160.804em 2016 e R$ 138.693 em 2017. A elevação de receitas advém essencialmente do início de faturamento das PPPs de iluminação pública e revisões tarifárias. A redução de receitas de 2016 para 2017 reflete essencialmente a reversão de parcela da contraprestação fixa das PPPs para amortização do ativo, que deixam de ser registradas como receita bruta da Companhia, e redução da receita direta da Holding com a interrupção de contratos de prestação de serviços. A presente receita ainda não apresenta a totalidade do potencial da Companhia nas empresas em operação. A receita bruta operacional consolidada deve aumentar com o início de operação de projetos em desenvolvimento, como as rodovias sob administração do Via Brasil, consolidação contábil da Sanesalto quando da transferência das ações, a partir da aprovação dos debenturistas para troca de controle. E o início de faturamento de projetos não consolidados, como Águas de Meriti e Sanema.

CUSTOS E DESPESAS

Os custos sofreram redução de R$ 89.049 em 2016 para R$ 83.160, resultado essencialmente do custo de construção de R$ 35.540 em 2016 contra R$ 28.365 em 2017, que reflete leve redução dos investimentos realizados pelas concessionárias neste ano. As despesas sofreram redução de R$ 28.048 em 2016 para R$ 23.467 em 2017, decorrente das reversões de provisões para contingências trabalhistas, tributárias e civis, juntamente com o impacto da equivalência patrimonial na controladora.

EBITDA

Evolução absoluta do EBITDA nos últimos cinco anos deve-se ao resultado de uma rígida política de redução de custo e aumento da eficiência da operação, principalmente motivado pelos reequilíbrios econômicos e desenvolvimento de novos negócios.

EBITDA	2017	2016	2015
Lucro Líquido	18.386	24.310	25.548
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.031	9.667	5.042
Depreciação e Amortização	5.645	4.682	6.333
Amortização do Ativo Financeiro	13.370	4.374	631
Resultado Financeiro	4.649	9.730	12.239
EBITDA	51.082	52.764	49.763
Margem EBITDA	46,30%	42,12%	45,30%

RESULTADO FINANCEIRO

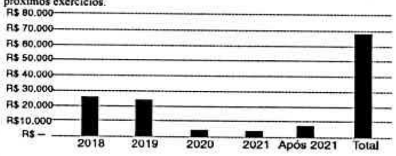
Quanto às despesas financeiras, o controle inflacionário promovido pelo Governo Federal em 2016 e mais acentuadamente em 2017impactou diretamente o resultado financeiro, pela atualização monetária e juros do passivo. As despesas financeiras atingiram R$ 10.887, contra R$ 17.957em 2016. O resultado financeiro líquido encerrou o exercício de 2017 em (R$ 4.649).

LUCRO

A CONASA apresentou lucro líquido de R$ 18.386 no ano de 2017, ante R$ 24.310 em 2016 e R$ 25.548 em 2015. O resultado reflete a execução do plano de negócios da CONASA, essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios. A redução de 2016 para 2017 é reflexo em grande parte da reversão de parcela da contraprestação das PPPs de iluminação pública de receita bruta para amortização do ativo, não transitando pelo resultado. Com a realização de investimentos dos próximos anos, a atualização do ativo financeiro pela Taxa de Retorno do Ativo Financeiro deve elevar as receitas financeiras de tais contratos e reverter a queda entre 2016 e 2017.

PASSIVOS

Os passivos consolidados da Companhia se concentram nos financiamentos de longo prazo estruturados para realização de investimento pelas concessionárias. O quadro abaixo apresenta o fluxo de vencimento dos financiamentos para os próximos exercícios.



Pela natureza do financiamento de longo prazo, os fluxos de caixa operacionais das investidas serão suficientes para pagamento das obrigações. A Companhia espera aumentar nível de alavancagem, com a entrada em operação de novos negócios, como Via Brasil e Sanema, bem como investimentos previstos nas concessões em operação.

DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA

O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

EBITDA	2017	2016	2015
Lucro Líquido	189.386	24.310	25.548
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.031	9.667	5.042
Depreciação e Amortização	5.645	4.682	6.333
Amortizaçãodo Ativo Financeiro	13.370	4.374	631
Resultado Financeiro	4.649	9.730	12.239
EBITDA	51.082	52.764	49.793
Margem EBITDA	46,30%	42,12%	45,30%
Dívida Bruta	68.089	66.764	94.779
Disponibilidades	6.223	3.211	5.012
Conta Reserva	44	4.395	4.262
Dívida Líquida	61.822	59.158	85.505
EBITDA	1,21 x	1,12 x	1,72 x

A evolução do indicador consolidado acima demonstra a redução da alavancagem da Companhia e suas investidas e solidez financeira agregada nos últimos anos com a execução do plano de negócios. A redução do indicador se deu essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas, previstas em cada plano de negócios, e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios. Conforme já comentado, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para o cumprimento das obrigações contratuais de investimento nos projetos operacionais e para pagamento dos financiamentos já contratados. Além disso, o atual nível de geração de caixa e alavancagem permitirão a conquista de novos negócios e o financiamento dos investimentos.

ATIVOS

Quanto aos ativos relevantes da Companhia, há concentração do ativo em investimentos realizados nos atuais projetos operacionais, especialmente nos ativos intangíveis vinculados às concessões e PPPs. Os ativos intangíveis concentram a totalidade dos investimentos que serão revertidos aos poderes concedentes ao final de cada período de concessão.

A Companhia aumentou sua base de ativos regulatórios de R$ 165.408 em 2016 para R$ 168.307 em 2017, fruto de um investimento em ativos intangíveis e financeiros de R$ 28.365 no exercício de 2017.

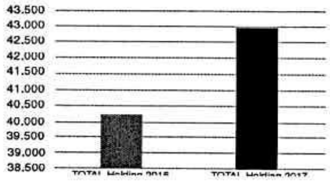
O ativo da Companhia também é composto por Títulos e Valores Mobiliários caracterizados por títulos de dívida de empresas do próprio grupo econômico e outros.

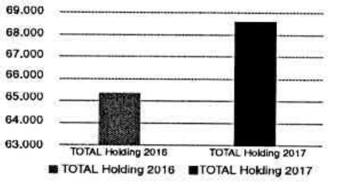
DESEMPENHO OPERACIONAL

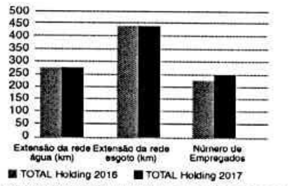
A Companhia inclui no Relatório da Administração informações operacionais, considerando ativos em operação de controladas e coligadas, admitindo o volume de ativos em operação pela ponderação de sua participação. No segmento de saneamento, considera-se as empresas Águas de Itapema, Sanesalto. Os valores não consideram a Águas de Meriti e Sanema, ainda pré-operacionais, e as economias de água da Águas de Santo Antônio. No segmento de energia, a Companhia considera os ativos da Alegrete, CaraguaLuz e MauáLuz (20%).

SANEAMENTO BÁSICO

No segmento de saneamento, a CONASA registrou no exercício de 2017 um aumento no número de economias atendidas de 7% nos sistemas de abastecimento de água e de 5% nos sistemas de esgotamento sanitário. Esse crescimento se deu como resultado do crescimento vegetativo das cidades atendidas.

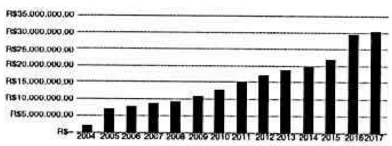






O faturamento da Companhia no segmento água e esgoto tem se comportado de acordo com as expectativas estabelecidas no planejamento dos contratos, sendo que os desvios têm sido compensados ao longo do histórico de execução dos contratos.

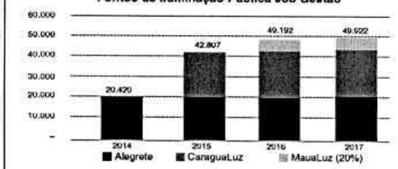
Evolução do Faturamento Anual com Água (R$)



Evolução do Faturamento Anual com Esgoto (R$)

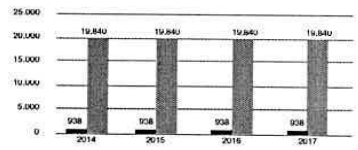
As ações preventivas nas unidades operacionais, bem como rigoroso controle de seus processos e as obras efetuadas durante a vigência do contrato, garantiram uma temporada 2016/2017 2017/2018, com os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitários operando em sua normalidade não registrando ocorrências como falta de água, ou problemas na rede coletora de esgoto. Os parâmetros da qualidade da água tratada e lançamento do esgoto tratado estiveram dentro dos parâmetros de acordo com a legislação vigente. Em iluminação pública, a URBELUZ Energética vem aumentando sua base de clientes consistentemente. Ao final do ano de 2014, a Companhia atendia 20.420 pontos de iluminação pública em regime de PPP na cidade de São João de Meriti. Em 2015 o atendimento passou para 42.807 pontos com a assinatura da PPP no município de Caraguatatuba-SP. No ano de 2016, com a assinatura da PPP no município de Mauá-SP, o atendimento passou a 49.192 pontos e encerrou o ano de 2017 com o atendimento a 49.922 pontos de iluminação pública em contratos de PPP considerando as adequações e expansões no sistema de iluminação pública destes municípios. O foco neste momento está na realização dos investimentos previstos com maximização da eficiência do investimento.

Pontos de Iluminação Pública sob Gestão



A consolidação acima considera apenas pontos sob gestão em regime de parcerias público privada, incluindo a consolidação das sociedades de propósito específico controladas em sua totalidade e as controladas proporcionalmente. Os investimentos realizados no ano 2017 permitiram uma redução de consumo de energia sobre as 5.593 luminárias substituídas para tecnologia LED de cerca de 74,6% na CaraguaLuz e 63,3% na Alegrete. Considerando o período desde o início das concessões até dezembro 2017, foram instaladas no total 10.596 luminárias LED gerando uma economia de 65,9% na CaraguaLuz e 70,8% na Alegrete sobre os projetos dos investimentos executados. Ainda na MauaLuz foram instaladas no ano de 2017, 5.091 luminárias LED onde a participação nos investimentos é de 20%. Além do sistema de iluminação pública em parceria público privada, a URBELUZ ainda faz a gestão energética e eficientização de lâmpadas e aparelhos de ar condicionado em todos os prédios públicos do município de São João de Meriti-RJ no total de 139 unidades consumidoras.

Pontos de Prédios Públicos sob Gestão (Alegrete)



O total de ativos de prédios públicos é de 19.840 lâmpadas e 938 aparelhos de ar condicionado. A previsão para o ano de 2018 é de aumento destes ativos com a encampação de novos prédios públicos e investimentos recebidos pela Prefeitura de São João de Meriti-RJ. Atualmente, segundo Radar PPP, são 12 contratos assinados de PPP de iluminação pública no Brasil, 4 dos quais a Companhia detém participação.

RESPONSABILIDADE SOCIO AMBIENTAL

A Companhia preza para que a sua atuação e de suas controladas, coligadas e investidas esteja sempre observando os princípios de responsabilidade sócio ambiental. Todas as controladas, coligadas e investidas observam rigorosamente a legislação ambiental aplicável pela manutenção da regularidade de todas as suas atividades e empreendimentos junto aos órgãos ambientais e regulatórios. Além da preocupação ambiental, a Companhia exerce seu papel social e desenvolve atividades de conscientização e participação popular sobre recursos hídricos. A Tarifa Social, presente em todas as Concessionárias da CONASA, foi implantada visando proporcionar a inclusão de pessoas de baixa renda ao acesso ao saneamento básico, fornecendo água com qualidade e o tratamento do esgoto. A participação na comunidade através de ações que são desenvolvidas em conjunto com os projetos e programas em curso nas municipalidades onde atua. A CONASA Águas de Itapema recebeu, no final de 2017, o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento – PNQS, sendo a única companhia do setor privado a integrar o grupo das 20 melhores empresas em gestão no saneamento ambiental no país. O Prêmio, outorgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, é reconhecido em toda a América Latina como o mais importante do setor.

PNQS
Prêmio Nacional
da Qualidade
em Saneamento

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Diário Oficial Certificado Digitalmente

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante		17.899	19.755	100.719	98.405
Caixa e equivalentes de caixa	4	5	258	6.223	3.211
Contas a receber de Clientes	5	603	2.083	20.160	17.370
Ativo Financeiro	16	–	–	11.839	11.509
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	6	512	499	3.791	5.930
Ativos destinados às aplicações nas concessões e serviços	7	–	–	6.638	6.079
Adiantamentos	8	1.019	968	4.677	6.176
Partes relacionadas	9	2.232	682	383	254
Títulos de Valores Mobiliários	10	12.941	12.965	45.860	46.604
Outros ativos circulantes		12	10	1.148	1.272
Dividendos a Receber		575	2.290	–	–
Não circulante		214.803	208.668	258.567	250.413
Realizável a longo prazo		37.067	90.432	54.938	93.355
Ativo Financeiro	16	–		10.567	3.827
Partes relacionadas	9	7.520	36.127	18.701	20.101
Títulos de Valores Mobiliários	10	29.189	22.438	9.843	15.447
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	–	–	–	4.801
Outros ativos não circulante	11	358	–	15.827	4.896
Ativo classificado como mantido para venda	12	–	31.867	–	44.283
Investimentos	13	173.088	116.939	32.101	25.152
Imobilizado	14	4.606	1.297	18.457	16.442
Intangível	15	42	–	153.071	115.464
Total do ativo		232.702	228.423	359.286	348.818

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante		20.923	18.215	78.484	74.821
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	3.247	428	26.557	22.797
Fornecedores		1.653	417	15.226	16.425
Encargos tributários a Pagar	19	80	488	14.119	13.976
Salários e encargos sociais a pagar	20	238	459	3.059	2.454
Impostos e contribuições parcelados	21	183	346	3.770	2.727
Adiantamento de clientes	23	11.911	11.840	12.043	12.143
Partes relacionadas	9	–	–	93	50
Dividendos propostos	24.2	3.611	4.237	3.611	4.237
Demais contas a pagar		–	–	6	12
Não circulante		11.532	32.286	59.970	75.572
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	5.779	288	41.531	43.967
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda	12	–	14.961	–	91
Partes relacionadas	9	4.249	22	8.678	–
Impostos e contribuições parcelados	21	521	2.196	8.681	13.497
Provisão para contingências	22	10	595	168	4.680
Perda com investimentos	13	973	14.224	912	13.337
Patrimônio líquido controladores		200.247	177.922	200.247	177.922
Capital social	24.1	162.687	158.187	162.687	158.187
Adiantamento para futuro aumento de capital		4.651	151	4.651	151
Reserva de capital	24.3	(2.505)	–	(2.505)	–
Reserva legal	24.3	1.951	1.191	1.951	1.191
Reservas de retenção de lucros	24.3	33.463	18.393	33.463	18.393
Participações de não controladores		–	–	20.585	20.503
Total do patrimônio líquido		200.247	177.922	220.832	198.425
Total do passivo e patrimônio líquido		232.702	228.423	359.286	348.818

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita líquida nos serviços prestados	25	356	8.723	138.693	160.804
Custo dos serviços prestados	26	(181)	(1.439)	(83.160)	(89.049)
Lucro bruto		175	7.284	55.533	71.755
Despesas (receitas) operacionais		13.254	12.025	(23.467)	(24.439)
Despesas gerais e administrativas	27	(5.719)	(6.955)	(23.430)	(22.696)
Despesas comerciais	27	(24)	(881)	(3.696)	(2.158)
Outras Receitas / Despesas	29	1.532	5.608	(2.116)	1.252
Resultado com equivalência patrimonial	13.2	17.718	14.452	6.028	(638)
Amortização de investimentos (Ágio/Mais Valia)		(253)	(199)	(253)	(199)
Resultado Operacional antes dos efeitos financeiros		13.429	19.309	32.066	47.316
Resultado Financeiro	28	1.808	2.547	(4.649)	(9.730)
Despesas Financeiras		(2.123)	(318)	(10.887)	(17.344)
Receitas Financeiras		3.931	2.865	6.238	7.614
Lucro do Exercício antes do IR/CS		15.237	21.856	27.417	37.586
Imposto de Renda e Contribuição Social		(33)	(408)	(9.031)	(9.667)
Corrente		(33)	(408)	(20.728)	(9.419)
Diferido		–	–	11.697	(248)
Lucro líquido proveniente de operações em continuidade		15.204	21.447	18.386	27.919
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda, líquido de imposto	12	–	(3.609)	–	(3.609)
(=) Lucro do Exercício		15.204	17.838	18.386	24.310
Atribuível ao controlador	30			15.204	17.838
Atribuível ao não controlador	30			3.182	6.472
Lucro por ação - Reais	30	0,0935	0,1128	0,0935	0,1128

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receitas de prestação de serviços	370	9.116	147.327	169.842
Outros Resultados	5.885	5.950	2.903	2.339
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	–	–	(1.483)	334
	6.255	15.066	148.747	172.515
Insumos adquiridos de terceiros	(7.278)	(6.197)	(90.703)	(91.992)
Produtos químicos consumidos	–	(2)	(1.456)	(1.017)
Materiais consumidos	(13)	(469)	(9.247)	(10.553)
Energia elétrica	(58)	(58)	(20.734)	(20.267)
Outros custos de produtos e serviços	(168)	(357)	(8.773)	(8.746)
Custo de construção	–	–	(28.365)	(35.540)
Serviços de terceiros contratados	(1.273)	(2.528)	(8.396)	(8.345)
Perdas na realização e recuperação de ativos	–	–	(704)	–
Outras despesas operacionais	(5.766)	(2.783)	(13.028)	(7.524)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.023)	8.869	58.044	80.523
Depreciações e amortizações	(479)	(437)	(5.645)	(4.682)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(1.502)	8.432	52.399	75.841
Resultado da equivalência patrimonial	17.718	10.843	6.028	(4.247)
Receitas Financeiras	3.931	2.865	6.238	7.614
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	20.147	22.140	64.665	79.208
Pessoal				
Remuneração direta e benefícios	2.067	2.488	13.636	13.415
	2.067	2.488	13.636	13.415
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos, taxas e contribuições	2.454	1.233	23.059	21.670
	2.454	1.233	23.059	21.670
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	224	267	1.485	1.410
Juros e variações monetárias	198	314	8.099	18.403
	422	581	9.584	19.813
Lucro líquido do exercício não distribuído	15.204	17.838	15.204	17.838
Participação de não controladores	–	–	3.182	6.472
TOTAL	20.147	22.140	64.665	79.208

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro líquido do exercício	15.204	17.838	18.386	24.310
Total do resultado abrangente do exercício	15.204	17.838	18.386	24.310
Atribuível ao controladora	–	–	15.204	17.838
Atribuível ao não controladora	–	–	3.182	6.472

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidada								
	Controladora								
				Reservas de lucros					
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de Capital	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Reserva de Dividendos Mínimos Obrigatórios	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	158.187	151	–	4.263	299	–	162.900	14.122	177.022
Aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	(91)	(91)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	17.838	–	–	17.838	6.472	24.310
Destinação do resultado	–	–	–	–	–	–	–	–	–
- Constituição reserva legal	–	–	–	(892)	892	–	–	–	–
- Reversão de dividendos	–	–	–	–	–	1.421	1.421	–	1.421
- Dividendos propostos	–	–	–	(4.237)	–	–	(4.237)	–	(4.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	158.187	151	–	16.972	1.191	1.421	177.922	20.503	198.425
Aumento de capital	4.500	4.500	(2.505)	–	–	–	6.495	–	6.495
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	(3.100)	(3.100)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	15.204	–	–	15.204	3.182	18.386
Destinação do resultado	–	–	–	–	–	–	–	–	–
- Constituição reserva legal	–	–	–	(760)	760	–	–	–	–
- Reversão de dividendos	–	–	–	–	–	4.237	4.237	–	4.237
- Dividendos propostos	–	–	–	(3.611)	–	–	(3.611)	–	(3.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	162.687	4.651	(2.505)	27.805	1.951	5.658	200.247	20.585	220.832

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro liquido do exercicio	15.204	17.838	18.386	24.310
Ajuste para reconciliar o lucro do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	226	238	5.392	4.483
Provisão para contingências	(585)	336	(3.735)	309
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	68	113	5.691	12.598
Juros apropriados sobre debêntures	–	–	1.002	1.438
Juros apropriados sobre parcelamentos	109	168	(1.047)	889
Rendimento sobre titulos e valores mobiliários	(3.751)	–	(1.968)	–
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	1.483	(334)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(11.675)	304
Resultado de equivalência patrimonial	(17.718)	(10.846)	(6.028)	4.247
Compra vantajosa sobre aquisição de ativo classificado como mantido para venda	(14.961)	3.609	(14.961)	3.609
Resultado com outros investimentos	253	199	253	199
(Aumento)/redução nos ativos:				
Contas a receber de clientes	1.480	(1.559)	(1.649)	813
Demais contas a receber e adiantamentos	1.305	(2.922)	(20.189)	(10.395)
Créditos tributarios	(13)	(104)	6.619	(1.134)
Ativos classificados como mantidos para venda	–	–	(560)	(201)
Aumento/(redução) nos passivos:				
Fornecedores	1.237	(352)	(4.974)	5.023
Encargos tributários a Pagar	(408)	226	11.390	6.160
Salários e encargos sociais a pagar	(222)	(214)	(90)	(380)
Impostos e contribuições parcelados	(1.946)	81	(2.850)	3.623
Adiantamentos de Clientes	–	11.841	–	11.841
Acordos Comerciais (Partes Relacionadas)	4.249		8.678	–
Demais contas a pagar	70	–	4.629	(1.682)
Caixa Liquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(15.403)**	**18.652**	**(6.203)**	**65.721**
Aquisição de ativo imobilizado e intangivel	(5.829)	(120)	(13.811)	(24.477)
Aquisição de titulos de dividas	(2.975)	(21.585)	1.173	(20.012)
Adiantamentos para futuras aquisições de investimentos	24.324	(8.722)	1.642	(33.794)
Variação do investimento em empresas, novas controladas/coligadas	(21.468)	(27.572)	(21.667)	(24.397)
Reflexo de investimentos em empresas coligadas/controladas	1.146	(17.959)	(6.873)	(22.869)
Caixa Liquido aplicado nas atividades de investimentos	**(4.802)**	**(75.958)**	**(39.536)**	**(125.549)**
Terceiros:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.242	(88)	292	(6.265)
Acionistas:				
Empréstimos entre partes relacionadas	2.710	57.007	8.079	29.159
Participação de não controladores	–	–	3.182	6.472
Dividendos propostos	(626)	2.816	(2.341)	3.085
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.500	–	4.500	–
Variação do Patrimônio Liquido	5.126	(2.816)	34.631	26.102
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**19.952**	**56.919**	**48.343**	**58.553**
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(253)**	**(386)**	**2.604**	**(1.275)**
Caixa e equivalente de caixa				
Inicio do exercicio	258	644	3.619	4.487
Final do exercicio	5	258	6.223	3.212

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A CONASA INFRAESTRURA S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, que atua como holding com foco em infraestrutura, participando como acionista em sociedades, especialmente nos setores de saneamento ambiental e iluminação pública, com sede em Londrina/PR. A Companhia encerrou o exercício de 2017 com participação relevante, direta e indiretamente, em 16 empresas, sendo 9 concessões ou Parceria Público Privadas de saneamento básico e iluminação pública, conforme descrito a seguir: • **Companhia Águas de Itapema ("Águas de Itapema"):** A Águas de Itapema é concessionária dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa, e a concessão se encerra em 2043. • **Sanesalto Saneamento S.A. ("Sanesalto"):** A Sanesalto é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto – SP, com prazo de vencimento em agosto de 2032. • **Águas de Santo Antônio S.A. ("Águas de Santo Antônio"):** A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a concessão de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 anos, contados da assinatura do contrato, em30 de abril de 2004. Em 12 de janeiro de 2017, o Prefeito do Município de Santo Antônio de Pádua, mediante o decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio, contra a qual a Águas de Santo Antônio está recorrendo judicialmente. • **Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. ("Sanesul"):** A Sanesul é uma sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal atualmente a participação como sócia na Águas de Meriti Ltda., detendo 49% das cotas desta concessionária. • **Águas de Meriti Ltda. ("Águas de Meriti"):** A Águas de Meriti é concessionária dos serviços de saneamento em São João do Meriti - RJ. Empresa iniciou a efetiva prestação dos serviços após a assinatura da ordem de serviço, no dia 21 de julho de 2015, assumindo o sistema de coleta de esgoto do município de 460 mil habitantes. A concessão terá prazo de duração de 30 anos. • **Sanetrat Saneamento S.A. ("Sanetrat"):** A Sanetrat é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social principal o tratamento de efluentes industriais e investimentos correlatos. • **Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. ("Envimax"):** A Envimax é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto social a atuação em engenharia ambiental, notadamente remediação e saneamento de solo e aquifero subterrâneo. • **Urbeluz Energética S.A. ("Urbeluz"):** A controlada Urbeluz é uma sociedade anônima de capital fechado especializada em gestão de iluminação pública e projetos de eficientização energética. A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética, atuando como acionista em sociedades de propósito específico concessionárias de Parcerias Público Privadas ("PPP") de eficiência energética e gestão de iluminação pública. Atualmente, a Urbeluz detém participação relevante na Alegrete, CarguaLuz e MarabáLuz, destacadas abaixo. • **Alegrete RJ Participações S.A. ("Alegrete"):** A Alegrete é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituida como sociedade de propósito específico para gestão e eficientização do parque de Iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa. O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos, até 2038. • **Caragua Luz S.A. ("CaraguaLuz"):** A CaraguaLuz é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída para execução do Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, que tem como objeto a eficientização e gestão do parque de iluminação pública do município. O prazo de concessão será de 13 anos, contados a partir do início da prestação dos serviços em 2015. • **Marabá Luz SPE S.A. ("MarabáLuz"):** Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A sociedade de propósito específico foi criada e firmou o contrato com o Município para a concessão administrativa com prazo de 25 anos. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% da SPE. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Mandado de Segurança e Ação de Conhecimento solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário. • **Mauá Luz Ltda. ("Maua Luz"):** A Mauá Luz é uma sociedade de propósito específico para execução da Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, contados desde o início da prestação dos serviços em dezembro de 2016. • **Construtora Luz de Mauá Ltda. ("Construtora LM"):** A Construtora LM é uma sociedade criada para execução de obras de eficientização energética, trabalhando em regimes de empreitada global ou parcial, bem como em regime de administração, na qual a Companhia detém 20% das cotas. • **Conasa SPE S.A. ("CONASA SPE"):** A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 09 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa. • **ASB Ativos Saneamento do Brasil S.A ("ASB"):** Em fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu 34% das ações da ASB, empresa controladora da Sanema Saneamento de Maceio Ltda. • **Sanema - Saneamento de Maceió Ltda. ("Sanema"):** A Sanema detém contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceio-AL com a CASAL Companhia de Saneamento de Alagoas. O contrato terá duração de 32 anos com entrega da infraestrutura em 2 anos e consequente locação dos bens á CASAL por 30 anos. A ordem de serviço foi recebida pela Sanema em novembro de 2017. **1.1. Planos da Administração:** A Companhia tem como foco participação em concessões que consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e recebimento de contraprestações, notadamente em saneamento e iluminação pública. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os planos de negócio das controladas e coligadas incluem, notadamente durante a expansão dos sistemas, necessidades de capital, causando eventuais desequilíbrios financeiros de curto prazo apontados por capital circulante liquido negativo ou patrimônio liquido negativo. A situação econômico financeira de suas controladas e coligadas é controlada pela Companhia através de análises de balanço e análise do plano de negócios, com a projeção dos fluxos de caixa. Os planos da Administração estão baseados no plano de negócio que prevê fase de investimentos e retorno financeiro de cada concessão. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios. **2. Aprovação da emissão das informações contábeis:** A Administração da Companhia autorizou a apresentação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 17 de maio de 2018. **3. Apresentação das informações contábeis: 3.1. A declaração de conformidade (com relação às normas do CFC):** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não existe diferença entre o patrimônio liquido consolidado e o resultado consolidado atribuivel aos acionistas da controladora constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por esta razão, a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **3.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilistico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em periodos não superiores há um ano. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal. **3.3. Base de consolidação:** A data das demonstrações contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia. A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Controlada, incluidas na consolidação são como segue:

	Participação acionária	
	31/12/2017	31/12/2016
Controladas diretas		
Águas de Santo Antônio S.A. (*)	100,00%	100,00%
Companhia Águas de Itapema	100,00%	100,00%
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
Conasa SPE S.A.	99,99%	99,99%
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	50,00%
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	89,91%	83,70%
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	57,50%	57,50%
Controladas indiretas		
Alegrete RJ Participações S.A.	100,00%	100,00%
Caragua Luz S.A.	60,00%	60,00%
Coligadas (**)		
Sanesalto Saneamento S.A.	49,95%	49,95%
Mauá Luz Ltda.	20,00%	20,00%
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,00%	0,00%
Coligadas indiretas (**)		
Concessionária Águas de Meriti Ltda.	49,00%	49,00%
Sanema Saneamento de Maceió Ltda.	33,33%	0,00%

(*) No encerramento do exercício de 2016, a Águas de Santo Antônio sofreu intervenção do Poder Concedente de Santo Antônio de Pádua. Com isso, o exercício de 2016 da Companhia não consolida os resultados da Águas de Santo Antônio. (**) Empresas que não consolidam estas demonstrações contábeis. • **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações contábeis intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuizos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.4. Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais. **3.5. Resumo das principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.5.1. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência: • **Receitas:** As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento com os municípios e empresas privadas. • **Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. • **Receitas de construção:** De acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções. • **Receita de remuneração dos ativos de concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento. • **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. **3.5.2. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue: • **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria e Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. • **Passivos financeiros:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. • **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **a)** Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros. **3.5.3. Ativo circulante e não circulante:** • **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. • **Ativo financeiro da concessão:** Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como "Ativo financeiro", quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público. O ativo financeiro de concessão no início é mensurado a valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro – TRAF por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo financeiro no prazo de concessão, e periodicamente é revisada. O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura. A contraprestação pecuniária prevista no contrato de concessão (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a "receita anual" (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance). Conforme o ICPC 01 permite a classificação do ativo financeiro em três categorias, como definido no Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Entretanto, a Administração julga que a melhor classificação é como "recebível". A parcela de remuneração do ativo financeiro deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação. • **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos das "contas a receber" envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas. • **Adiantamentos para investimentos:** Os adiantamentos para investimentos compreendem os valores transferidos para as empresas cuja Companhia demonstra interesse em adquirir participações em capitais. Essas transferências realizadas são feitas após uma avaliação sobre o aspecto financeiro, patrimonial e societário de cada companhia. Essas futuras aquisições são firmadas através de compra e venda ou até mesmo de cessão de direitos de outras companhias. São investimentos que fazem parte das atividades secundárias da Companhia e também uma forma da mesma captar novos negócios para o desenvolvimento de suas atividades. • **Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços a serem prestados (Almoxarifado):** Estes ativos são registrados ao custo médio de aquisição, que não superam os valores de mercado ou valor líquido de realização. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto e c) manutenção de iluminação pública. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão das Controladas são classificados como "ativo intangível em curso". As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. • **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição e/ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a entidade e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil. Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados. • **Intangível:** Os ativos classificados como intangíveis representam o direito das Controladas de cobrarem os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão. Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois o menor. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido. • **Ativo Financeiro:** Os ativos classificados como financeiros representam o direito das Controladas de cobrarem diretamente o poder concedente pela infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são amortizados conforme recebimento da parcela de remuneração do ativo financeiro intrínseca a contraprestação da PPP ou contrato similar. Os ativos financeiros são atualizados pela Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro ("TRAF"), definida com base na Proposta Comercial que fixa o equilíbrio econômico dos contratos de concessão e revisada periodicamente. • **Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes (Ativos não financeiros):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se existe um indicador de perda de valor recuperável, a Companhia efetua um teste de recuperação do valor contábil. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. • **Método de Equivalência Patrimonial:** De acordo com este método, as participações societárias sobre os investimentos em empresas coligadas e em empresas controladas, são reconhecidas no balanço patrimonial pelo método de equivalência patrimonial e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos deste em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações societárias poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment). Os ganhos e perdas em transações com estas empresas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento nessa empresa. As perdas, em excesso ao investimento efetuado nestas empresas, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas. Todos os investimentos são ajustados às mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia, de forma a apresentar demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes. **3.5.4. Passivo circulante e não circulante:** • **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. • **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia e suas controladas optaram pela apuração do Lucro presumido, exceto Sanesul, Sanetral e Sanesalto, que optou pelo regime de Lucro Real, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição sobre a receita bruta auferida em cada trimestre, acrescido de outras receitas, rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa, variável e ganhos de capital que também compõem a base de cálculo dos impostos e contribuição em cada trimestre determinado pelo regime de competência. • **Provisões para processos judiciais:** A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e das suas Controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. • **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. • **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. **3.5.5. Contratos de concessão:** A Companhia, através de suas controladas diretas, indiretas e coligadas, opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, gestão de iluminação pública e outros, firmados com o poder concedente. A companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível ou ativo financeiro à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos ou contraprestação devida pelo poder concedente, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo financeiro, quando a contraprestação é devida diretamente pelo concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão. Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor. Nos ativos financeiros, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo. **3.5.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis para fins de IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.5.7. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **a) Impostos:** A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. **b) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **3.6. Combinação de negócios:** A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como "Ganho por compra vantajosa". **3.7. Mudanças em políticas contábeis: 3.7.1. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017:** Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o *IFRS 9/CPC 48 - Financial instruments*, o *IFRS 15/CPC 47 - Revenue from contracts with customers* e o *IFRS 16/CPC 06(R2) - Leases*. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis. Estas novas normas foram avaliadas pela Administração e não terão impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia. **IFRS 9 / CPC 48 - Financial Instruments:** O *IFRS 9/CPC 48* estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultado Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao "impairment" de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de "perda esperada" substitui o modelo de "perda incorrida". O novo modelo de "perda esperada" deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de "Custo Amortizado" e "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes". **IFRS 15/CPC 47 - Revenues from contracts with customers:** O *IFRS 15/CPC 47* estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de "performance"; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de "performance"; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de "performance" for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados. **IFRS 16 / CPC 06(R2) - Leases:** O *IFRS 16 / CPC 06(R2)* estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 *Leases*, IFRIC 4 *Determining whether an Arrangement contains a Lease*, SIC-15 *Operating Leases – Incentives* e SIC-27 *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o *IFRS 16 / CPC 06(R2)* determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo. A Companhia reconhece provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores, com efeito médio após 180 dias. A implantação da *IFRS 15 / CPC 47 - Revenues from Contracts with Customers* se dará com o reconhecimento de uma receita líquida já constituída de índices de inadimplência médios históricos, com uma consequente redução das provisões para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. O *IFRS 9 / CPC 48 - Financial Instruments* tende a não gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro. Com relação aos efeitos do IFRS 16 / CPC 06(R2) - Leases, a controlada Águas de Itapema firmou contrato de locação sob medida na modalidade de built to suit. Conforme o IFRS 16 / CPC 06(R2), a partir da entrega definitiva do imóvel, esperada para o 1º semestre de 2018, o contrato de locação será reconhecido como passivo e os ativos reversíveis serão reconhecidos como ativos intangíveis da controlada.

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

Ativo

	Consolidado 2017	2017*
Circulante	**110.381**	**110.381**
Não circulante	**251.838**	**264.397**
Realizável a longo prazo	44.812	44.812
Partes relacionadas	19.286	19.286
Títulos de Valores Mobiliários	9.801	9.801
Créditos tributários	1.265	1.265
Outros ativos não circulante	14.460	14.460
Ativo classificado como mantido para venda	–	–
Investimentos	32.101	32.101
Imobilizado	18.457	18.457
Intangível (*)	142.373	154.932
Ativo Financeiro	14.095	14.095
Total do ativo	**362.219**	**374.778**

Passivo e patrimônio líquido

	Consolidado 2017	2017*
Circulante	**77.898**	**77.898**
Não circulante	**65.023**	**77.582**
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	41.531	54.090
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda	–	–
Partes relacionadas	9.850	9.850
Impostos e contribuições parcelados	8.681	8.681
Provisão para contingências	4.049	4.049
Perda com investimentos	912	912
Patrimônio líquido controladores	**199.505**	**199.505**
Capital social	162.687	162.687
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.651	4.651
Reservas legal	1.828	1.828
Reservas de retenção de lucros (*)	30.339	30.339
Participações de não controladores	19.793	19.793
Total do patrimônio líquido	**219.298**	**219.298**
Total do passivo e patrimônio líquido	**362.219**	**374.778**

Demonstrações de Resultados

	Consolidado 2017	2017*
Receitas de Prestação de Serviços	71.859	71.859
Receita de Serviços sujeita a IFRS 15	49.004	49.004
Receita de Construção (Investimentos)	28.365	28.365
Devoluções e Cancelamentos de Serviços	(1.902)	(1.902)
Impostos e Contribuições	(8.633)	(8.633)
Estimativa - IFRS 15*	**2,32%**	**(1.137)**
Receita Operacional Líquida	**138.693**	**137.556**
Custos dos Serviços Prestados	**(83.160)**	**(83.160)**
Lucro Bruto	**55.533**	**54.396**
Despesas (Receitas) Operacionais	**(27.347)**	**(26.877)**
Despesar Gerais e Administrativas	(23.430)	(23.430)
Despesas Comerciais	(3.696)	(3.696)
Estorno da PECLD realizada (Itapema) - IFRS 15*	**–**	**470**
Outras Receitas/Despesas	(5.996)	(5.996)
Resultado com Equivalência Patrimonial	6.025	6.025
Compra vantajosa	–	–
Amortização de Investimentos (Agio/Mais Valia)	(250)	(250)
Resultado Operacional Antes do Efeitos Financeiros	**28.186**	**27.519**
Resultado Financeiro	**(4.691)**	**(6.472)**
Despesas Financeiras	(10.929)	(10.929)
Despesas Financeira - IFRS 16*	**–**	**(1.781)**
Receitas Financeiras	6.238	6.238
Lucro (Prejuízo) Antes do IR/CS	**23.495**	**21.047**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.076)	(11.076)
Lucro Líquido Proveniente de Operações em Continuidade	**12.419**	**13.281**
Prejuízo do exercício prov do ativo mant para venda, líquido de imposto	–	–
(=) Lucro do Exercício	**12.419**	**13.281**
Atribuível ao controlador	10.057	10.756
Atribuível ao não controlador	2.361	2.525
Lucro por ação - Reais	**0,0618**	**0,0661**

(*) Efeitos do IFRS 15 e IFRS 16

4. Caixa e equivalentes de caixa. Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Caixa e saldos em conta corrente	5	142	588	593
Aplicação liquidez imediata (a)	–	116	5.635	2.618
	5	**258**	**6.223**	**3.211**

(a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2017 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% do CDI. **5. Contas a receber**

	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Contas a receber - saneamento	–	–	8.419	8.905
Contas a receber - partes relacionadas	603	2.083	131	165
Contas a receber - iluminação pública	–	–	5.662	10.474
Contas a receber - demais clientes	–	–	428	251
Fornecimento a faturar	–	–	9.989	1.702
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	–	–	(4.469)	(4.127)
	603	**2.083**	**20.160**	**17.370**

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias, exceto da companhia Urbeluz, que possui saldos a receber do poder público, no qual existem expectativas de recebimento no curto prazo. A provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) tem representatividade apenas na Companhia Águas de Itapema S.A. Abaixo, a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
A vencer - Faturados	603	2.083	2.989	8.583
A vencer - à Faturar	–	–	9.989	3.009
Vencidos de 1 a 30 dias	–	–	2.029	2.853
Vencidos de 31 a 60 dias	–	–	184	1.440
Vencidos de 61 a 180 dias	–	–	1.493	339
Vencidos acima de 180 dias	–	–	7.945	5.273
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	–	–	(4.469)	(4.127)
	603	**2.083**	**20.160**	**17.370**

5.1. Movimentação das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

	Consolidado 2017	2016
Saldos iniciais	3.766	3.088
Atualização / Reversão PECLD	(470)	(335)
Créditos provisionados no exercício	1.173	1.374
Saldos finais	4.469	4.127

6. Impostos e contribuições a compensar/recuperar

	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
PIS a recuperar	–	–	81	441
COFINS a recuperar	–	–	354	519
ISS a recuperar	499	499	594	583
INSS a compensar	–	–	39	1.732
IRRF a compensar	–	–	265	468
IRPJ a Recuperar	–	–	1.763	1.406
CSLL a Recuperar	–	–	672	555
Outros impostos a recuperar	13	–	23	226
	512	**499**	**3.791**	**5.930**

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços. O almoxarifado e os ativos a serem alocados nas concessões e serviços a serem prestados são provenientes das controladas Águas de Itapema S.A., Urbeluz Energética S.A., Caragua Luz S.A. e Alegrete RJ Participações S.A:

	Consolidado 2017	2016
Materiais de uso e consumo	269	676
Bombas e equipamentos	305	436
Tubos e conexões para água	105	116
Tubos e conexões para esgoto	950	1.153
Postes e acessórios	254	401
Reator, relé, fios e cabos	499	507
Ferragens e acessórios	330	322
Lâmpadas e luminárias	1.305	1.817
Mercadoria para aplicação - Adiantamento	1.127	–
Outros materiais para manutenção	1.494	651
	6.638	**6.079**

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda desses ativos e avaliou que os valores estão registrados no mínimo pelo seu custo recuperável. **8. Adiantamentos.**

	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Adiantamento a funcionários	18	12	78	95
Adiantamento a fornecedores (a)	–	–	3.422	4.977
Outros adiantamentos	1.001	956	1.177	1.104
	1.019	**968**	**4.677**	**6.176**

(a) Adiantamentos a fornecedores realizados pela controlada Urbeluz, que derivam de antecipações principalmente para aquisição de produtos e ativos que serão utilizados na prestação de serviços, nos próximos doze meses. **9. Transações com partes relacionadas. 9.1. Composição**

	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Ativo circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)				
Companhia Aguas de Itapema	1.496	–	–	–
Sanetrat Saneamento S.A.	353	428	–	–
Consórcio Construtor Catarinense	383	254	383	254
	2.232	**682**	**383**	**254**
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)				
Envimax Consultoria e Serviços	33	27	–	–
Maua Luz Ltda	120	–	190	–
Sanetrat Saneamento S.A.	–	330	–	–
Companhia Aguas de Itapema	–	709	–	–
Conasa-SPE	654	1.333	–	–
Sanesalto Saneamento S.A.	1.112	3.034	1.112	3.034
Aguas de Santo Antonio S.A.	–	2.153	–	2.153
Urbeluz Energética S.A.	4.547	4.547	–	–
Sanesul Const. Saneamento Sul S.A. (c)	340	23.994	–	–
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A	714	–	714	–
Concessionaria Aguas de Meriti Ltda (d)	–	–	740	–
Consórcio Caragua	–	–	413	354
Maraba Luz Ltda	–	–	28	–
	7.520	**36.127**	**3.197**	**5.541**
Mútuos com Sócios/Consórcio (Urbeluz)				
Cobrapar (e)	–	–	15.504	14.560
	–	–	15.504	14.560
	7.520	**36.127**	**18.701**	**20.101**
	9.752	**36.809**	**19.084**	**20.355**
	Controladora 2017	**2016**	**Consolidado 2017**	**2016**
Passivo circulante				
Mútuo a pagar:				
MLF Consultoria Ltda.	–	–	53	50
GPI Participações e Investimentos	–	–	40	–
	–	**–**	**93**	**50**
Passivo não circulante				
Mútuo a pagar:				
Sanetrat Saneamento S.A.	–	22	–	–
Créditos Comerciais (Sanesalto) (b)	4.249	–	8.678	–
	4.249	**22**	**8.678**	**–**
	4.249	**22**	**8.771**	**50**

(a) Os principais saldos referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital às concessionárias (controladas e coligadas), que necessitam de investimentos acentuados nos primeiros anos de concessão, fruto de determinação contratual de investimentos de infraestrutura de expansões e de adequações da estrutura atual com o fim de melhoria do serviço público. Cabe mencionar, que o grupo econômico em virtude da gestão centralizada do caixa, não tem como prática interna a remuneração sobre estes adiantamentos, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações. (b) A Sanesalto cedeu a valor de face, em virtude do PRT e PERT, créditos tributários decorrentes de prejuízos acumulados que não seriam utilizados em sua operação. (c) Com o advento do PRT a Sanesul vendeu seus créditos tributários diretamente a coligada Companhia Águas de Itapema, onde ela possuía AFAC com a Companhia. Desta forma, foram liquidados os adiantamentos com a Companhia e consequentemente foi aumentado o valor no seu capital social. (d) A Sanesul realizou aportes destinados a concessão da Águas de Meriti Ltda., e deverão ser convertidos em capital em períodos subsequentes. (e) Em 01/09/2011 a Urbeluz Energética S.A realizou operação de mútuo com sua antiga controladora Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, o vencimento do respectivo contrato era 31/12/2015. Em virtude de inadimplemento, 6 de março de 2017 a Controlada ingressou com processo de execução judicial para reaver o montante emprestado. Segundo nossos assessores jurídicos a probabilidade êxito no processo é líquido e certo, com existência de garantias que podem ser acionadas, em especial as próprias ações da Urbeluz de titularidade da Cobrapar, reservas de capital referentes a estas ações e lucros e dividendos futuros. **9.2. Avaliação do valor recuperável.** De forma a acompanhar os riscos associados à continuidade de negócios, a Companhia realiza anualmente uma avaliação do Plano de Negócios de todas as companhias em que participa, projetando o fluxo de caixa futuro e o retorno dos investimentos realizados. A Administração avalia se os ativos relacionados serão devidamente remunerados na concessão ou parcerias público-privadas (PPP). Em decorrência da caducidade decretada pelo poder concedente na concessão da Águas de Santo Antônio, o AFAC entre a Companhia e a controlada foram reclassificados pela alta probabilidade de perda, conforme Nota Explicativa 11, item b. Até o momento, não identificaram quaisquer outras perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas. **9.3. Remuneração dos administradores.** A Assembleia Geral definiu remuneração fixa aos administradores de R$ 1.320 por ano. A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego, outros benefícios e não tem como política remuneração baseada em ações. **10. Títulos de valores mobiliários**

	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Ativo circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Debêntures públicas (6,25% a.a. + IGP-M) (a)	12.236	12.965	14.171	14.915
Debentures privadas (12% a.a. + IGP-M) (c)	–	–	–	–
Debentures privadas (CDI + 5,2% a.a.) (d)	705	–	–	–
Cedula de crédito imobiliário (b)	–	–	31.689	31.689
	12.941	**12.965**	**45.860**	**46.604**
Ativo não circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Debêntures públicas (6,25% a.a. + IGP-M) (a)	–	–	9.799	11.052
Debentures privadas (12% a.a. + IGP-M) (c)	24.546	22.438	–	–
Debentures privadas (CDI + 5,2% a.a.) (d)	4.643	–	–	–
Aplicações em fundo de investimentos (c)	–	–	44	4.395
	29.189	**22.438**	**9.843**	**15.447**

(a) A controlada Conasa SPE, adquiriu em 16 de dezembro de 2014, títulos de debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto, por meio de negociação privada. O título é remunerado a juros anual de 6,25% e pela variação do IGP-M. Está sendo amortizado em 120 parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 26 de junho de 2015 e o último vencimento em 26 de maio de 2025. A Controladora também mantém aplicações em debêntures, no montante total de R$ 12.965, de emissão de sua coligada Sanesalto. Este valor é atualizado com juros remuneratórios de 6,25% ao ano e atualização monetária através do IGP-M. A estimativa da Administração é alienar tais investimentos nos próximos 12 meses. A Administração da Companhia possui plano de venda com perspectiva de alienação até 12 meses, e está em negociação com os possíveis compradores. (b) Em 30 de maio de 2014 e 05 de agosto de 2014, as Companhias Brasil Food Service Group S.A. – BFG e Vênus Capital e Participações S.A. (denominadas emissoras-cedentes), cederam e transferiram o direito das Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI nº 0001 e 0002 à controlada Sanetrat Saneamento S.A. A Sanetrat adquiriu estas CCIs pelo montante de R$ 16.500 e R$ 12.184, respectivamente. Estas CCIs são oriundas do "Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Ativos e Outras Avenças – Contrato de arrendamento", firmado entre as emissoras-cedentes mencionadas acima e a Marfrig Alimentos S.A. A CCI é emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT. Como garantia da operação, foi firmado Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia, posteriormente aditado ("em conjunto, "Alienação Fiduciária"), estando ambos devidamente registrados na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT ("Imóvel"). Em relação à Alienação Fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor global das duas CCIs cedidas e transferidas à Sanetrat, tendo sido avaliado pelo valor total de R$ 53.008. A obrigação de pagamento das parcelas do crédito, nos termos das cédulas de créditos imobiliário cedidas e transferidas, de forma onerosa, à Sanetrat, caberia à Marfrig, diretamente (sendo as Emissoras devedoras solidárias), uma vez notificada esta empresa, da cessão dos créditos do arrendamento, o que foi feito. Existe Ação de Falência, na qual a Vênus adquiria o Imóvel, que determinou o arresto dos valores pagos a título do arrendamento pela Marfrig à Brasil Food Service Group S.A., que estavam cedidos à Sanetrat, a fim de garantir os créditos pendentes da falência. Os créditos somam cerca de R$ 30.000 e se caracterizam em sua maioria Antecipação de Contratos de Câmbio ("ACC"), valor que será quitado, portanto, em cerca de 30 meses. Com o arresto, os ACC foram quitados e a Sanetrat obteve decisão em 1ª instância para liberação da hipoteca judicial sobre o imóvel de Nova Xavantina, garantia das CCIs, conforme prognóstico das demonstrações financeiras do exercício findo

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria e Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, basta que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

em 31.12.2016. A decisão foi suspensa em 2ª instância, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a pedido de terceiro, antigo proprietário da empresa falida, que não havia se manifestado até o momento, até que todas as partes pudessem se manifestar nos autos. Todas as partes se manifestaram, tendo Sanetrat, Vênus, administrador judicial da falência e ministério público se manifestado a favor da decisão de 1ª instância que desbloqueia os créditos e o imóvel, favoravelmente a Companhia. A despeito da discussão que está sendo travada nos autos da Ação de Falência, entendemos que é praticamente certo o ganho processual da ação por parte da Sanetrat, em curto prazo, dado que o contrato foi pautado pela boa-fé da Sanetrat e atende a todos os requisitos de legalidade previstos pela legislação de regência. A expectativa da Administração, em análise conjunta de seus assessores jurídicos, é de solução nos autos e alienação das unidades industriais à Marfrig ou à terceiro ainda no exercício de 2018. Neste caso, a Sanetrat irá exercer o direito de resgate antecipado previsto na Cláusula 12 da CCI. (c) A Controladora mantém aplicações em debêntures, no montante total de R$ 22.438, de emissão de sua controlada Águas de Itapema, com vencimento em 02 de julho de 2.029. Este valor é atualizado com juros remuneratórios de 12% ao ano e atualização monetária através do IGP-M. (d) A Companhia detém debêntures privadas no montante de R$ 5.000 de emissão de sua controlada Alegrete. A debênture tem vencimento em abril de 2022 e juros remuneratórios de CDI + 5,2% a.a. **11. Outros ativos não circulantes.** Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica "outros créditos" de longo prazo estão compostos de depósitos recursais, de alugueis a apropriar, de créditos de contratos de concessão (indenizações), de investimentos em MIP (manifestação de interesse em projetos), além de créditos com terceiros para execução de obras, e está representada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos recursais	358	–	562	115
Alugueis a apropriar (a)	–	–	2.608	–
Indenizações de contratos de concessão (b)	–	–	5.039	–
Investimentos em MIP's (c)	–	–	1.185	987
Créditos com terceiros (d)	–	–	6.433	3.794
	358	–	15.827	4.896

(a) Em 05 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R$ 164 mensal. O reconhecimento da despesa se dará com a vigência da locação na entrega da obra prevista para abril de 2018. (b) Em 22 de fevereiro de 2016, o Município de Santo Antônio de Pádua decretou intervenção na Águas de Santo Antônio, conforme artigo 32 da Lei de Concessões (Lei 8.987/95). Com a intervenção, a Companhia deixou de consolidar os ativos, passivos e os resultados da Águas de Santo Antônio a partir da efetivação da intervenção, no segundo trimestre de 2016. Em 12 de janeiro de 2017, o município de Santo Antônio de Pádua, mediante o Decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio S/A, tendo posteriormente emitido o Decreto 004, onde decretou situação de emergência em relação ao serviço público de abastecimento de água no município e ainda emitiu o Decreto 005 onde autoriza a prestação do serviço público de abastecimento de água no município de Santo Antônio de Pádua, sob regime de permissão. A Companhia, em 31 de janeiro de 2017, ingressou com Ação Declaratória com pedido de tutela de urgência face a flagrante ilegalidade dos atos praticados pelo Município de Santo Antônio de Pádua, pelas razões mencionadas em eventos subsequentes. A Companhia espera lograr êxito na Ação Declaratória, retomando a concessão. Em caso de insucesso da Ação, a Companhia buscará indenização pelos investimentos realizados e pelas perdas e danos, onde está aguardando final do processo em última instância para entrar com a ação. (c) A Companhia, suas controladas e suas coligadas contabilizam como ativo investimentos em Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada, estudos desenvolvidos pela Companhia para apresentação aos poderes concedentes de projetos de concessão ou PPPs. (d) A Urbeluz na estratégia de novos contratos na modalidade de PPP"s mantem contratos com a SGE PRizma e CGI que atualmente atuam tecnica e comercialemtne na prospecção de novos negócios com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo, Goias e Minas Gerais. No caso da CGI a empresa possui vinculação com as MIP's de Rio Verde, Vitória e Barueri com a SGE Prizma possui nos municipios Rio das Ostras, Campos, Nova Friburgo e Boa Vista. **12. Ativo e Passivo não circulante classificado como mantido para venda.** Em 31 de dezembro de 2015 a Administração em razão da existência de empenho com o propósito de venda da participação na Sanesul reclassificou o valor contábil do investimento para "Ativo não circulante classificado como mantido para venda". Entretanto, durante o exercício de 2017 a Administração decidiu reverter o ativo mantido para venda, ou seja, não alienar o investimento, devido a decisão estratégica de crescimento da Companhia. A seguir o balanço patrimonial, resultado do exercício e fluxo de caixa do ativo classificado como mantido para venda em 31 de dezembro de 2016:

(a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

Controladora	2016
Ativos adquiridos	44.283
(-) Passivos adquiridos	(91)
Ativos e passivos líquidos adquiridos	44.192
Ativo classificado como mantido para venda (mais valia)	31.867
(-) Participação de não controladores	(3.292)
(-) Partes relacionadas	(23.994)
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda	(14.961)
Consolidado	2016
Demais contas a receber	4
Ativos circulantes classificados como ativo mantido para venda	4
Partes relacionadas	2.989
Investimentos	3.217
Ativos não circulantes classificados como ativo mantido para venda	6.206
Expectativa de valor justo da empresa Águas de Meriti	38.073
Ativo classificado como ativo mantido para venda (Consolidado)	44.283
Fornecedores	50
Obrigações fiscais	1
Demais contas a pagar	40
Passivos circulantes associados diretamente a ativo mantido para venda	91
Partes relacionadas	23.994
Passivos não circulantes associados diretamente a ativo mantido para venda	23.994
(-) Eliminação de partes relacionadas	(23.994)
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda (Consolidado)	91

Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

	2016
Despesas operacionais	
Despesas gerais e administrativas	(147)
Outras receitas/despesas	53
Despesas financeiras	(2)
Receitas financeiras	1
Equivalência patrimonial	(4.217)
Prejuízo do exercício de operação descontinuada	(4.312)
(-) Participação de não controladores	703
Prejuízo do exercício de operação descontinuada	(3.609)
(b) Fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	
	2016
Resultado do exercício	(4.312)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	2016
Equivalência patrimonial	4.218
	(94)
Atividades operacionais	
Aumento/(redução) nos passivos	49
Caixa Líquido utilizado nas atividades operacionais	(45)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Aquisição de investimento	(4.910)
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.900
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(10)
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(55)
Caixa e equivalente de caixa - Inicio do periodo	55
Caixa e equivalente de caixa - Final do exercício	–
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(55)

13. Investimentos: 13.1. Composição dos investimentos

	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
Investimentos (ativo):	%	Patrimônio líquido da investida (*)	Investimento	%	Patrimônio líquido da investida (*)	Investimento
Companhia Águas de Itapema	100,00%	34.829	34.829	100,00%	18.934	18.934
Companhia Águas de Santo Antônio	100,00%	5.034	5.034	100,00%	–	–
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	43.005	43.005	100,00%	42.799	42.799
Sanesul Construtora de Saneamento S.A.	89,91%	6.016	5.409	83,70%	–	–
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais	57,50%	–	–	57,50%	17	10
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	27.284	13.642	50,00%	29.756	13.337
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,00%	3.676	1.250	34,00%	–	–
Maua Luz Ltda	20,00%	–	–	20,00%	250	50
		119.844	103.169		91.756	75.130
Ágio:						
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais			–			3.504
			–			3.504
Mais Valia:						
Sanesalto Saneamento S.A.			24.849			25.102
Urbeluz Energética S.A.			13.203			13.203
Sanesul Construtora de Saneamento S.A.			31.867			–
			69.919			38.305
			173.088			116.939
Perda com investimentos (passivo):						
Conasa SPE S.A.	99,99%	(57)	(57)	99,99%	(887)	(887)
Sanesalto Saneamento S.A.	49,95%	(1.826)	(912)	49,95%	(16.202)	(8.093)
Envimax Cons. Serv. Ambientais	57,50%	(7)	(4)	57,50%	–	–
Companhia Águas de Santo Antônio	100,00%	–	–	100,00%	(5.244)	(5.244)
Saldo líquido de investimento		(1.890)	(973)		(22.333)	(14.224)
			172.115			102.715

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
Investimentos (ativo):	%	Patrimônio líquido da investida (*)	Investimento	%	Patrimônio líquido da investida (*)	Investimento
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,00%	3.676	1.250	34,00%	-	-
Maua Luz Ltda	20,00%	-	-	20,00%	250	50
Concessionaria Aguas de Meriti Ltda	34,00%	17.653	6.002	34,00%	-	-
		21.329	7.252		250	50
Mais valia:						
Sanesalto Saneamento S.A.			24.849			25.102
			24.849			25.102
			32.101			25.152
Perda com investimentos (passivo):						
Sanesalto Saneamento S.A.	49,95%	(1.826)	(912)	49,95%	(16.202)	(8.093)
Companhia Aguas de Santo Antônio	83,70%	-	-	100,00%	(5.244)	(5.244)
		(1.826)	(912)		(21.446)	(13.337)
Saldo líquido de investimento			31.189			11.815

13.2. Movimentação dos investimentos

	Controladora									
Investimentos (ativo):	Saldo em 31/12/2016	Adição	Transação de Capital	Realização de mais valia	Dividendos propostos	Impairment	Equivalência patrimonial do exercício	Dívidas assumidas pela controladora	Reclassificação	Saldo em 31/12/2017
Companhia Águas de Itapema	18.934	14.050	–	–	(575)	–	2.420	–	–	34.829
Companhia Águas de Santo Antônio (a)	–	–	–	–	–	–	(1.069)	11.347	(5.244)	5.034
Sanetrat Saneamento S.A.	42.799	–	–	–	(90)	–	296	–	–	43.005
Sanesul Construtora e Saneamento S.A. (b)	–	13.824	(2.505)	–	–	–	9.051	–	(14.961)	5.409
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	10	–	–	–	–	–	(14)	–	4	–
Urbeluz Energética S.A	13.337	–	–	–	–	–	305	–	–	13.642
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (c)	–	1.250	–	–	–	–	–	–	–	1.250
Maua luz Ltda. (d)	50	–	–	–	–	–	–	–	(50)	–
	75.130	29.124	(2.505)	–	(665)	–	10.989	11.347	(20.251)	103.169
Ágio:										
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. (d)	3.504	–	–	–	–	(3.504)	–	–		–
	3.504	–	–	–	–	(3.504)	–	–	–	–
Mais valia sobre ativos:										
Sanesalto Saneamento S.A.	25.102	–	–	(253)	–	–	–	–	–	24.849
Urbeluz Energética S.A.	13.203	–	–	–	–	–	–	–	–	13.203
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	31.867	31.867
	38.305	–	–	(253)	–	–	–	–	31.867	69.919
	116.939	29.124	(2.505)	(253)	(665)	(3.504)	10.989	11.347	11.616	173.088
Perda com investimento (passivo):										
Conasa SPE	(887)	1.282	–	–	–	–	(452)	–	–	(57)
Sanesalto Saneamento S.A.	(8.093)	–	–	–	–	–	7.181	–	–	(912)
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	(4)	(4)
Companhia Águas de Santo Antônio	(5.244)	–	–	–	–	–	–	–	5.244	–
	(14.224)	1.282	–	–	–	–	6.729	–	5.240	(973)
	102.715	30.406	(2.505)	–	(665)	(3.504)	17.718	11.347	(15.011)	172.115

(a) Foram reconhecidos as perdas para investimentos na controladora da Companhia Aguas de Santo Antônio, assim a Conasa assume o passivo e reconhece um ativo a ser indenizado pelos investimentos efetuados na concessão, conforme mencionado na nota 11; (b) Refere-se integralização de capital na controlada Sanesul, passando a participação de 83,7% para 89,91%, na qual gerou uma variação de perda de capital no montante de R$ 2.505, classificado na rubrica de Transação de Capital no patrimônio liquido. (c) A ASB Ativos de Saneamento de Maceio foi adquirida por R$ 5.000 mil, sendo pago o valor de R$ 500 no ato da assinatura do acordo de ações juntamente com mais R$ 750 mil referente ao projeto de implantação da rede de esgoto. O restante está condicionado a liberação do financiamento junto ao Banco do Nordeste no valor de R$ 156.000 mil. (d) Reclassificação para mútuos na participação Maua Luz Ltda; (e) Refere-se a reconhecimento por impairment do ágio na aquisição da Envimax.

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

	Consolidado					
Investimentos (ativo):	Saldo em 31/12/2016	Adição	Realização de mais vali	Equivalência patrimonial do exercício	Reclassificação	Saldo em 31/12/2017
Concessionária Águas de Meriti	–	–	–	(1.153)	7.155	6.002
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	–	1.250	–	–	–	1.250
Maua luz Ltda.	50	–	–	–	(50)	–
	50	1.250	–	(1.153)	7.105	7.252
Mais valia sobre ativos:						
Sanesalto Saneamento S.A.	25.102	–	(253)	–	–	24.849
	25.102	–	(253)	–	–	24.849
	25.152	1.250	(253)	(1.153)	7.105	32.101
Perda com investimento (passivo):						
Sanesalto Saneamento S.A.	(8.093)	–	–	7.181	–	(912)
Companhia Águas de Santo Antônio	(5.244)	–	–	–	5.244	–
	(13.337)	–	–	7.181	5.244	(912)
	11.815	1.250	(253)	6.028	12.349	31.189

14. Imobilizado: 14.1. Composição

	Vida Útil (%)	Controladora 31/12/17 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/16 Líquido
Instalações	10	10	(10)	–	1
Máquinas e equipamentos	10	605	(407)	198	257
Computadores e periféricos	20	410	(364)	46	96
Móveis e utensílios	10	177	(130)	47	45
Veículos	10	757	(650)	107	198
Terrenos	–	700	–	700	700
Imobilizado em andamento	–	3.508	–	3.508	–
		6.167	(1.561)	4.606	1.297

	Vida Útil (%)	Consolidado 31/12/17 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/16 Líquido
Instalações	10	26	(14)	12	16
Máquinas e equipamentos	10	3.081	(1.411)	1.670	2.199
Computadores e periféricos	20	1.100	(667)	433	215
Móveis e utensílios	10	727	(370)	357	360
Veículos	10	3.959	(3.182)	777	977
Benfeitorias em imóveis	10	6.642	(1.422)	5.220	6.274
Terrenos	-	6.370	–	6.370	6.370
Imobilizado em andamento		3.618	–	3.618	31
		25.523	(7.066)	18.457	16.442

Segundo a Administração não há indicadores na Companhia e suas controladas, de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

14.2. Movimentação do imobilizado:

	Controladora Saldo em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Instalações	1	–	(1)	–
Máquinas e equipamentos	257	–	(59)	198
Computadores e periféricos	96	7	(57)	46
Móveis e utensílios	45	20	(18)	47
Veículos	198	–	(91)	107
Terrenos	700	–	–	700
Imobilizado em andamento	–	3.508	–	3.508
	1.297	3.535	(226)	4.606

	Consolidado Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixas	Transferencias	Depreciação	Saldo em 31/12/2016
Instalações	16	–	(2)	–	(2)	12
Máquinas e equipamentos	2.199	10	(56)	(199)	(277)	1.677
Computadores e periféricos	215	203	(20)	146	(144)	400
Móveis e utensílios	360	76	(68)	53	(92)	329
Veículos	977	577	(82)	–	(723)	749
Benfeitorias em imóveis	6.274	–	(62)		(910)	5.302
Terrenos	6.370	–	–		–	6.370
Imobilizado em Andamento	31	3.587			–	3.618
	16.442	4.453	(290)	–	(2.148)	18.457

15. Intangível: A Companhia e suas controladas registram os investimentos realizados em regime de concessão nas quais a cobrança é feita diretamente dos usuários como ativos intangíveis. **15.1. Composição: Em 2017, o valor contábil** do investimento para "Ativo não circulante classificado como mantido para venda" foi reclassificado na controladora e no consolidado para o intangível ainda com expectativa de realização.

	Taxa de Amortização	Consolidado 31/12/17 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/16 Líquido
Ativo Intangível de concessão					
Em curso (Águas de Itapema)		69	–	69	17.994
Em serviço (Águas de Itapema)	3,27%	146.154	(39.450)	106.704	79.992
		146.223	(39.450)	106.773	97.986
Softwares e aplicativos					
Softwares e aplicativos	20,00%	3.900	(2.672)	1.228	771
		3.900	(2.672)	1.228	771
Mais valia sobre ativos das investidas					
Sanesul	-	31.867	–	31.867	–
Urbeluz	-	13.203	–	13.203	13.203
		45.070	–	45.070	13.203
Ágio					
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais		–	–	–	3.504
		–	–	–	3.504
		195.193	(42.122)	153.071	115.464

(a) A taxa de amortização do ativo intangível relacionados às concessões está baseada nos prazos dos contratos de concessão, dado que o investimento será remunerado ao longo do período, ou pelo prazo de vida útil, caso este seja menor que o período da concessão. A apresentação está sendo realizada da taxa média de amortização, sendo composta por 3,27% da companhia Águas de Itapema. A companhia não possui saldos de infraestrutura cedidos pelo poder concedente.

15.2. Movimentação do intangível:

	Consolidado Saldo em 31/12/16	Adições	Baixas / Impairment	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/16
Ativo Intangível de concessão						
Em curso	17.994		–	–	(17.925)	69
Em serviço	79.992	11.812	–	(3.025)	17.925	106.704
	97.986	11.812	–	(3.025)	–	106.773
Softwares e aplicativos						
Softwares e aplicativos	771	822	–	(365)	–	1.228
	771	822	–	(365)	–	1.228
Mais valia sobre ativo intangível de investida						
Sanesul	–	–	–	–	31.867	31.867
Urbeluz	13.203	–	–	–	–	13.203
	13.203	–	–	–	31.867	45.070
Ágio						
Envimax	3.504		(3.504)	–	–	–
	3.504	–	(3.504)	–	–	–
	115.464	12.634	(3.504)	(3.390)	31.867	153.071

15.3. Serviços de construção

	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
Receita de construção	11.812	19.826
Custos de construção	(11.812)	(19.826)
	–	–

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A companhia não possui margem de lucro sobre os serviços de construção. **16. Ativo Financeiro:** A Companhia e suas controladas registram os investimentos realizados em regime de concessão administrativa, nas quais há contraprestação paga diretamente pelo poder concedente, como ativos financeiros. (a) As despesas recuperadas são na maioria reversões de provisão para contingências na controladora e suas investidas. **16.1. Composição:**

	Consolidado 31/12/17 Alegrete	Cargagua Luz	Total	31/12/16 Alegrete	Cargagua Luz	Total
Saldo inicial	3.891	11.445	15.336	-	2.556	2.556
Adições (receita de construção)	4.329	11.907	16.236	4.081	11.632	15.713
Juros e atualização financeira	673	1.532	2.205	240	695	935
Recebimento através da CIP	(5.548)	(5.823)	(11.371)	(430)	(3.438)	(3.868)
Saldo final	3.345	19.061	22.406	3.891	11.445	15.336
TRAF (*)	19% a.a.	10% a.a.		19% a.a.	10% a.a.	
Circulante			11.839			11.509
Não circulante			10.567			3.827
			22.406			15.336

16.2. Serviços de construção

	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
Receita de construção	16.236	15.713
Custos de construção	(16.236)	(15.713)

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. **16.3. Contraprestação:** A contraprestação é a remuneração paga pelo poder concedente em decorrência dos contratos de concessão administrativa e PPPs ao concessionário. Esta remuneração, por característica, inclui parcela de remuneração e amortização do ativo financeiro, vinculada aos investimentos realizados, e parcela de remuneração dos serviços prestados pela concessionária, como operação e manutenção da infraestrutura concessionada. A Companhia e suas controladas bifurcam a contraprestação entre a parcela de amortização do ativo financeiro e a receita bruta de prestação de serviços com base em estimativas, vinculadas ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão, e revisa as anualmente.

	Consolidado 2017	2016
Alegrete		
Contraprestação	29.491	26.908
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(5.967)	(611)
(=) Receita Bruta	23.524	26.297
Caraguá		
Contraprestação	25.919	23.578
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(7.402)	(3.763)
(=) Receita Bruta	18.517	19.815
Consolidado		
Contraprestação	55.410	50.486
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(13.369)	(4.374)
(=) Receita Bruta	42.041	46.112

17. Imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado 2017	2016
Prejuízos fiscais e base negativa (*)	–	10.924
Provisão para riscos processuais	–	2.325
Outras diferenças temporárias	–	868
	–	14.117
Imposto de renda diferido	–	3.529
Contribuição social diferida	–	1.272
	–	4.801

(*) Os prejuízos fiscais e base negativa foram utilizados para quitação de tributos no Programa de Regularização Tributária - PRT e no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, no exercício de 2017. Esta compensação ocorreu no momento da adesão aos referidos programas, restando a necessidade de consolidação e homologação pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia e suas controladas não espera conter diferenças em relação ao levantamento dos encargos tributários e benefícios auferidos de acordo com a previsão legal desses programas, e registros contábeis realizados. **18. Empréstimos, financiamentos e debêntures: 18.1. Composição:** Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e debêntures, estruturadas na modalidade de *project finance*, securitizando o fluxo de caixa da Companhia e suas Controladas. Além disso, conta com financiamentos bancários de capital de giro e financiamentos de equipamentos através da linha FINAME do BNDES.

Empréstimos e financiamentos	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Controladora 31/12/2017 Circulante	Não Circulante	31/12/2016 Circulante	Não Circulante
Capital de Giro - PRÉ	dez/18	18,30%	976	–	–	–
Cédulas de Créditos Bancários - IGPM	dez/21	10,00%	1.926	5.779	–	–
Finame - PRÉ	nov/18	6,99%	345	–	428	288
			3.247	5.779	428	288

Empréstimos e financiamentos	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Consolidada 31/12/2017 Circulante	Não Circulante	31/12/2016 Circulante	Não Circulante
Capital de giro - PRÉ	nov/18	3,15%	3.632	11.162	–	–
Outros empréstimos e financiamentos - PRÉ		12,00%	14	38	246	269
Financiamento para aquisiçã de mercadorias - PRÉ		6,00%	524	1.611	–	–
Capital de giro - CDI	dez/18	5,80%	4.908	673	6.143	5.707
Cédulas de crédito bancárias - IGPM	dez/19	11,00%	14.644	18.496	13.413	26.826
			23.722	31.980	19.802	32.802
Debêntures						
Debentures - IGPM	jun/24	8,75%	2.335	9.551	2.375	10.877
			2.335	9.551	2.375	10.877
Arrendamentos mercantis financeiros						
Finame - PRÉ	abr/19	8,81%	155	–	192	–
Finame - PRÉ	nov/18	3,15%	345	–	428	288
			500	–	620	288
			26.557	41.531	22.797	43.967

18.2. Amortização de empréstimos e financiamentos

Ano de Vencimento	2017 Controladora	Consolidado	2016 Controladora	Consolidado
2017	–	–	428	22.797
2018	3.247	26.557	288	15.711
2019	3.169	24.742	–	10.347
2020	2.610	4.604	–	10.770
2021	–	4.530	–	4.804
Após 2021	–	7.655	–	2.335
Total	9.026	68.088	716	66.764
Circulante	3.247	26.557	428	22.797
Não circulante	5.779	41.531	288	43.967
	9.026	68.088	716	66.764

18.3. Garantias dadas: Os empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais dos acionistas e aplicações financeiras. As CCB's (cédulas de créditos bancários) emitidas pela Águas de Itapema e as debêntures da CONASA SPE são financiamentos estruturados na modalidade de project finance, com cessão dos recebíveis futuros, além de alienação das ações das sociedades de propósito específico em garantia. Estes contratos contam ainda com uma aplicação financeira vinculada de no mínimo três parcelas, porém são resgatáveis

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria e Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

a qualquer momento. As debêntures emitidas pela CONASA SPE contam com fiança corporativa da Companhia. Os créditos obtidos pela Companhia junto a instituições financeiras repassadoras do BNDES na modalidade FINAME contam com garantia sobre os bens financiados. Por último, as CCBs emitidas pela Águas de Santo Antônio contam com fiança da Companhia, estando reconhecidas no passivo da controladora dada a caducidade da concessão. **18.4. Debêntures Conasa-SPE S.A.:** Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única da investida Conasa SPE S.A. Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R$ 1, totalizando R$ 50.000 sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência). Elas estão garantidas por fiança. Até 31 de dezembro de 2017, foram escrituradas 11.799 debêntures no valor de R$ 1 cada. A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas, a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024. É assegurada aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, a razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

18.5. Amortização das Debêntures

	Conasa - SPE
2018	2.335
2019	2.335
2020	2.335
2021	2.335
Após 2021	2.546
	11.886

19. Encargos tributários a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
PIS e COFINS a recolher	1	228	1.966	2.910
Retenção de impostos	70	16	1.055	727
Impostos de Renda e Contribuição Social	9	244	5.319	4.525
ISS a Recolher	–	–	239	84
ISS diferido	–	–	503	141
PIS e COFINS diferidos (*)	–	–	1.607	1.710
Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos (*)	–	–	3.430	3.879
	80	488	14.119	13.976

a) Refere-se a impostos sobre faturamentos não realizados e de notas não recebidas, porém, já reconhecidos sobre o ativo financeiro.

20. Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e encargos sociais	97	247	1.250	903
Férias e encargos sociais	122	146	1.276	1.250
Outros	19	66	533	301
	238	459	3.059	2.454

21. Impostos e contribuições parcelados

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2017	2016	2017	2016
Parcelamento previdenciário	–	56	–	335
Parcelamento federal	–	124	1.076	1.781
Parcelamento do Refis da Crise	–	166	–	611
Parcelamento PRT / PERT	183	–	2.694	–
	183	346	3.770	2.727
Não circulante				
Parcelamento previdenciário	–	135	–	1.221
Parcelamento federal	–	308	3.291	5.210
Parcelamento do Refis da Crise	–	1.753	–	7.066
Parcelamento PRT / PERT	521	–	5.390	–
	521	2.196	8.681	13.497
	704	2.542	12.451	16.224

Em 31 de maio de 2017, todas as empresas do grupo aderiram ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituída pela MP 766 de 04 de janeiro de 2017, porém, apenas a investida Companhia Aguas de Itapema permaneceu neste programa. A modalidade que a Companhia optou foi em pagar 24% do seu saldo total dos débitos tributários em 24 parcelas, e o restante com a utilização de créditos de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de empresas do mesmo grupo. Poderiam incluir dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2016, bem como os débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório e desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos. A Receita Federal ainda não lançou nenhuma normativa sobre a consolidacão destes débitos. Abaixo a posição do parcelamento:

Parcelamento federal - PRT	
Valor original do débito	12.057
Multa original	3.859
Juros	3.453
(-) Valores pagos em parcelamento	(3.285)
Saldo do parcelamento no momento da consolidação	**16.084**
(-) Créditos fiscais adquiridos de partes relacionadas	(12.224)
(=) Saldo a pagar em 24 parcelas	3.860
(+) Atualização saldo devedor em 2017	172
(-) Parcelas pagas em 2017	(1.324)
Saldo do parcelamento líquido	**2.708**

Em 15 de novembro de 2017, com o advento do PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, as empresas do grupo, fizeram a adesão ao programa, migrando parcela do PRT, exceto a investida Companhia Aguas de Itapema, podendo incluir todos os débitos vencidos até 30/04/2017 inclusive os previdenciários, bem como compensando com o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente. **22. Provisão para contingências: 22.1. Processos com probabilidade de perda provável:** A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço. A Controladora não tem saldos patrimoniais relevantes de processos com probabilidade de perda.

(a) Composição:

	Consolidado 31/12/2017			
Probabilidade de perda:	Cível (a)	Trabalhista	Tributária	Total
Provável	138	30	–	168
	138	30	–	168

	Consolidado 31/12/2016			
Probabilidade de perda:	Cível (a)	Trabalhista	Tributária	Total
Provável	352	1.952	2.376	4.680
	352	1.952	2.376	4.680

(b) Movimentação:

	Consolidado			
Probabilidade de perda:	Cível (a)	Trabalhista	Tributária	Total
Saldo em 31/12/2016	352	1.952	2.376	4.680
Adições e baixas	(214)	(1.922)	(2.376)	(4.512)
Saldo em 31/12/2017	138	30	–	168

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos: Ações tributárias: Referem-se ao débito de ISS sobre as prestações de serviços realizados até maio de 2009 pelo Consórcio Construtor Catarinense mediante o contrato de empreitada global vigente entre as partes e a prefeitura municipal de Itapema considera a Companhia devedora solidária. No entanto, a companhia entrou com um recurso em 2012 e em 2015 conseguiu diminuir o saldo existente. A dívida continua em processo de execução, mas sem perspectiva de cobrança, no qual os assessores legais entendem que há probabilidade de perda possível em relação ao processo. Em 27 de março de 2017, a controlada Companhia Águas de Itapema, sofreu o auto de infração sob nº 18088-720.042/2017-60 referente a imposto de renda no valor de R$ 15.204 e contribuição social no valor de R$ 4.586 dos exercícios de 2012 a 2015. Os valores apurados de 2012 a 2014 a companhia entrou com processo administrativo usando como defesa o artigo 9º da lei 12.973/2014 que altera o item "e" do artigo 15 e o artigo 20 da lei 9249/95, onde até este período não teria base legal para a presunção dos serviços em 32%. Em relação aos exercícios de 2015 e 2016 foram reconhecidos dentro de 2017 já com esta presunção, os quais a companhia se beneficiou das reduções de multa e juros do PERT- Programa Especial de Regularização Tributária onde, se realizou sua adesão em outubro de 2017. **Ações cíveis:** Os principais processos contingentes cíveis são contra a controlada Companhia Águas de Itapema, e referem-se indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas de consumidores. **Ações trabalhistas:** Na Urbeluz, a Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios. **22.2. Processos com probabilidade de perda possível:** A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R$ 2.953.609 em processos cíveis, R$ 1.170 em processos trabalhistas e R$ 119 em processos tributários, considerados como perdas possíveis. **23. Adiantamento de Clientes:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
INFRA Real Estate (a)	11.840	11.840	11.840	11.840
Urbeluz Energética S.A.	71	–	71	71
Outros	–	–	132	232
	11.911	11.840	12.043	12.143

(a) Em 05 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, previstas no Plano Municipal de Saneamento e orçadas em R$ 11.840, com respectivo valor de locação de R$ 164 mensal atualizados pelo IPCA. Para desenvolvimento do objeto do referido contrato, a Conasa estabeleceu direito de uso de superfície em favor do FII e foi por este contratada em regime de empreitada global para execução das obras de implantação, com previsão de término em maio de 2018, além de figurar como fiadora do contrato de locação. Abaixo o cronograma de pagamento do arrendamento pela controlada Águas de Itapema:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
A vencer em 2017	–	1.295
A vencer em 2018	2.088	2.088
A vencer em 2019	2.088	2.088
A vencer em 2020	2.088	2.088
A vencer em 2021	2.088	2.088
A vencer em 2022	2.088	2.088
A Vencer a partir de 2023 a 2027	10.260	11.555
	20.700	23.290

24. Patrimônio Liquido: 24.1. Capital social subscrito e integralizado: O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 que era R$ 158.187, representado por 158.187 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 24/01/2017 houve aumento no capital social de R$ 4.500, representado por 4.500 ações ordinárias. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Infra Saneamento Fundo de Investimento em Participações	162.687	100%	158.187	100%
	162.687	100%	158.187	100%

24.2. Dividendos mínimos obrigatórios: Por deliberação unânime da assembleia geral de acionistas em 28 de abril 2017, a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de R$ 4.237 foi revertida para a reserva especial de lucros. A Companhia reconheceu o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado, em 31 de dezembro de 2017, no montante de R$ 3.611.

	%	Controladora
Lucro líquido do exercício		15.204
Reserva legal	5%	760
Base de Cálculo de Dividendos		14.444
Dividendos Mínimos Obrigatórios	25%	3.611

24.3. Reservas:

	Saldo em 31/12/2016	Lucro Líquido do Exercício	Constituição de Reservas	Dividendos Obrigatórios/ Reversão de Dividendos	Saldo em 31/12/2017
Reserva:					
Reserva de capital	–	–	(2.505)	–	(2.505)
Retenção de lucros	16.972	15.204	(760)	(3.611)	27.805
Legal	1.191	–	760	–	1.951
Dividendos mínimos obrigatórios	1.421	–	–	4.237	5.658
	19.584	15.204	(2.505)	626	32.909

25. Receita líquida dos serviços prestados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de serviços (saneamento)	–	–	48.003	46.988
Receita bruta de serviços (energia)	–	–	65.342	74.922
Receita de obras de engenharia	–	8.743	7.413	15.173
Receita de construção (saneamento) (*)	–	–	11.812	19.827
Receita de construção (energia) (*)	–	–	16.553	15.713
Receita de locação de veículos e equip.	369	373	105	182
Cancelamentos	–	–	(1.902)	(2.962)
Impostos sobre prestação de serviços	(13)	(393)	(8.633)	(9.039)
	356	8.723	138.693	160.804

(*) Receita de construção reconhecida conforme CPC 17 e ICPC 01, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões. **26. Custos dos serviços prestados:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custos com pessoal	–	(607)	(9.541)	(9.450)
Custos com materiais e insumos	(13)	(469)	(10.051)	(11.304)
Custos com produtos químicos	–	(2)	(1.456)	(1.017)
Custos com serviços de terceiros	(168)	(361)	(8.651)	(8.317)
Custos com amortização	–	–	(4.455)	(3.298)
Custos com energia elétrica	–	–	(20.641)	(20.123)
Custos com construção (*)	–	–	(28.365)	(35.540)
	(181)	(1.439)	(83.160)	(89.049)

(*) Custo de construção reconhecida conforme CPC 17 e ICPC 01, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões.

27. Despesas administrativas e comerciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Administrativas				
Com pessoal	(1.937)	(2.235)	(5.931)	(5.738)
Com serviços de terceiros	(1.993)	(2.699)	(10.298)	(9.629)
Com viagem	(632)	(531)	(1.608)	(1.333)
Com locação	(224)	(264)	(819)	(1.091)
Com depreciação	(226)	(238)	(891)	(1.137)
Outras despesas	(707)	(988)	(3.883)	(3.768)
	(5.719)	(6.955)	(23.430)	(22.696)
Despesas Comerciais				
Com pessoal	–	–	(1.005)	(740)
Propaganda e publicidade	(24)	(870)	(395)	(1.269)
Provisão estimada para créditos liquidação duvidosa	–	(336)	(1.629)	25
Outras despesas	–	325	(667)	(174)
	(24)	(881)	(3.696)	(2.158)
	(5.743)	(7.836)	(27.126)	(24.854)

28. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(68)	(113)	(6.694)	(14.036)
Despesas bancárias	(3)	(4)	(537)	(306)
Juros tributários	(112)	(189)	(931)	(1.277)
Outras despesas financeiras	(1.940)	(12)	(2.725)	(1.725)
	(2.123)	(318)	(10.887)	(17.344)
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicação	8	348	533	991
Juros sobre faturamento	–	–	430	601
Desconto obtido	5	3	12	49
Rendimentos sobre títulos de dívida	3.751	2.507	1.968	2.766
Juros e atualização monetária sobre o ativo financeiro	–	–	935	2.205
Outras receitas financeiras	167	7	2.360	1.002
	3.931	2.865	6.238	7.614
	1.808	2.547	(4.649)	(9.730)

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

29. Outras Receitas/Despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras receitas				
Serviços administrativos compartilhados (a)	5.499	4.688	1.503	312
Despesas recuperadas (b)	386	1.265	1.400	1.862
Receitas com redução de multas (PRT/PERT) (c)	688	–	1.512	–
	6.573	5.953	4.415	2.174
Outras despesas				
Perdas com investimentos (d)	(5.423)	95	(5.423)	98
Despesas indedutíveis	–	(82)	(38)	–
Multas (e)	(124)	(22)	(3.938)	(619)
Outras despesas (e)	506	(336)	2.868	(401)
	(5.041)	(345)	(6.531)	(922)
	1.532	5.608	(2.116)	1.252

(a) A Companhia centraliza os serviços administrativos na controladora, desta forma o valor (controladora) trata-se de serviços administrativos compartilhados das investidas efetuados pela holding. (b) As despesas recuperadas são na maioria reversões de provisão para contingências na controladora e suas investidas. (c) Com o advento do PRT e PERT obtivemos o benefício da redução das multas, e em consequência foram atualizadas todas as multas de alguns tributos dentro do exercício corrente, juntamente com outros impostos parcelados. (d) As perdas com investimentos refere-se a baixa de investimentos de Aguas de Santo Antônio no montante de R$ 5.204, sendo o restante o resultado negativo da investida Envimax e Conasa-SPE. (e) Refere-se a reversão das contingências trabalhistas, tributárias e civis reconhecida em períodos anteriores. **30. Resultado por Ação:** Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do período.

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	18.386	24.310
Lucro atribuído a não controladores	3.182	6.472
Resultado atribuível aos acionistas	15.204	17.838
Quantidade de Ações	162.687.034	158.187.034
Lucro por Ação (valor expresso em reais)	R$ 0,0935	R$ 0,1128

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – diluído conforme requerido pelo CPC – 41, em razão de não existir fatores de distorção das ações ordinárias da Companhia. **31. Segmentos Operacionais:** A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados pela característica técnica e relação jurídica de contrato, além da relevância das receitas de cada segmento. Atualmente, a Companhia atua, diretamente, ou através de controladas e coligadas, nos segmentos de concessões de saneamento básico nas cidades de Itapema-SC e Salto-SP, na gestão de iluminação pública sob regime de concessão administrativa nas cidades de São João do Meriti-RJ e Caraguatatuba-SP, e o fornecimento ao setor privado de serviços de saneamento ambiental também na cidade de Salto-SP. O setor de concessões de saneamento básico é o mais importante negócio da Companhia. As sociedades de propósito específico, controladas ou coligadas, Águas de Itapema, Sanesalto, Águas de Meriti são concessionárias do fornecimento de água e/ou tratamento de esgoto. Esse segmento é caracterizado pelo alto investimento no início das concessões e pela remuneração através de tarifa dos investimentos realizados. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões. Nos exercícios de 2016 e 2015, a Companhia também realizou operação de sistemas de água e esgoto municipais, em regime de contratação emergencial na cidade de Palhoça-SC. O setor de energia e iluminação pública apresenta um enorme potencial, desde a Resolução Aneel 414/10. Através da Urbeluz, a Companhia atua no setor em Parcerias Público Privadas ("PPP") e prestação direta de serviços e obra. No encerramento do exercício de 2017, a Urbeluz detinha participação em duas PPP. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões. O segmento de saneamento ambiental se caracteriza especialmente pelo tratamento de efluentes industriais, atividade realizada pela Sanetrat, e remediação de solo e serviços de engenharia ambiental, atividade realizada pela Envimax. As demais atividades da Companhia ou de suas controladas e coligadas são classificadas em outros segmentos operacionais, pela atual relevância na atuação do grupo econômico. As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são as seguintes:

	Receitas Líquidas		Saneamento Ambiental	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saneamento Básico	57.413	66.383	21.689	23.803
Iluminação Pública	75.327	84.019	7.084	19.122
Saneamento Ambiental	5.854	4.703	423	1.262
Outros	100	5.699	2.870	3.129
Total	138.693	160.804	32.066	47.316

	Depreciação e Amortização		Total do Ativo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saneamento Básico	(3.070)	(3.005)	243.591	232.777
Iluminação Pública	(1.011)	(891)	78.649	70.401
Saneamento Ambiental	(1.076)	(332)	12.808	13.475
Outros	(235)	(255)	26.744	32.165
Total	(5.392)	(4.483)	361.791	348.818

32. Seguros: A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Contudo, durante o exercício de 2016 e início de 2017, e vigentes até as datas variáveis em 2018, os contratos de seguros que a Companhia possui são para seu próprio imobilizado. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Sanetrat		
Estação de tratamento de esgoto	300	–
	300	–
Aguas de Itapema		
Estação de tratamento de esgoto	17.250	9.642
Estações de tratamento de água	16.105	9.002
Estações elevatórias de esgoto	4.080	2.281
Sede Administrativa	1.500	838
Almoxarifado – anexo a sede administrativa	2.000	1.118
Almoxarifado – bairro Morretes	1.500	838
Lagoa de captação de água bruta	500	279
	42.935	24.000
Urbeluz		
Responsabilidade civil	52.061	–
Impacto de veiculo e queda de aeronaves	300	
Responsabilidade civil do empregador	126	–
	52.487	–
	95.722	24.000

33. Instrumentos financeiros: 33.1. Análises dos instrumentos financeiros: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. **33.2. Categoria de instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

		Controladora			
		Valor contábil		Valor de mercado	
Ativo financeiros	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	5	5	258	258
Contas a receber	valor atualizado	603	603	2.083	2.083
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	9.752	9.752	36.809	36.809
Títulos de Valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado (*)	42.130	42.130	35.403	35.403
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	1.653	1.653	417	417
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	9.026	9.026	716	716
Partes relacionadas	Custo amortizado	4.249	4.249	22	22

		Controladora			
		Valor contábil		Valor de mercado	
Ativo financeiros	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	6.223	6.223	3.211	3.211
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	20.160	20.160	27.045	27.045
Ativo financeiros	Empréstimos e recebíveis	22.406	22.406	18.864	18.864
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	19.084	19.084	20.355	20.355
Títulos de valores mobiliarios	Valor justo por meio do resultado (*)	55.703	55.703	62.051	62.051
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	15.226	15.226	16.425	16.425
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	68.088	68.088	66.764	66.764
Partes relacionadas	Custo amortizado	8.771	8.771	50	50

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3. **33.3. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. (a) ***Risco de mercado* – Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

			Cenários	
Instrumento financeiro	**Risco**	**Saldo em risco (*)**	**Provável**	**Possível (25%) (**)**	**Remoto (50%) (**)**
Ativo Financeiro					
Outros Investimentos	Redução da taxa CDI	6.223	762	(191)	(381)
Debêntures Sanesalto	Redução da taxa IGP-M	12.235	1.499	(375)	(749)
Sanetrat CCI	Redução da taxa IGP-M	31.689	3.882	(970)	(1.941)
Passivo Financeiro					
CCB Itapema	Aumento na taxa IGP-M	25.432	(3.115)	(779)	(1.558)
Capital de Giro Urbeluz	Aumento na taxa CDI	13.251	(1.623)	(406)	(812)
Finame	Aumento na taxa TJLP	456	(56)	(14)	(28)
Debêntures Conasa SPE	Aumento na taxa IGP-M	11.886	(1.456)	(364)	(728)
		101.172	(108)	(3.098)	(6.197)

(*) Saldo em risco é o montante do ativo ou passivo vinculado à variação de taxa no exercício seguinte. (**) Os montantes são expectativas de incremento ou redução nas receitas ou despesas financeiras. Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada. *(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto o risco de crédito associado a cliente, o Administração julga como risco baixo, pois possuem apenas um cliente, e este é fundamentado por contrato de prestação de serviços com recebíveis mensais fixos;* ***Risco de liquidez:*** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. **34. Eventos Subsequentes:** Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia participou do processo de concessões de rodovias do Estado do Mato Grosso, como líder do Consórcio Via Brasil (40% de participação). O Consórcio arrematou, em leilão organizado pela B3, a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso, envolvendo os trechos de 111,9 km da rodovia MT-100, em Alto Araguaia (Lote 1), e de 188,2 Km da rodovia MT-320/MT-208, em Alta Floresta (Lote 2). A concessão dos 300,1 km de rodovias será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Governo de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R$ 16 milhões. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R$ 351 milhões (Lote 1) e R$ 515 milhões (Lote 2). O Consórcio espera a promulgação do resultado e assinatura do contrato no 1º semestre de 2018.

Mario Vieira Marcondes Neto – Diretor Presidente
Isaac do Nascimento – Contador CRC-PR043806/0-1

Diretoria executiva: • **Diretor Presidente:** Mario Vieira Marcondes Neto; • **Diretor Administrativo Financeiro:** Manoel Motta Netto; • **Diretor de Operações:** César Ferreira de Menezes; • **Diretor de Relações com Investidores:** Paulo Guida. • **Contador:** Isaac do Nascimento – CRC PR 043.806/O-1.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. **Diretoria executiva:** • **Diretor Presidente:** Mario Vieira Marcondes Neto; • **Diretor Administrativo Financeiro:** Manoel Motta Netto; • **Diretor de Operações:** César Ferreira de Menezes; • **Diretor de Relações com Investidores:** Paulo Guida. • **Contador:** Isaac do Nascimento – CRC PR 043.806/O-1. **Mario Vieira Marcondes Neto** – Diretor Presidente; **Isaac do Nascimento** – Contador CRC-PR043806/0-1.

51059/2018

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ: 08.837.556/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Os Administradores da **CONASA INFRAESTRUTURA S.A.** ("CONASA") apresentam as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2017, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes. As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CONASA é uma holding de participações em infraestrutura, com atuação em saneamento, energia e rodovias.

A evolução dos resultados financeiros e operacionais da Companhia nos últimos anos e as significativas mudanças nos cenários macroeconômico e concorrencial levaram à ampliação da estratégia de negócios, passando a CONASA a atuar em todas as áreas de infraestrutura.

Como parte da estratégia de atuar em outros setores de infraestrutura, no início do exercício de 2018, a CONASA, como líder do Consórcio Via Brasil, arrematou a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso, envolvendo os trechos de 111,9 km da rodovia MT-100, em Alto Araguaia (Lote 1), e de 188,2 Km da rodovia MT-320/MT-208, em Alta Floresta (Lote 2).

A concessão dos 300,1 km de rodovias será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Governo de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R$ 16 milhões. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R$ 351 milhões (Lote 1) e R$ 515 milhões (Lote 2).

Principais destaques

A Companhia Águas de Itapema concluiu o processo de reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão ao final de 2015, firmando o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, reajustando investimentos e as tarifas. Com o reequilíbrio, a receita bruta da controlada, excluída a receita de construção, passou de R$ 35.489 em 2015 para R$ 47.994 em 2016 e R$ 49.904 em 2017.

Até o final da concessão, no sistema de abastecimento de água serão investidos R$ 148.909, e no de esgotamento sanitário os investimentos irão somar R$ 353.931, em linha com o que determina o Plano Municipal de Saneamento Básico aprovado no ano de 2014.

Em 2016 e 2017, com um investimento de R$ 31.368 a Águas de Itapema ampliou a rede de esgoto em 18 km, ampliando a cobertura de esgoto para 74,2%. O BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento o Extremo Sul financiou parte das obras, atuando como repassador do BNDES, no montante de R$ 13.200. A Águas de Itapema também executou a ampliação do sistema de água, com a implantação de um reservatório de 4.000.000 de litros e estação de tratamento de água com capacidade de produção de 7.500 litros por minuto.

Em 2017, a CONASA ingressou na ASB – Ativos Saneamento do Brasil, controladora da Sanema – Saneamento Ambiental. A Sanema detém contrato de locação de ativos com a CASAL e está instalando o sistema de coleta e tratamento de esgoto de duas bacias de Maceió-AL. A capital conta com índice de tratamento baixo, cerca de 34%, e a Sanema investirá cerca de R$ 171 milhões para ampliação desse índice. Serão construídos 300 km de rede de esgoto e ligações domiciliares e uma Estação de Tratamento de Esgoto com capacidade de 238 litros por segundo.

No segmento de iluminação pública, a CaraguaLuz, detentora da PPP de iluminação pública de Caraguatatuba - SP, instalou cerca de 9.000 luminárias LED e completará a totalidade do município nessa tecnologia até o exercício de 2018. Será a primeira cidade com 100% das luminárias públicas em LED do Brasil.

A MauaLuz, detentora da PPP de iluminação pública de Mauá-SP, iniciou a prestação de serviços em dezembro de 2016. Até dezembro de 2017, a Mauá já havia instalado 5.091 luminárias em LED e até abril de 2018, 9.136, de um total de 28.030 luminárias do município. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previstos investimentos de R$ 81 milhões e receita anual média de R$ 10 milhões.

Reapresentação das demonstrações financeiras de 2015 e 2016

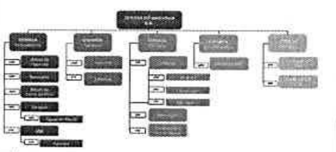
Durante o processo de fechamento das Demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia identificou a necessidade de reclassificação contábil dos ativos vinculados às concessões nas Parcerias Público Privadas. Até a publicação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os ativos das PPPs estavam classificados pelas controladas Alegrete e CaraguaLuz como ativos intangíveis. Pelas características dos contratos, em especial pela contrapartida pecuniária paga pelo poder concedente sem risco de demanda, a melhor classificação dos ativos é como ativos financeiros. Após tal identificação, as controladas procederam com as reclassificações e reapresentações, e a Companhia optou por reapresentar as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016 e apresentar as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, com tais alterações.

As Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras reapresentadas demonstram os efeitos das reclassificações.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E HISTÓRICO

A CONASA INFRAESTRUTURA S.A. é a holding de investimento focada em infraestrutura, notadamente concessões e PPPs de saneamento básico e iluminação pública.

A estrutura organizacional concebida, com atuação conjunta da Holding com as SPEs, permite a centralização da estrutura estratégica de operação e desenvolvimento de novos negócios, mantendo nas empresas investidas a estrutura restrita necessária para o operacional.



HISTÓRICO

A CONASA Infraestrutura S.A. foi constituída em 2007 para ser um dos agentes privados no setor de infraestrutura do Brasil, com foco em saneamento, serviços ambientais, energia e rodovias.

O setor de saneamento apresenta déficits enormes de investimento e enfrenta problemas que não poderão ser solucionados, na escala e velocidades necessárias, sem a participação efetiva da iniciativa privada, que deverá estar fortemente amparada em políticas públicas adequadas.

A carência de investimentos em outros setores de infraestrutura no país motivou a Companhia a expandir a atuação para novos mercados, passando a abranger também as áreas de energia e saneamento ambiental.

A Companhia atua como holding, detendo participações relevantes, em sua maioria controladora, de sociedades de propósito específico concessionárias de serviços públicos de saneamento básico, iluminação pública e rodovias, além de empresas voltadas à prestação de serviço.

Fazem parte atualmente do grupo econômico: 1. No segmento de concessões de saneamento (i) Águas de Itapema, concessionária de abastecimento de água e tratamento de esgoto do município de Itapema – SC; (ii) Sanesalto, concessionária de tratamento de esgoto do município de Salto – SP; (iii) Águas de Santo Antônio, concessionária de abastecimento de água do município de Santo Antônio de Pádua - RJ; (iv) Sanesul, construtora detentora de 49% de Águas de Meriti; (v) Águas de Meriti, concessionária de tratamento de esgoto do município de São João do Meriti - RJ; (vi) ASB, holding detentora da SANEMA, da qual a CONASA detém 33% das ações; (vii) Sanema, empresa que detém contrato de locação de ativos com a CASAL, para construção de estação de tratamento de esgoto e sistema de coleta em Maceió-AL; 2. No segmento de iluminação pública (viii) Urbeluz, empresa especializada em obras de eficiência energética e de iluminação pública; (ix) Alegrete, concessionária da PPP de iluminação pública do município de São João de Meriti - RJ; (x) CaraguaLuz, concessionária da PPP de iluminação pública do município de Caraguatatuba - SP; (xi) Consórcio CaraguaLuz, responsável pela execução do CAPEX da CaraguaLuz; (xii) MarabáLuz, SPE em fase pré-operacional concessionária da PPP de iluminação pública do município de Marabá - PA; (xiii) MauaLuz, SPE concessionária da PPP de iluminação pública do município de Mauá - SP; (xiv) Construtora Luz de Mauá, responsável pela execução do CAPEX da MauaLuz; 3. No segmento de serviços (xv) Sanetral, empresa de tratamento de efluentes industriais; (xvi) Envireez, empresa de remediação de solo e engenharia ambiental; 4. No segmento de investimentos (xvii) Conasa SPE, empresa criada pela CONASA para investimentos conjuntos; e 5. No segmento de rodovias, o Consórcio Via Brasil, liderado pela CONASA, vencedor dos lotes 1 e 2 do leilão Pró-Estradas do Governo do Mato Grosso, das concessões de 30 anos da MT 100 e MT 320.

A Águas de Itapema é a concessionária dos serviços de água e esgoto do município de Itapema – SC, desde 2004. Nesta cidade litorânea de 59 mil habitantes e população flutuante de até 300 mil no verão, foram investidos R$ 148.222k em obras de água e esgoto, sendo que R$ 109.649k foram direcionados para a implantação da infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto. Outros R$ 38.573 foram aplicados nas obras que puseram fim ao problema da falta de água que se repetia ano após ano na cidade durante as temporadas de verão.

Em 2015 a Águas de Itapema concluiu o processo de reequilíbrio econômico financeiro que pesava sobre o contrato de concessão em função da antecipação de diversos investimentos e a realização de investimentos não previstos inicialmente, todos necessários para fazer frente ao crescimento de Itapema em condições diversas daquelas previstas quando da licitação.

Nesse processo de reequilíbrio foram comprometidos recursos de R$ 503,8 milhões para investimento até o novo termo do contrato, estipulado agora para o ano de 2044. Dessa soma R$ 149,9 milhões no sistema de abastecimento de água, visando atender o crescimento que se projeta para a cidade, mantendo 100% de cobertura e R$ 353,9 para levar o atendimento com serviços do sistema de esgotamento de esgoto até o patamar de 97,42 % de atendimento em 2044.

A Sanesalto iniciou a construção do sistema de tratamento de esgoto no Município de Salto – SP, o qual não contava com tratamento de esgoto. Opera, desde 2007, a concessão de tratamento de esgoto por 25 anos. Com investimentos de R$ 70.215, inicialmente, a companhia elevou, o percentual de atendimento com tratamento de esgoto de 0 % para 92%, representando um avanço memorável para o saneamento básico da cidade de Salto e para a bacia do Rio Tietê. O tratamento inicialmente implantado consistiu em um sistema biológico ao qual se agregou um sistema de lodos ativados o que levou o nível de tratamento a uma eficiência de até 95%.

A Águas de Santo Antônio detém a concessão de tratamento e distribuição de água do município de Santo Antônio de Pádua – RJ. Com investimentos de mais de R$ 7.050 até o encerramento do exercício de 2015, a concessionária conseguiu reverter o sucateamento do sistema de captação, tratamento e distribuição de água do município. Esse projeto mostrou a viabilidade do atendimento de pequenas cidades com serviços de qualidade. Em 2017, o Poder Concedente entrou com processo de caducidade da concessão que está sendo discutido judicialmente.

Em 2014, com a aquisição do controle da Sanesul, a CONASA entrou na Águas de Meriti que é responsável pelos serviços de esgotamento sanitário e gestão comercial das contas de água e esgoto em São João de Meriti, cidade da Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A concessionária iniciou a prestação dos serviços em julho de 2015 e, desde então, atua para atingir 90% de atendimento nos próximos cinco anos. Essa meta audaciosa, em função da abrangência e do curto prazo, fará com que todo o esgoto coletado seja tratado, antes de retornar aos recursos hídricos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para a melhoria dos índices de qualidade de vida das pessoas.

São João de Meriti possui uma área de 35.216 km2, sendo 100% urbanizado, e população de 460 mil habitantes. Essas características fazem com que o município tenha uma das mais altas densidades demográficas da América Latina, com 13 mil habitantes por km2. Realizar as obras de recuperação e ampliação do sistema de esgoto com o menor impacto possível na rotina diária da população é um desafio a mais para a empresa.

A concessão terá duração de 30 anos. Do total de R$ 337 milhões previstos em investimentos, Águas de Meriti aplicará mais de 65% desse valor até 2020 e será a uma das primeiras cidades da Baixada Fluminense a universalizar o tratamento de esgoto, através da coleta e do transporte até os interceptores ligados às estações Sarapuí e Pavuna; sendo assim, um dos primeiros municípios a colaborar efetivamente para a despoluição da Baía da Guanabara.

A Sanema é responsável pela construção de Estação de Tratamento de Esgoto com capacidade de 238 litros por segundo, para atendimento de 2 bacias de Maceió-AL. Além da estação, a Sanema construirá todo o sistema de coleta de esgoto, com mais de 300 km de rede coletora e ligações domiciliares para atendimento da população. O contrato da Sanema é de locação de ativos, construção seguida de locação de ativos de saneamento, com característica de built to suit.

A CONASA detém a Sanetral Saneamento S.A., empresa que faz tratamento de efluentes industriais. Como tais efluentes não podem ser lançados diretamente na rede coletora municipal por serem extremamente agressivos ao meio ambiente, eles têm obrigatoriamente que ser previamente tratados. Como opção para as indústrias que não desejam ou encontram-se impossibilitadas de tratar seus efluentes, a CONASA possibilita o lançamento de forma correta, garantindo o tratamento e a preservação ambiental.

Após a publicação da Resolução ANEEL 414/2010, a CONASA adquiriu uma participação significativa na Urbeluz que possui experiências em obras de eficiência energética e iluminação pública em centros urbanos em nove Estados brasileiros, com destaque para obras realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Roraima.

No setor de iluminação, a CONASA, diretamente ou através da Urbeluz, detém participações em algumas concessionárias.

A Alegrete detém, desde 2014, a PPP por 25 anos de gestão de iluminação pública de São João do Meriti – RJ, em que estão sendo investidos R$ 120 milhões para substituição da totalidade do parque por luminárias LED, garantindo qualidade da prestação dos serviços, maior qualidade de vida e segurança pública.

Em Caraguatatuba, a CaraguaLuz foi constituída como sociedade de propósito específico, em 30 de abril de 2015. Criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade do consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos.

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, da Parceria Público Privada de gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Ação Declaratória solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário.

A CONASA também detém participação na MauaLuz, Parceria Público Privada para gestão da iluminação pública do Município de Mauá – SP. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previstos investimentos de R$ 81 milhões e receita anual média de R$ 10 milhões.

Em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia participou do processo de concessões de rodovias do Estado do Mato Grosso, como líder do Consórcio Via Brasil (40% de participação). O Consórcio arrematou, em leilão organizado pela B3, a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso, envolvendo os trechos de 111,9 km da rodovia MT-100, em Alto Araguaia (Lote 1), e de 188,2 Km da rodovia MT-320/MT-208, em Alta Floresta (Lote 2).

A concessão dos 300,1 km de rodovias será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Governo de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R$ 16 milhões. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R$ 331 milhões (Lote 1) e R$ 515 milhões (Lote 2).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A instância máxima de decisão na Companhia é a Assembleia Geral de Acionistas. Compete a ela, entre outros assuntos, eleger ou destituir os membros do Conselho de Administração e alterar o Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por cinco membros com mandato de um ano, permitida a reeleição. No ano de 2016 a renovação dos membros do Conselho de Administração contemplou a escolha de três membros independentes, eleitos e empossados em 27 de outubro de 2016.

Os conselheiros independentes eleitos agregam conhecimentos de diferentes áreas: José Roberto de Mattos Curan, foi executivo de instituições financeiras como Itaú, Votorantim e Original e é membro do conselho fiscal da CPFL – Energia Renováveis, Giuseppe Visconi, sócio da consultoria Brasplan, e Marcus Vinicius Bossa Grassano, sócio fundador do escritório Grassano & Associados, um dos escritórios com destaque na revista Análise Advocacia 500.

A Diretoria Executiva é composta por quatro Diretores (Presidente, Administrativo-Financeiro, Engenharia e Operações, e Relações com Investidores), com mandato de um ano, permitida a reeleição.

GESTÃO DA QUALIDADE

A Gestão da Qualidade e as Certificações ISO 9001 e ISO 14001, das investidas da CONASA visa a integração dos procedimentos, a satisfação dos clientes, o aperfeiçoamento contínuo dos processos e serviços, além do aprimoramento constante dos funcionários, o controle da ocorrência de problemas operacionais e o acompanhamento permanente da satisfação dos clientes.

A Companhia Águas de Itapema recebeu recentemente o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - PNQS, recebeu dia 21 de novembro de 2017 o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento 2017 (PNQS) instituído pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). O Prêmio é reconhecido em toda a América Latina como o mais importante do setor. A CONASA Águas de Itapema foi a única companhia do setor privado a integrar o grupo das 20 melhores empresas em gestão no saneamento ambiental no país.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da companhia contratou a BDO Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período 2013 a 2017.

A remuneração dos auditores no exercício de 2017 foi de R$ 78 pela auditoria da companhia, somado ao valor de R$ 246 pela auditoria de 11 sociedades controladas, coligadas ou investidas. A contratação do mesmo auditor para todas as empresas do grupo permite um processo eficiente de auditoria, sem que a companhia ou suas coligadas contratem a BDO para exercício de outras atividades de consultoria que poderiam gerar conflitos de interesse.

BOVESPA MAIS

A Companhia segue com o processo para listagem no ambiente do BOVESPA MAIS da BM&FBOVESPA, bem como registro na CVM na categoria A. Em 2016 e 2017, a Companhia passou a atender todas as exigências de governança corporativa de ambas as instituições.

A estratégia e listagem no BOVESPA MAIS está associada a um planejamento de longo prazo que visa agregar capacidade de investimento e liquidez às ações, ao mesmo tempo implantando imediatamente os mais altos padrões de governança corporativa em um ambiente transparente e parametrizado pelas regras da BM&FBOVESPA e da Comissão de Valores Mobiliários.

Com a possibilidade aumento gradual das ações em circulação, a Companhia planeja, durante o prazo permitido no ambiente do BOVESPA MAIS, agregar projetos e demonstrar para o mercado sua capacidade de crescimento, bem como sua capacidade de performance sobre os projetos operacionais.

Incluiu-se nas obrigações da Companhia, a cláusula compromissória definida pelo Estatuto Social de resolução de controvérsias perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

CÓDIGO DE ÉTICA - COMPLIANCE

No exercício de 2017, a Companhia e suas consolidadas e coligadas estruturaram as diversas áreas internas para implantação de Manual de Ética e Postura, com objetivo de implantar políticas de compliance comum a todo grupo.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia vem solidificando sua estruturação financeira através de novos negócios e amortização de dívidas.

Até 2015, o foco da Companhia foi a redução da razão Dívida Líquida por EBITDA, que passou de 10,92 em 2013 para 1,72 em 2015, 1,12 em 2016 e 1,21 em 2017. Tal redução foi possível através do aumento de receita pelo desenvolvimento de novos negócios e pela amortização da dívida de longo prazo.

Foi importante também a redução de custos e eficiência operacional gerada pela centralização das atividades das investidas na CONASA.

A redução razão dívida líquida por EBITDA nos menores níveis do mercado permitiu e permitirá à Companhia se realavancar, financiando os investimentos dos anos seguintes, bem como desenvolver novos negócios.

RECEITAS

A receita líquida consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento, saindo de R$ 123.800 em 2015 para R$ 160.804 em 2016 e R$ 135.893 em 2017. A elevação de receitas advém essencialmente do início de faturamento das PPPs de iluminação pública e revisões tarifárias. A redução de receitas de 2016 para 2017 reflete essencialmente a reversão da parcela de contraprestação fixa das PPPs para amortização do ativo, que deixam de ser registradas como receita bruta da Companhia, e redução da receita direta da Holding com a interrupção de contratos de prestação de serviços.

A presente receita ainda não apresenta a totalidade do potencial da Companhia nas empresas em operação. A receita bruta operacional consolidada deve aumentar com o início de operação de projetos em desenvolvimento, como as rodovias sob administração do Via Brasil, consolidação contábil da Sanesalto quando da transferência das ações, a partir da aprovação dos debenturistas para troca de controle. E o início de faturamento de projetos não consolidados, como Águas de Meriti e Sanema.

CUSTOS E DESPESAS

Os custos sofreram redução de R$ 89.049 em 2015 para R$ 83.160, resultado essencialmente do custo de construção de R$ 35.540 em 2016 contra R$ 28.365 em 2017, que reflete leve redução dos investimentos realizados pelas concessionárias neste ano.

As despesas sofreram redução de R$ 26.048 em 2016 para R$ 23.467 em 2017, decorrente das reversões de provisões para contingências trabalhistas, tributárias e civis, juntamente com o impacto da equivalência patrimonial na controladora.

EBITDA

Evolução absoluta do EBITDA nos últimos cinco anos deve-se ao resultado de uma rígida política de redução de custo e aumento da eficiência da operação, principalmente motivado pelos reequilíbrios econômicos e desenvolvimento de novos negócios.

EBITDA	2017	2016	2015
Lucro Líquido	18.388	24.310	25.548
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.031	9.867	5.042
Depreciação e Amortização	5.845	4.662	6.333
Amortização do Ativo Financeiro	13.370	4.374	631
Resultado Financeiro	4.649	9.730	12.239
EBITDA	51.082	52.764	49.793
Margem EBITDA	48,30%	42,12%	45,30%

RESULTADO FINANCEIRO

Quanto às despesas financeiras, o controle inflacionário promovido pelo Governo Federal em 2016 e mais acentuadamente em 2017 impactou diretamente o resultado financeiro, pela atualização monetária e juros do passivo. As despesas financeiras atingiram R$ 10.587, contra R$ 17.957 em 2016. O resultado financeiro líquido encerrou o exercício de 2017 em (R$ 4.649).

LUCRO

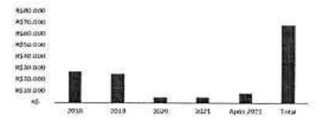
A CONASA apresentou lucro líquido de R$ 18.385 no ano de 2017, ante R$ 24.310 em 2016 e R$ 25.545 em 2015.

O resultado reflete a execução do plano de negócios da CONASA, essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios. A redução de 2016 para 2017 é reflexo em grande parte da reversão da parcela de contraprestação das PPPs de iluminação pública de receita bruta para amortização do ativo, não transitando pelo resultado. Com a realização de investimentos dos próximos anos, a atualização do ativo financeiro pela Taxa de Retorno do Ativo Financeiro deve elevar as receitas financeiras de tais contratos e reverter a queda entre 2016 e 2017.

PASSIVOS

Os passivos consolidados da Companhia se concentram nos financiamentos de longo prazo estruturados para realização de investimento pelas concessionárias.

O quadro abaixo apresenta o fluxo de vencimento dos financiamentos para os próximos exercícios.



Pela natureza do financiamento de longo prazo, os fluxos de caixa operacionais das investidas serão suficientes para pagamento das obrigações.

A Companhia espera aumentar nível de alavancagem, com a entrada em operação de novos negócios, como Via Brasil e Sanema, bem como investimentos previstos nas concessões em operação.

DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA

O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

EBITDA	2017	2016	2015
Lucro Líquido	18.388	24.310	25.548
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.031	9.867	5.042
Depreciação e Amortização	5.845	4.662	6.333
Amortização do Ativo Financeiro	13.370	4.374	631
Resultado Financeiro	4.649	9.730	12.239
EBITDA	51.082	52.764	49.793
Dívida Bruta	58.088	66.764	94.779
Disponibilidades	6.223	3.211	5.012
Conta Reserva	44	4.395	4.262
Dívida Líquida	61.822	59.158	83.505
Dívida Líquida EBITDA	1,21 x	1,12 x	1,72

A evolução do indicador consolidado acima demonstra a redução da alavancagem da Companhia e suas investidas e solidez financeira agregada nos últimos anos com a execução do plano de negócios.

A redução do indicador se deu essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas, previstas em cada plano de negócios, e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios.

Conforme já comentado, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para o cumprimento das obrigações contratuais de investimento nos projetos operacionais e para pagamento dos financiamentos já contratados. Além disso, o atual nível de geração de caixa e alavancagem permitirão a conquista de novos negócios e o financiamento dos investimentos.

ATIVOS

Quanto aos ativos relevantes da Companhia, há concentração do ativo em investimentos realizados nos atuais projetos operacionais, especialmente nos ativos intangíveis vinculados às concessões e PPPs. Os ativos intangíveis concentram a totalidade dos investimentos que serão revertidos aos poderes concedentes ao final de cada período de concessão.

A Companhia aumentou sua base de ativos regulatórios de R$ 165.408 em 2016 para R$ 168.307 em 2017, fruto de um investimento em ativos intangíveis e financeiros de R$ 28.365 no exercício de 2017.

O ativo da Companhia também é composto por Títulos e Valores Mobiliários caracterizados por títulos de dívida de empresas do próprio grupo econômico e outros.

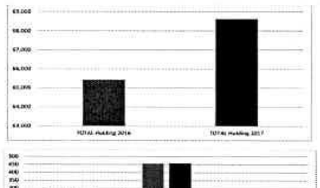
DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia inclui no Relatório da Administração informações operacionais, considerando ativos em operação de controladas e coligadas, admitindo o volume de ativos em operação pela ponderação de sua participação. No segmento de saneamento, considera-se as empresas Águas de Itapema, Sanesalto. Os valores não consideram a Águas de Meriti e Sanema, ainda pré-operacionais, e as economias de água da Águas de Santo Antônio. No segmento de energia, a Companhia considera os ativos da Alegrete, CaraguaLuz e MauáLuz (20%).

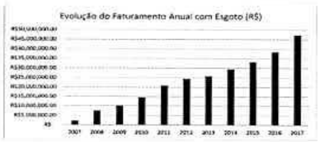
SANEAMENTO BÁSICO

No segmento de saneamento, a CONASA registrou no exercício de 2017 um aumento no número de economias atendidas de 7% nos sistemas de abastecimento de água e de 5% nos sistemas de esgotamento sanitário.

Esse crescimento se deu como resultado do crescimento vegetativo das cidades atendidas.



O faturamento da Companhia no segmento água e esgoto tem se comportado de acordo com as expectativas estabelecidas no planejamento dos contratos, sendo que os desvios têm sido compensados ao longo do histórico de execução dos contratos.



As ações preventivas nas unidades operacionais, bem como rigoroso controle de seus processos e as obras efetuadas durante a vigência do contrato, garantiram uma temporada 2016/2017 2017/2018, com os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário operando em sua normalidade não registrando ocorrências como falta de água, ou problemas na rede coletora de esgoto. Os parâmetros de qualidade da água tratada e lançamento do esgoto tratado estiveram dentro dos parâmetros de acordo com a legislação vigente.

Em iluminação pública, a URBELUZ Energética vem aumentando sua base de clientes constantemente. Ao final do ano de 2014, a Companhia atendia 20.420 pontos de iluminação pública em regime de PPP na cidade de São João de Meriti. Em 2015 o atendimento passou para 42.807 pontos com a assinatura da PPP no município de Caraguatatuba-SP. No ano de 2016, com a assinatura da PPP no município de Mauá-SP, o atendimento passou a 49.192 pontos e encerrou o ano de 2017 com o atendimento a 49.922 pontos de iluminação pública em contratos de PPP considerando as adequações e expansões no sistema de iluminação pública desses municípios.

O foco neste momento está na realização dos investimentos previstos com maximização da eficiência do investimento.

A consolidação acima considera apenas pontos sob gestão em regime de parcerias público privada, incluindo a consolidação das sociedades de propósito específico controladas em sua totalidade e as controladas proporcionalmente.

Os investimentos realizados no ano 2017 permitiram uma redução de consumo de energia sobre as 5.093 luminárias substituídas para tecnologia LED de cerca de 74,6% na CaraguaLuz e 63,3% na Alegrete.

Considerando o período desde o início das concessões até dezembro 2017, foram instaladas no total 10.596 luminárias LED gerando uma economia de 55,9% na CaraguaLuz e 70,6% na Alegrete sobre os projetos dos investimentos executados. Ainda na MauaLuz foram instaladas no ano de 2017, 5.091 luminárias LED onde a participação nos investimentos é de 20%.

Além do sistema de iluminação pública em parceria público privada, a URBELUZ ainda faz a gestão energética e eficientização de lâmpadas e aparelhos de ar condicionado em todos os prédios públicos do município de São João de Meriti-RJ no total de 139 unidades consumidoras.

O total de ativos de prédios públicos é de 19.840 lâmpadas e 938 aparelhos de ar condicionado.

A previsão para o ano de 2018 é de aumento destes ativos com a encampação de novos prédios públicos e investimentos recebidos pela Prefeitura de São João de Meriti-RJ.

Atualmente, segundo Radar PPP, são 12 contratos assinados de PPP de iluminação pública no Brasil, 4 dos quais a Companhia detém participação.

RESPONSABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL

A Companhia preza para que a sua atuação e de suas controladas, coligadas e investidas esteja sempre observando os princípios de responsabilidade sócio ambiental.

Todas as controladas, coligadas e investidas observam rigorosamente a legislação ambiental aplicável pela manutenção da regularidade de todas as suas atividades e empreendimentos junto aos órgãos ambientais e reguladores.

Além da preocupação ambiental, a Companhia exerce seu papel social e desenvolve atividades de conscientização e participação popular sobre recursos hídricos.

A Tarifa Social, presente em todas as Concessionárias da CONASA, foi implantada visando proporcionar a inclusão de pessoas de baixa renda ao acesso ao saneamento básico, fornecendo água com qualidade e o tratamento do esgoto.

A participação na comunidade através de ações que são desenvolvidas em conjunto com os projetos e programas em curso nas municipalidades onde atua.

A CONASA Águas de Itapema recebeu, no final de 2017, o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento – PNQS, sendo a única companhia do setor privado a integrar o grupo das 20 melhores empresas em gestão no saneamento ambiental no país. O Prêmio, outorgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, é reconhecido em toda a América Latina como o mais importante do setor.

PNQS

Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento

CONTINUAÇÃO ►►►

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Balanços patrimoniais
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo

	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante		17.899	19.755	100.719	96.405
Caixa e equivalentes de caixa	4	5	258	6.223	3.211
Contas a receber de Clientes	5	603	2.083	20.160	17.370
Ativo Financeiro	16	-	-	11.839	11.509
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	6	512	499	3.791	5.930
Ativos destinados às aplicações nas concessões e serviços	7	-	-	6.635	6.079
Adiantamentos	8	1.019	968	4.677	6.176
Partes relacionadas	9	2.232	882	383	254
Títulos de Valores Mobiliários	10	12.941	12.985	45.860	46.604
Outros ativos circulantes		12	10	1.146	1.272
Dividendos a Receber		575	2.290	-	-
Não circulante		214.803	208.668	258.567	250.413
Realizável a longo prazo		37.067	90.432	54.938	93.355
Ativo Financeiro	16	-	-	10.567	3.827
Partes relacionadas	9	7.520	36.127	18.701	20.101
Títulos de Valores Mobiliários	10	29.189	22.438	9.843	15.447
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	-	-	-	4.801
Outros ativos não circulante	11	358	-	15.827	4.896
Ativo classificado como mantido para venda	12	-	31.867	-	44.283
Investimentos	13	173.088	116.939	32.101	25.152
Imobilizado	14	4.606	1.297	18.457	16.442
Intangível	15	42	-	153.071	115.464
Total do ativo		232.702	228.423	359.286	346.818

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante		20.923	18.215	78.464	74.821
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	3.247	428	26.557	22.797
Fornecedores		1.653	417	15.226	16.425
Encargos tributários a pagar	19	80	458	14.119	13.976
Salários e encargos sociais a pagar	20	238	459	3.059	2.454
Impostos e contribuições parcelados	21	183	348	3.770	2.727
Adiantamento de clientes	23	11.911	11.840	12.043	12.143
Partes relacionadas	9	-	-	93	50
Dividendos propostos	24.2	3.611	4.237	3.611	4.237
Demais contas a pagar		-	-	6	12
Não circulante		11.532	32.286	59.979	75.372
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	5.779	288	41.531	43.967
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda	12	-	14.961	-	91
Partes relacionadas	9	4.249	22	8.678	-
Impostos e contribuições parcelados	21	521	2.196	8.681	13.497
Provisão para contingências	22	10	595	168	4.660
Perda com investimentos	13	973	14.224	912	13.337
Patrimônio líquido controladores		200.247	177.922	200.247	177.922
Capital social	24.1	162.687	158.187	162.687	158.187
Adiantamento para futuro aumento de capital		4.651	151	4.651	151
Reserva de capital	24.3	(2.505)	-	(2.505)	-
Reservas legal	24.3	1.951	1.191	1.951	1.191
Reservas de retenção de lucros	24.3	33.463	18.393	33.463	18.393
Participações de não controladores		-	-	20.585	20.503
Total do patrimônio líquido		200.247	177.922	220.832	198.425
Total do passivo e patrimônio líquido		232.702	228.423	359.286	346.818

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	356	8.723	138.693	160.804
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	29	(181)	(1.439)	(63.160)	(89.049)
LUCRO BRUTO		175	7.284	55.533	71.755
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS		13.254	12.025	(23.467)	(24.439)
Despesas gerais e administrativas	27	(3.719)	(6.956)	(23.430)	(22.896)
Despesas comerciais	27	(24)	(981)	(3.096)	(2.158)
Outras receitas/despesas	29	1.532	5.008	(2.116)	1.252
Resultado com equivalência patrimonial	13.2	17.718	14.452	6.026	(838)
Amortização de investimentos (mais valia)		(253)	(199)	(253)	(199)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		13.429	19.309	32.066	47.316
RESULTADO FINANCEIRO	28	1.808	2.547	(4.649)	(9.730)
Despesas financeiras		(2.123)	(318)	(10.887)	(17.344)
Receitas financeiras		3.931	2.865	6.238	7.614
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR/CS		15.237	21.856	27.417	37.586
Imposto de renda e contribuição social		(33)	(408)	(9.031)	(9.667)
Corrente		(33)	(408)	(20.728)	(9.419)
Diferido				11.897	(248)
LUCRO LÍQUIDO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		15.204	21.447	18.386	27.919
Prejuízo do exercício prov do ativo mant para venda, líquido de imposto	12	-	(3.609)	-	(3.609)
(=) LUCRO DO EXERCÍCIO		15.204	17.838	18.386	24.310
Atribuível ao controlador	30			15.204	17.838
Atribuível ao não controlador	30			3.182	6.472
Lucro por ação - Reais	30	0,0935	0,1128	0,0935	0,1128

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro líquido do exercício	15.204	17.838	18.386	24.310
Total de resultado abrangente do exercício	15.204	17.838	18.386	24.310
Atribuível ao controlador			15.204	17.838
Atribuível ao não controlador			3.182	6.472

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de Capital	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Reserva de Dividendos Mínimos Obrigatórios	Total	Participação de não controladores	Total
	Consolidado								
	Controladora			Reservas de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	158.187	151	-	4.263	299	-	162.900	14.122	177.022
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(91)	(91)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.838	-	-	17.838	6.472	24.310
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Constituição reserva legal	-	-	-	(892)	892	-	-	-	-
- Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	1.421	1.421	-	1.421
- Dividendos propostos	-	-	-	(4.237)	-	-	(4.237)	-	(4.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	158.187	151	-	18.972	1.191	1.421	177.922	20.503	198.425
Aumento de capital	4.500	4.500	(2.505)	-	-	-	6.495	-	6.495
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(3.100)	(3.100)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.204	-	-	15.204	3.182	18.386
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Constituição reserva legal	-	-	-	(760)	760	-	-	-	-
- Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	4.237	4.237	-	4.237
- Dividendos propostos	-	-	-	(3.611)	-	-	(3.611)	-	(3.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	162.687	4.651	(2.505)	27.805	1.951	5.658	200.247	20.585	220.832

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(valores expressos em reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	15.204	17.838	18.386	24.310
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	226	238	6.392	4.483
Provisão para contingências	(585)	338	(3.735)	309
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	68	113	5.691	12.598
Juros apropriados sobre debêntures	-	-	1.002	1.438
Juros apropriados sobre parcelamentos	109	188	(1.047)	889
Rendimentos sobre títulos valores mobiliários	(3.731)	-	(1.968)	-
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.483	(334)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(11.075)	304
Resultado de equivalência patrimonial	(17.718)	(10.846)	(6.028)	4.247
Compra vantajosa sobre aquisição de ativo classificado como mantido para venda	(14.961)	3.609	(14.961)	3.609
Resultado com outros investimentos	253	199	253	199
(Aumento)/redução nos ativos:				
Contas a receber de clientes	1.480	(1.559)	(1.649)	813
Demais contas a receber e adiantamentos	1.305	(2.922)	(20.189)	(10.395)
Créditos tributários	(13)	(104)	6.619	(1.134)
Ativos destinados à aplic. nas concessões	-	-	(560)	(201)
Aumento/(redução) nos passivos:				
Fornecedores	1.237	(352)	(4.974)	5.023
Encargos tributários a Pagar	(408)	226	11.390	6.160
Salários e encargos sociais a pagar	(222)	(214)	(90)	(360)
Impostos e contribuições parcelados	(1.946)	81	(2.850)	3.623
Adiantamentos de Clientes	-	11.841	-	11.841
Acordos Comerciais (Partes Relacionadas)	4.249	-	8.678	-
Demais contas a pagar	70	-	4.629	(1.882)
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(15.403)	18.452	(6.203)	65.721
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(5.829)	(120)	(13.811)	(24.477)
Aquisição de títulos de dívidas	(2.975)	(21.585)	1.173	(20.012)
Adiantamentos para futuras aquisições de investimentos	24.324	(8.722)	1.642	(33.794)
Variação do Investimento em empresas, novas controladas/coligadas	(21.468)	(27.572)	(21.667)	(24.397)
Reflexo de Investimentos em empresas coligadas/controladas	1.146	(17.959)	(6.873)	(22.869)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.802)	(75.958)	(39.536)	(125.549)
Terceiros:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.242	(88)	292	(8.265)
Acionistas:				
Empréstimos entre partes relacionadas	2.710	57.007	8.079	29.159
Participação de não controladores	-	-	3.182	6.472
Dividendos propostos	(526)	2.816	(2.341)	3.085
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.500	-	4.500	-
Variação do patrimônio líquido	5.126	(2.816)	34.631	26.102
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	19.952	56.919	48.343	58.553
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(253)	(386)	2.604	(1.275)
Caixa e equivalente de caixa				
Início do exercício	258	644	3.619	4.487
Final do exercício	5	258	6.223	3.212

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(valores expressos em reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receitas de prestação de serviços	370	9.116	147.327	169.842
Outros Resultados	5.885	5.950	2.903	2.339
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.483)	334
	6.255	15.066	148.747	172.515
Insumos adquiridos de terceiros	(7.278)	(6.197)	(90.703)	(91.992)
Produtos químicos consumidos	-	(2)	(1.456)	(1.017)
Materiais consumidos	(13)	(469)	(9.247)	(10.553)
Energia elétrica	(58)	(58)	(20.734)	(20.267)
Outros custos de produtos e serviços	(168)	(357)	(8.773)	(8.746)
Custo de construção	-	-	(28.365)	(35.540)
Serviços de terceiros contratados	(1.273)	(2.528)	(8.396)	(8.345)
Perdas na realização e recuperação de ativos	-	-	(704)	-
Outras despesas operacionais	(5.766)	(2.783)	(13.028)	(7.524)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.023)	8.869	58.044	80.523
Depreciações e amortizações	(479)	(437)	(5.645)	(4.682)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(1.502)	8.432	52.399	75.841
Resultado da equivalência patrimonial	17.718	10.843	6.028	(4.247)
Receitas Financeiras	3.931	2.865	6.238	7.614
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	20.147	22.140	64.665	79.208
Pessoal				
Remuneração direta e benefícios	2.067	2.468	13.636	13.415
	2.067	2.468	13.636	13.415
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos, taxas e contribuições	2.454	1.233	23.059	21.570
	2.454	1.233	23.059	21.570
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	224	267	1.485	1.410
Juros e variações monetárias	198	314	8.099	18.403
	422	581	9.584	19.813
Lucro líquido do exercício não distribuído	15.204	17.838	15.204	17.838
Participação de não controladores	-	-	3.182	6.472
TOTAL	20.147	22.140	64.665	79.208

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CONASA INFRAESTRUTURA S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, que atua como holding com foco em infraestrutura, participando como acionista em sociedades, especialmente nos setores de saneamento ambiental e iluminação pública, com sede em Londrina/PR.
A Companhia encerrou o exercício de 2017 com participação relevante, direta e indiretamente, em 16 empresas, sendo ficoncessões ou Parceria Público Privadas de saneamento básico e iluminação pública, conforme descrito a seguir:

- **Companhia Águas de Itapema ("Águas de Itapema")**

A Águas de Itapema é concessionária dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa, a concessão se encerra em 2042.

- **Sanesalto Saneamento S.A. ("Sanesalto")**

A Sanesalto é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto – SP, com prazo de vencimento em agosto de 2032.

- **Águas de Santo Antônio S.A. ("Águas de Santo Antônio")**

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a concessão de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 anos, contados da assinatura do contrato, em30 de abril de 2004.
Em 12 de janeiro de 2017, o Prefeito do Município de Santo Antônio de Pádua, mediante o decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio, contra a qual a Águas de Santo Antônio está recorrendo judicialmente.

- **Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. ("Sanesul")**

A Sanesul é uma sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal atualmente a participação como sócia na Águas de Meriti Ltda., detendo 49% das cotas desta concessionária.

- **Águas de Meriti Ltda. ("Águas de Meriti")**

A Águas de Meriti é concessionária dos serviços de saneamento em São João do Meriti – RJ. Empresa iniciou a efetiva prestação dos serviços após a assinatura da ordem de serviço, no dia 21 de julho de 2015, assumindo o sistema de coleta de esgoto do município de 460 mil habitantes.A concessão tem prazo de duração de 30 anos.

- **Sanetrat Saneamento S.A. ("Sanetrat")**

A Sanetraté uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social principal o tratamento de efluentes industriais e investimentos correlatos.

- **Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. ("Envimax")**

A Envimax é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto social a atuação em engenharia ambiental, notadamente remediação e saneamento de solo e aquífero subterrâneo.

- **Urbeluz Energética S.A. ("Urbeluz")**

A controlada Urbeluz é uma sociedade anônima de capital fechadoespecializada em gestão de iluminação pública e projetos de eficientização energética.
A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética, atuando como acionista em sociedades de propósito específico concessionárias de Parcerias Público Privadas ("PPP") de eficiência energética e gestão de iluminação pública. Atualmente, a Urbeluz detém participação relevante na Alegrete, CarguaLuz e MarabáLuz, destacadas abaixo.

- **Alegrete RJ Participações S.A. ("Alegrete")**

A Alegrete é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída como sociedade de propósito específico para gestão e eficientização do parque de iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa. O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos, até 2038.

- **Caragua Luz S.A. ("CaraguaLuz")**

A CaraguaLuz é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída para execução do Contrato de Concessão Administrativa firmado entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, que tem como objeto a eficientização e gestão do parque de iluminação pública do município. O prazo de concessão será de 13 anos, contados a partir do início da prestação dos serviços em 2015.

- **Marabá Luz SPE S.A. ("MarabáLuz")**

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada de gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A sociedade de propósito específico foi criada e firmou o contrato com o Município para a concessão administrativa com prazo de 25 anos. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% da SPE. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Mandado de Segurança e Ação de Conhecimento solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário.

- **Mauá Luz Ltda. ("Maua Luz")**

A Mauá Luz é uma sociedade de propósito específico para execução da Parceria Público Privada de gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 30 anos, contados desde o início da prestação dos serviços em dezembro de 2016.

- **Construtora Luz de Mauá Ltda. ("Construtora LM")**

A Construtora LM é uma sociedade criada para execução de obras de eficientização energética, trabalhando em regimes de empreitada global ou parcial, bem como em regime de administração, na qual a Companhia detém 20% das cotas.

- **Conasa SPE S.A. ("CONASA SPE")**

A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 09 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa.

- **ASB Ativos Saneamento do Brasil S.A ("ASB")**

Em fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu 34% das ações da ASB, empresa controladora da Sanema Saneamento de Maceio Ltda.

- **Sanema – Saneamento de Maceió Ltda. ("Sanema")**

A Sanema detém contrato de locação de ativosde sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceio-AL com a CASAL Companhia de Saneamento de Alagoas. O contrato terá duração de 32 anos com entrega da infraestrutura em 2 anos e consequente locação dos bens a CASAL por 30 anos. A ordem de serviço foi recebida pela Sanema em novembro de 2017.

1.1. Planos da Administração

A Companhia tem como foco participação em concessões que consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e recebimento de contraprestações, notadamente em saneamento e iluminação pública. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão.
Os planos de negócio das controladas e coligadas incluem, notadamente durante a expansão dos sistemas, necessidades de capital, causando eventuais desequilíbrios financeiros de curto prazo apontados por capital circulante líquido negativo ou patrimônio líquido negativo.
A situação econômico financeira de suas controladas e coligadas é controlada pela Companhia através de análises de balanço e análise do plano de negócios, com a projeção dos fluxos de caixa.
Os planos da Administração estão baseados no plano de negócio que prevê fase de investimentos e retorno financeiro de cada concessão. As demonstrações contábeisda Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

2. Aprovação da emissão das informações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a apresentação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 17 de maiode 2018.

3. Apresentação das informações contábeis

3.1. A declaração de conformidade (com relação às normas do CFC)

As demonstrações contábeisindividuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) enormas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
Não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora constantes nas demonstrações contábeisconsolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por este razão, a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeisindividuais e consolidades em um único conjunto, lado a lado.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.
A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações contábeisforam preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

3.3. Base de consolidação

A data das demonstrações contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.
A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas de Controlada, incluídas na consolidação são como segue:

	Participação acionária 31/12/2017	Participação acionária 31/12/2016
Controladas diretas		
Águas de Santo Antônio S.A. (*)	100,00%	100,00%
Companhia Águas de Itapema	100,00%	100,00%
Sanotrat Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
Conasa SPE S.A.	99,99%	99,99%
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	50,00%
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	89,91%	83,70%
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	57,50%	57,50%
Controladas indiretas		
Alegrete RJ Participações S.A.	100,00%	100,00%
Caragua Luz S.A.	60,00%	60,00%
Coligadas (**)		
Sanesalto Saneamento S.A.	49,95%	49,95%
Mauá Luz Ltda.	20,00%	20,00%
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,00%	0,00%
Coligadas indiretas (**)		
Concessionária Águas de Meriti Ltda.	49,00%	49,00%
Sanema Saneamento de Maceio Ltda.	33,33%	0,00%

(*) No encerramento do exercício de 2016, a Águas de Santo Antônio sofreu intervenção do Poder Concedente de Santo Antônio de Pádua. Com isso, o exercício de 2016 da Companhia não consolida os resultados da Águas de Santo Antônio.
(**) Empresas que não consolidam estas demonstrações contábeis.

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

- **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações contábeis intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.4. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais.

3.5. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.5.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

• **Receitas:** As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento com os municípios e empresas privadas.

• **Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

• **Receitas de construção:** De acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e de lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

• **Receita de remuneração dos ativos de concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

• **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.5.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

• **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

• **Passivos financeiros**

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

• **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

a) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de impairment para esses instrumentos financeiros.

3.5.3. Ativo circulante e não circulante

• **Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

• **Ativo financeiro da concessão**

Os ativos de infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como "Ativo financeiro", quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo financeiro da concessão no início é mensurado a valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro – TRAF por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo financeiro no prazo da concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhias na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de concessão (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a "receita anual" (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance).

Conforme o ICPC 01 permite a classificação do ativo financeiro em três categorias, como definido no Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Entretanto, a Administração julga que a melhor classificação é como "recebível".

A parcela de remuneração do ativo financeiro deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação.

• **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos das "contas a receber" envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

• **Adiantamentos para investimentos**

Os adiantamentos para investimentos compreendem os valores transferidos para as empresas cuja Companhia demonstra interesse em adquirir participações em capitais. Essas transferências realizadas são feitas após uma avaliação sobre o aspecto financeiro, patrimonial e societário de cada companhia. Essas futuras aquisições são firmadas através de compra e venda ou até mesmo de cessão de direitos de outras companhias. São investimentos que farão parte das atividades secundárias da Companhia e também uma forma da mesma captar novos negócios para o desenvolvimento de suas atividades.

• **Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços a serem prestados (Almoxarifado)**

Estes ativos são registrados ao custo médio de aquisição, que não superam os valores de mercado ou valor líquido de realização. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto e c) manutenção de iluminação pública. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão das Controladas são classificados como "ativo intangível em curso".

As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

• **Imobilizado**

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição e/ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a entidade e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

• **Intangível**

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito das Controladas de cobrarem os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo de concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido.

• **Ativo Financeiro**

Os ativos classificados como financeiros representam o direito das Controladas de cobrarem diretamente o poder concedente pela infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são amortizados conforme recebimento da parcela de remuneração do ativo financeiro intrínseca à contraprestação da PPP ou contrato similar.

Os ativos financeiros são atualizados pela Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro ("TRAF"), definida com base na Proposta Comercial que fixa o equilíbrio econômico dos contratos de concessão e revisada periodicamente.

• **Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes (Ativos não financeiros)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se existir um indicador de perda de valor recuperável, a Companhia efetua um teste de recuperação do valor contábil. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

• **Método de Equivalência Patrimonial**

De acordo com esse método, as participações societárias sobre os investimentos em empresas coligadas e em empresas controladas, são reconhecidas no balanço patrimonial pelo método de equivalência patrimonial e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos deste em contrapartida de resultado de equivalência patrimonial e por outras variações societárias podendo igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment).

Os ganhos e perdas em transações com estas empresas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento nessa empresa. As perdas, em excesso ao investimento efetuado nestas empresas, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas. Todos os investimentos são ajustados às mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia, de forma a apresentar demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes.

3.5.4. Passivo circulante e não circulante

• **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

• **Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia e suas controladas optaram pela apuração do Lucro presumido, exceto Sanesul, Sanetrat e Sanessalto, que optou pelo regime de Lucro Real, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição sobre a receita bruta auferida em cada trimestre, acrescido de outras receitas, rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa, variável e ganhos de capital que também compõem a base de cálculo dos impostos e contribuição em cada trimestre determinado pelo regime de competência.

• **Provisões para processos judiciais**

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre os quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e das suas Controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

• **Provisões**

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

• **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.5.5. Contratos de concessão

A Companhia, através de suas controladas diretas, indiretas e coligadas, opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, gestão de iluminação pública e outros, firmados com o poder concedente.

A companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível ou ativo financeiro à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos ou contraprestação devida pelo poder concedente, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Nesse modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo financeiro, quando a contraprestação é devida diretamente pelo concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor. Nos ativos financeiros, a amortização se dá pela parcela de contraprestação definida para amortização do ativo.

3.5.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.5.7. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

a) Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.6. Combinação de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida, ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável), e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio.

Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como "Ganho por compra vantajosa".

3.7. Mudanças em políticas contábeis

3.7.1. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9/CPC 48 - Financial instruments, o IFRS 15/CPC 47 - Revenue from contracts with customers e o IFRS 16/CPC 06(R2) - Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis. Estas novas normas foram avaliadas pela Administração e não terão impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRS 9 / CPC 48 - Financial Instruments:

O IFRS 9/CPC 48 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro.

A outra principal alteração está relacionada ao "impairment" de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de "perda esperada" substitui o modelo de "perda incorrida". O novo modelo de "perda esperada" deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de "Custo Amortizado" e "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes".

IFRS 15/CPC 47 - Revenues from contracts with customers:

O IFRS 15/CPC 47 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de "performance"; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de "performance"; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de "performance" for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento da receita deverão ser modificados.

IFRS 16 / CPC 06(R2) - Leases:

O IFRS 16 / CPC 06(R2) estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 / CPC 06(R2) determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

A Companhia reconhece provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores, com efeito médio após 180 dias. A implantação do IFRS 15 / CPC 47 - Revenues from Contracts with Customers dará com o reconhecimento de uma receita líquida já constituída de índices de inadimplência médios históricos, com uma consequente redução das provisões para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

O IFRS 9 / CPC 48 - Financial Instrumentsentende e não gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

Com relação aos efeitos do IFRS 16 / CPC 06(R2) - Leases, a controlada Águas de Itapema firmou contrato de locação sob medida na modalidade de built to suit. Conforme o IFRS 16 / CPC 06(R2), a partir da entrega definitiva do imóvel, esperada para o 1º semestre de 2018, o contrato de locação será reconhecido como passivo e os ativos reversíveis serão reconhecidos como ativos intangíveis da controlada.

Ativo	Consolidado 2017	Consolidado 2017*
Circulante	**110.381**	**110.381**
Não circulante	**251.838**	**264.397**
Realizável a longo prazo	44.612	44.612
Partes relacionadas	19.286	19.286
Títulos de Valores Mobiliários	9.801	9.801
Créditos tributários	1.265	1.265
Outros ativos não circulantes	14.460	14.460
Ativo classificado como mantido para venda	-	-
Investimentos	32.131	32.101
Imobilizado	18.457	18.457
Intangível (*)	142.373	154.932
Ativo Financeiro	14.095	14.095
Total do ativo	**362.219**	**374.778**

Passivo e patrimônio líquido	Consolidado 2017	Consolidado 2017*
Circulante	**77.898**	**77.898**
Não circulante	**65.023**	**77.582**
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	41.531	54.090
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda	-	-
Partes relacionadas	9.850	9.850
Impostos e contribuições parcelados	8.681	8.681
Provisão para contingências	4.049	4.049
Perda com investimentos	912	912
Patrimônio líquido controladores	**199.505**	**199.505**
Capital social	162.687	162.687
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.651	4.651
Reservas legal	1.828	1.828
Reservas de retenção de lucros (*)	30.339	30.339
Participações de não controladores	19.793	19.793
Total do patrimônio líquido	**219.298**	**219.298**
Total do passivo e patrimônio líquido	**362.219**	**374.778**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

		Consolidado 2017	Consolidado 2017*
Receitas de PrestaçÃ£o de ServiÃ§os		71.859	71.859
Receita de ServiÃ§os aujeita a IFRS15		49.004	49.004
Receita do ConstruÃ§Ã£o (Investimentos)		28.365	28.365
DevoluÃ§Ãµes e Cancelamentos de ServiÃ§os		(1.902)	(1.902)
Impostos e ContribuiÃ§Ãµes		(8.833)	(8.833)
Estimativa - IFRS 15*	2,32%	-	(1.137)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**138.493**	**137.356**
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		**(83.160)**	**(83.160)**
LUCRO BRUTO		**55.333**	**54.196**
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS		**(27.347)**	**(26.877)**
Despesas Gerais e Administrativas		(23.430)	(23.430)
Despesas Comerciais		3.896	(3.896)
Estorno da PECLD realizada (Itapema) - IFRS 15*		-	**470**
Outras Receitas/ Despesas		(5.996)	(5.996)
Resultado com Equivalência Patrimonial		6.025	6.025
Compra vantajosa		-	-
AmortizaÃ§Ã£o de Investimentos (Ágio/ Mais Valia)		(250)	(250)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO EFEITOS FINANCEIROS		**28.186**	**27.319**
RESULTADO FINANCEIRO		**(4.691)**	**(6.472)**
Despesas Financeiras		(10.929)	(10.929)
Despesas Financeira - IFRS 15*		-	**(1.761)**
Receitas Financeiras		6.238	6.238
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR/CS		**23.495**	**21.847**
Imposto de Renda e ContribuiÃ§Ã£o Social		(11.076)	(11.076)
LUCRO LÍQUIDO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		**12.419**	**13.281**
Prejuízo do exercício proveniente de ativo mantido para venda, líquido de imposto - -			
(=) LUCRO DO EXERCÍCIO		**12.419**	**13.281**
Atribuível ao controlador		10.057	10.756
Atribuível ao não controlador		2.361	2.525
Lucro por ação - Reais		**0,0618**	**0,0661**

(*)Efeitos do IFRS 15 e IFRS 16

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Caixa e saldos em conta corrente	5	142	388	593
Aplicação liquidez imediata (a)	-	116	5.835	2.618
	5	**258**	**6.223**	**3.211**

(a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2017 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% do CDI.

5. Contas a receber

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Contas a receber - saneamento	-	-	8.419	9.905
Contas a receber - partes relacionadas	603	2.083	131	105
Contas a receber - iluminação pública	-	-	5.682	10.474
Contas a receber - demais clientes	-	-	428	251
Fornecimento a faturar	-	-	9.989	1.702
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.469)	(4.127)
	603	**2.083**	**20.180**	**17.370**

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias, exceto da companhia Urbeluz, que possui saldos a receber do poder público, no qual existem expectativas de recebimento no curto prazo. A provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) tem representatividade apenas na Companhia Águas de Itapema S.A. Abaixo, a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer.

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
A vencer - Faturados	603	2.083	2.589	3.583
A vencer - A Faturar	-	-	9.989	3.009
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	2.029	2.853
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	184	1.440
Vencidos de 61 a 180 dias	-	-	1.493	339
Vencidos acima de 180 dias	-	-	7.945	8.273
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.469)	(4.127)
	603	**2.083**	**20.180**	**17.370**

5.1. Movimentação das PerdasEstimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

	2017	2016
Saldos iniciais	3.766	3.088
Atualização / Reversão PECLD	(470)	(335)
Créditos provisionados no exercício	1.173	1.374
Saldos finais	**4.469**	**4.127**

6. Impostos e contribuições a compensar/recuperar

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
PIS a recuperar	-	-	81	441
COFINS a recuperar	-	-	354	519
ISS a recuperar	499	499	594	583
INSS a compensar	-	-	39	1.732
IRRF a compensar	-	-	265	468
IRPJ a Recuperar	-	-	1.763	1.406
CSLL a Recuperar	-	-	672	520
Outros impostos a recuperar	13	-	23	226
	512	**499**	**3.791**	**5.920**

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços

O almoxarifado e os ativos a serem alocadosnas concessõese serviços a serem prestados são provenientes das controladas Águas de Itapema S.A., Urbeluz Energéticos S.A., Camgua Luz S.A. e Alegrete RJ Participações S.A.

	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Materiais de uso e consumo	269	676
Bombas e equipamentos	306	436
Tubos e conexões para água	106	116
Tubos e conexões para esgoto	950	1.153
Postes e acessórios	254	401
Reator, relé, fios e cabos	499	507
Ferragens e acessórios	330	322
Lâmpadas e luminárias	1.305	1.617
Mercadoria para aplicação - Adiantamento	1.127	-
Outros materiais para manutenção	1.494	851
	6.634	**6.079**

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda desses ativos e avaliou que os valores estão registrados no mínimo pelo seu custo recuperável.

8. Adiantamentos

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Adiantamento a funcionários	18	12	78	95
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	3.422	4.977
Outros adiantamentos	1.001	956	1.177	1.104
	1.019	**968**	**4.677**	**6.176**

(a) Adiantamentos a fornecedores realizados pela controlada Urbeluz, que derivam de antecipações principalmente para aquisição de produtos e ativos que serão utilizados na prestação de serviços, nos próximos doze meses.

9. Transações com partes relacionadas

9.1. Composição

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Ativo circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)				
Companhia Águas de Itapema	1.496	-	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	353	428	-	-
Consórcio Construtor Catarinense	383	254	383	254
	2.232	**682**	**383**	**254**
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)				
Envimax Consultoria e Serviços	33	27	-	-
Maxx Luz Ltda	120	-	190	-
Sanetrat Saneamento S.A.	-	330	-	-
Companhia Águas de Itapema	-	709	-	-
Conasa-SPE	854	1.333	-	-
Sanessalto Saneamento S.A.	1.112	3.034	1.112	3.034
Águas de Santo Antonio S.A.	-	2.153	-	2.153
Urbeluz Energética S.A.	4.547	4.547	-	-
Sanesul Const. Saneamento Sul S.A. (c)	340	23.994	-	-
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	714	-	714	-
Concessionária Águas de Meriti Ltda (d)	-	-	740	-
Construtora Camgua	-	-	413	354
Marabá Luz Ltda	-	-	28	-
	7.520	**36.127**	**3.197**	**5.541**
Mútuos com Sócios/Consórcio (Urbeluz)				
Cobrapar (e)	-	-	15.504	14.560
	-	-	15.504	14.560
	7.520	**36.127**	**18.701**	**20.101**
	9.752	**36.809**	**19.084**	**20.355**

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Passivo circulante				
Mútuo a pagar:				
MLF Consultoria Ltda.	-	-	53	50
GPI Participações e Investimentos	-	-	40	-
	-	-	**93**	**50**
Passivo não circulante				
Mútuo a pagar				
Sanetrat Saneamento S.A.	-	22	-	-
Créditos Comerciais (Sanessalto) (b)	4.249	-	8.678	-
	4.249	**22**	**8.678**	-
	4.249	**22**	**8.771**	**50**

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

(a) Os principais saldos referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital às concessionárias (controladas e coligadas), que necessitam de investimentos acentuados nos primeiros anos de concessão, fruto de determinação contratual de investimentos de infraestrutura de expansões e de adequações da estrutura atual com o fim de melhoria do serviço público. Cabe mencionar, que o grupo econômico em virtude da gestão centralizada do caixa, não tem como prática interna a remuneração sobre estes adiantamentos, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações.
(b) A Sanesalto cedeu o valor de face, em virtude do PRT e PERT, créditos tributários decorrentes de prejuízos acumulados que não seriam utilizados em sua operação.
(c) Com o advento do PRT a Sanesul vendeu seus créditos tributários diretamente a coligada Companhia Águas de Itapema, onde ela possuía AFAC com a Companhia. Desta forma, foram liquidados os adiantamentos com a Companhia e consequentemente foi aumentado o valor no seu capital social.
(d) A Sanesul realizou aportes destinados a concessão da Águas de Meriti Ltda., o deverão ser convertidos em capital em períodos subsequentes.
(e) Em 01/09/2011 a Urbeluz Energética S.A realizou operação de mútuo com sua antiga controladora Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, o vencimento do respectivo contrato era 31/12/2015. Em virtude de inadimplemento, 8 de março de 2017 a Controlada ingressou com processo de execução judicial para reaver o montante emprestado. Segundo nossos assessores jurídicos a probabilidade êxito no processo é líquido e certo, com existência de garantias que podem ser acionadas, em especial as próprias ações da Urbeluz de titularidade da Cobrapar, reservas de capital referentes a essas ações e lucros e dividendos futuros.

9.2. Avaliação do valor recuperável

De forma a acompanhar os riscos associados à continuidade de negócios, a Companhia realiza anualmente uma avaliação do Plano de Negócios de todas as companhias em que participa, projetando o fluxo de caixa futuro e o retorno dos investimentos realizados. A Administração avalia se os ativos relacionados serão devidamente remunerados na concessão ou parcerias público-privadas (PPP).
Em decorrência da caducidade decretada pelo poder concedente na concessão de Águas de Santo Antônio, o AFAC entre a Companhia e a controlada foram reclassificados pela alta probabilidade de perda, conforme Nota Explicativa 11, item b.
Até o momento, não identificaram quaisquer outras perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

9.3. Remuneração dos administradores

A Assembleia Geral definiu remuneração fixa aos administradores de R$ 1.320 por ano. A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego, outros benefícios e não tem como política remuneração baseada em ações.

10. Títulos de valores mobiliários

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Ativo circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Debêntures públicas (6,25% a.a. + IGP-M) (a)	12.236	12.983	14.171	14.915
Debêntures privadas (12% a.a. + IGP-M) (c)	-	-	-	-
Debêntures privadas (CDI + 5,2% a.a.) (d)	705	-	-	-
Cédula de crédito imobiliário (b)	-	-	31.693	31.689
	12.941	**12.983**	**45.864**	**46.604**
Ativo não circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Debêntures públicas (6,25% a.a. + IGP-M) (a)	-	-	9.799	11.062
Debêntures privadas (12% a.a. + IGP-M) (c)	24.548	22.438	-	-
Debêntures privadas (CDI + 5,2% a.a.) (d)	4.643	-	-	-
Aplicações em fundo de investimentos (c)	-	-	44	4.395
	29.189	**22.438**	**9.843**	**15.447**

(a) A controlada Conasa SPE, adquiriu em 16 de dezembro de 2014, títulos de debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto, por meio de negociação privada. O título é remunerado a juros anuais de 6,25% e pela variação do IGP-M. Está sendo amortizado em 120 parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 26 de junho de 2015 e o último vencimento em 26 de maio de 2025.
A Controladora também mantém aplicações em debêntures, no montante total de R$ 12.905, de emissão de sua coligada Sanesalto. Este valor é atualizado com juros remuneratórios de 6,25% ao ano e atualização monetária através do IGP-M. A estimativa da Administração é alienar tais investimentos nos próximos 12 meses. A Administração da Companhia possui plano de venda com perspectiva de alienação até 12 meses, e está em negociação com os possíveis compradores.
(b) Em 30 de maio de 2014 e 05 de agosto de 2014, as Companhias Brasil Food Service Group S.A. – BFG e Vênus Capital e Participações S.A. (denominadas emissoras-cedentes), cederam e transferiram o direito das Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI nº 0001 e 0002 à controlada Saneirat Saneamento S.A.
A Saneirat adquiriu essas CCIs pelo montante de R$ 16.500 e R$ 13.164, respectivamente.
Estas CCIs são oriundas do "Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Ativos e Outras Avenças – Contrato de arrendamento", firmado entre as emissoras-cedentes mencionadas acima e a Marfrig Alimentos S.A.
A CCI é emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT.
Como garantia da operação, foi firmado Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia, posteriormente aditado ("em conjunto, "Alienação Fiduciária"), estando ambos devidamente registrados na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT ("Imóvel").
Em relação à Alienação Fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor global das duas CCIs cedidas e transferidas à Saneirat, tendo sido avaliado pelo valor total de R$63.006.
A obrigação de pagamento das parcelas do crédito, nos termos das cédulas de crédito imobiliário cedidas e transferidas, de forma onerosa, à Saneirat, cabe-ria à Marfrig, diretamente (sendo as Emissoras devedoras solidárias), uma vez notificada esta empresa, da cessão dos créditos do arrendamento, o que foi feito. Existe Ação de Falência, na qual a Vênus adquiriu o imóvel, que determinou o arresto dos valores pagos a título do arrendamento pela Marfrig à Brasil Food Service Group S.A., que estavam cedidos à Saneirat, a fim de garantir os créditos pendentes da falência. Os créditos somam cerca de R$ 30.000 e se caracterizam em sua maioria Antecipação de Contratos de Câmbio ("ACC"), valor que será quitado, portanto, em cerca de 30 meses.
Com o arresto, os ACC foram quitados e a Saneirat obteve decisão em 1ª instância para liberação da hipoteca judicial sobre o imóvel de Nova Xavantina, garantia das CCIs, conforme prognóstico das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2016. A decisão foi suspensa em 2ª instância, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a pedido de terceiro, antigo proprietário da empresa falida, que não havia se manifestado até o momento, até que todas as partes pudessem se manifestar nos autos. Todas as partes se manifestaram, tendo Saneirat, Vênus, administrador judicial da falência e ministério público se manifestado a favor da decisão de 1ª instância que desbloqueia os créditos e o imóvel, favoravelmente a Companhia.
A despeito da discussão que está sendo travada nos autos da Ação de Falência, entendemos que é praticamente certo o ganho processual da ação por parte da Saneirat, em curto prazo, dado que o contrato foi pautado pela boa-fé da Saneirat e atende a todos os requisitos de legalidade previstos pela legislação do regência.
A expectativa da Administração, em análise conjunta de seus assessores jurídicos, é de solução nos autos e alienação das unidades industriais à Marfrig ou a terceiro ainda no exercício de 2018. Neste caso, a Saneirat irá exercer o direito de resgate antecipado previsto na Cláusula 12 da CCI.
(c) A Controladora mantém aplicações em debêntures, no montante total de R$ 22.438, de emissão de sua controlada Águas de Itapema, com vencimento em 02 de julho de 2.029. Este valor é atualizado com juros remuneratórios de 12% ao ano e atualização monetária através do IGP-M.
(d) A Companhia detém debêntures privadas no montante de R$ 5.000 de emissão de sua controlada Alegrete. A debênture tem vencimento em abril de 2022 e juros remuneratórios de CDI + 5,2% a.a.

11. Outros ativos não circulantes

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica "outros créditos" de longo prazo estão compostos de depósitos recursais, de aluguéis a apropriar, de créditos de contratos de concessão (indenizações), de investimentos em MIP (manifestação de interesse em projetos), além de créditos com terceiros para execução de obras, e está representada da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Depósitos recursais	358	-	552	115
Aluguéis a apropriar (a)	-	-	2.608	-
Indenizações de contratos de concessão (b)	-	-	5.039	-
Investimentos em MIP's (c)	-	-	1.185	987
Créditos com terceiros (d)	-	-	6.433	3.794
	358	**-**	**15.827**	**4.896**

(a) Em 06 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R$ 154 mensal. O reconhecimento da despesa se dará com a vigência da locação na entrega da obra prevista para abril de 2018.
(b) Em 22 de fevereiro de 2016, o Município de Santo Antônio de Pádua decretou Intervenção na Águas de Santo Antônio, conforme artigo 32 da Lei de Concessões (Lei 8.987/95). Com a intervenção, a Companhia deixou de consolidar os ativos, passivos e os resultados da Águas de Santo Antônio a partir da efetivação da intervenção, no segundo trimestre de 2016. Em 12 de janeiro de 2017, o município de Santo Antônio de Pádua, mediante o Decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio S/A, tendo posteriormente emitido o Decreto 004, onde decretou situação de emergência em relação ao serviço público de abastecimento de água no município e ainda emitiu o Decreto 005 onde autoriza a prestação do serviço público de abastecimento de água no município de Santo Antônio de Pádua, sob regime de permissão. A Companhia, em 31 de janeiro de 2017, ingressou com Ação Declaratória com pedido de tutela de urgência face a flagrante ilegalidade dos atos praticados pelo Município de Santo Antônio de Pádua, pelas razões mencionadas em eventos subsequentes. A Companhia espera lograr êxito na Ação Declaratória, retomando a concessão. Em caso de insucesso da Ação, a Companhia buscará indenização pelos investimentos realizados e pelas perdas e danos, onde está aguardando final do processo em última instância para entrar com a ação.
(c) A Companhia, suas controladas e suas coligadas contabilizam como ativo investimentos em Manifestações de Interesse de Iniciativa Privada, estudos desenvolvidos pela Companhia para apresentação aos poderes concedentes de projetos de concessão ou PPPs.
(d) A Urbeluz na estratégia de novos contratos na modalidade de PPP's mantém contratos com a SGE Prizma e CGI que atualmente atuam técnica e comercialmente na prospecção de novos negócios com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Minas Gerais. No caso da CGI a empresa possui vinculação com as MIP's de Rio Verde, Vitória e Barueri com a SGE Prizma possui nos municípios Rio das Ostras, Campos, Nova Friburgo e Boa Vista.

12. Ativo e Passivo não circulante classificado como mantido para venda

Em 31 de dezembro de 2015 a Administração em razão da existência de empenho com o propósito de venda da participação na Sanesul reclassificou o valor contábil do investimento para "Ativo não circulante classificado como mantido para venda". Entretanto, durante o exercício de 2017 a Administração decidiu reverter o ativo mantido para venda, ou seja, não alienar o investimento, devido a decisão estratégica de crescimento da Companhia.
A seguir o balanço patrimonial, resultado do exercício e fluxo de caixa do ativo classificado como mantido para venda em 31 de dezembro de 2016.

(a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

Controladora

	2016
Ativos adquiridos	44.283
(-) Passivos adquiridos	(91)
Ativos e passivos líquidos adquiridos	**44.192**
Ativo classificado como mantido para venda (mais valia)	**31.867**
(-) Participação de não controladores	(3.292)
(-) Partes relacionadas	(23.994)
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda	**(14.801)**

Consolidado

	31/12/2016
Demais contas a receber	4
Ativos circulantes classificados como ativo mantido para venda	**4**
Partes relacionadas	2.989
Investimentos	3.217
Ativos não circulantes classificados como ativo mantido para venda	**6.206**
Expectativa de valor justo da empresa Águas de Meriti	38.073
Ativo classificado como ativo mantido para venda (Consolidado)	**44.283**
Fornecedores	50
Obrigações fiscais	1
Demais contas a pagar	40
Passivos circulantes associados diretamente a ativo mantido para venda	**91**
Partes relacionadas	23.994
Passivos não circulantes associados diretamente a ativo mantido para venda	**23.994**
(-) Eliminação de partes relacionadas	(23.994)
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda (Consolidado)	**91**

Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

	31/12/2016
Despesas operacionais	
Despesas gerais e administrativas	(147)
Outras receitas/despesas	53
Despesas financeiras	(2)
Receitas financeiras	1
Equivalência patrimonial	(4.217)
Prejuízo do exercício de operação descontinuada	**(4.312)**
(-) Participação de não controladores	703
Prejuízo do exercício de operação descontinuada	**(3.609)**

(ii) Fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

	31/12/2016
Resultado do exercício	(4.312)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	
Equivalência patrimonial	4.218
	(94)
Atividades operacionais	
Aumento/(redução) nos passivos	49
Caixa Líquido utilizado nas atividades operacionais	**(45)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Aquisição de investimento	(4.910)
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.900
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(10)**
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(55)**
Caixa e equivalente de caixa - Início do período	55
Caixa e equivalente de caixa - Final do exercício	-
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(55)**

13. Investimentos

13.1. Composição dos investimentos

Controladora

	% 31/12/2017	Patrimônio líquido da investida 31/12/2017	Investimento 31/12/2017	% 31/12/2016	Patrimônio líquido da investida 31/12/2016	Investimento 31/12/2016
Investimentos (ativo):						
Companhia Águas de Itapema	100,00%	34.829	34.829	100,00%	18.934	18.934
Companhia Águas de Santo Antônio	100,00%	5.034	5.034	100,00%	-	-
Saneirat Saneamento S.A.	100,00%	43.005	43.005	100,00%	42.799	42.799
Sanesul Construtora de Saneamento S.A.	89,91%	6.016	5.409	83,70%	-	-
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais	57,50%	-	-	57,50%	17	10
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	27.284	13.642	50,00%	29.756	13.337
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,00%	3.678	1.250	34,00%	-	-
Meus Luz Ltda	20,00%	-	-	20,00%	250	50
		119.846	**103.189**		**91.756**	**75.130**
Ágio:						
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais			-			3.504
			-			3.504
Mais Valia:						
Sanesalto Saneamento S.A.			24.849			25.102
Urbeluz Energética S.A.			13.203			13.203
Sanesul Construtora de Saneamento S.A.			31.867			-
			69.919			**38.305**
			173.088			**116.939**
Perda com investimentos (passivo):						
Conasa SPE S.A.	99,99%	(57)	(57)	99,99%	(887)	(887)
Sanesalto Saneamento S.A.	49,95%	(1.826)	(912)	49,95%	(16.202)	(8.093)
Envimax Cons. Serv. Ambientais	57,50%	(7)	(4)	57,50%	-	-
Companhia Águas de Santo Antônio	100,00%	-	-	100,00%	(5.244)	(5.244)
		(1.890)	(973)		(22.333)	(14.224)
Saldo líquido de investimento			**172.115**			**102.715**

Consolidado

	% 31/12/2017	Patrimônio líquido da investida 31/12/2017	Investimento 31/12/2017	% 31/12/2016	Patrimônio líquido da investida (*) 31/12/2016	Investimento 31/12/2016
Investimentos (ativo):						
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,00%	3.678	1.250	34,00%	-	-
Meus Luz Ltda	20,00%	-	-	20,00%	250	50
Concessionária Águas de Meriti Ltda	34,00%	17.653	6.002	34,00%	-	-
		21.329	7.252		250	50
Mais valia:						
Sanesalto Saneamento S.A.			24.849			25.102
			24.849			25.102
			32.101			25.152
Perda com investimentos (passivo):						
Sanesalto Saneamento S.A.	49,95%	(1.826)	(912)	49,95%	(16.202)	(8.093)
Companhia Águas de Santo Antônio	83,70%	-	-	100,00%	(5.244)	(5.244)
		(1.826)	(912)		(21.446)	(13.337)
Saldo líquido de investimento			**31.189**			**11.815**

13.2. Movimentação dos investimentos

Controladora

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Transação de Capital	Realização de mais valia	Dividendos propostos	Impairment	Equivalência patrimonial do exercício	Dívidas assumidas pela controladora	Reclassificação	Saldo em 31/12/2017
Investimentos (ativo):										
Companhia Águas de Itapema	18.934	14.050	-	-	(575)	-	2.420	-	-	34.829
Companhia Águas de Santo Antônio (a)	-	-	-	-	-	-	(1.069)	11.347	(5.244)	5.034
Saneirat Saneamento S.A.	42.799	-	-	-	(90)	-	296	-	-	43.005
Sanesul Construtora e Saneamento S.A. (b)	-	13.824	(2.505)	-	-	-	9.071	-	(14.981)	5.409
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	10	-	-	-	-	-	(14)	-	4	-
Urbeluz Energética S.A	13.337	-	-	-	-	-	305	-	-	13.642
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (c)	-	1.250	-	-	-	-	-	-	-	1.250
Meus luz Ltda. (d)	50	-	-	-	-	-	-	-	(50)	-
	75.130	29.124	(2.505)	-	(665)	-	[illegible]	11.347	(20.271)	103.189
Ágio:										
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. (e)	3.504	-	-	-	-	(3.504)	-	-	-	-
	3.504	-	-	-	-	(3.504)	-	-	-	-
Mais valia sobre ativos:										
Sanesalto Saneamento S.A.	25.102	-	-	(253)	-	-	-	-	-	24.849
Urbeluz Energética S.A.	13.203	-	-	-	-	-	-	-	-	13.203
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	31.867	31.867
	38.305	-	-	(253)	-	-	-	-	31.867	69.919
	116.939	29.124	(2.505)	(253)	(665)	(3.504)	[illegible]	11.347	[illegible]	173.088
Perda com investimento (passivo):										
Conasa SPE	(887)	1.292	-	-	-	-	(462)	-	-	(57)
Sanesalto Saneamento S.A.	(8.093)	-	-	-	-	-	7.181	-	-	(912)
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Companhia Águas de Santo Antônio	(5.244)	-	-	-	-	-	-	-	5.244	-
	(14.224)	1.292	-	-	-	-	[illegible]	-	5.240	(973)
	102.715	[illegible]	(2.505)	(253)	(665)	(3.504)	[illegible]	11.347	[illegible]	172.115

(a) Foram reconhecidos as perdas para investimentos na controladora da Companhia Águas de Santo Antônio, assim a Conasa assume o passivo e reconhece um ativo a ser indenizado pelos investimentos efetuados na concessão, conforme mencionado na nota 11;
(b) Refere-se integralização de capital na controlada Sanesul, passando a participação de 83,7% para 89,91%, na qual gerou uma variação de perda de capital no montante de R$ 2.505, classificado na rubrica de Transação de Capital no patrimônio líquido.
(c) A ASB Ativos de Saneamento de Maceió foi adquirida por R$ 5.000 mil, sendo pago o valor de R$ 500 no ato da assinatura do acordo de ações juntamente com mais R$ 750 mil referente ao projeto de implantação da rede de esgoto. O restante está condicionado a liberação do financiamento junto ao Banco do Nordeste no valor de R$ 158.000 mil.
(d) Reclassificação para mútuos na participação Meus Luz Ltda;
(e) Refere-se a reconhecimento por impairment do ágio na aquisição da Envimax.

Consolidado

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Realização de mais valia	Equivalência patrimonial do exercício	Reclassificação	Saldo em 31/12/2017
Investimentos (ativo):						
Concessionária Águas de Meriti	-	-	-	(1.153)	7.155	6.002
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	-	1.250	-	-	-	1.250
Meus luz Ltda.	50	-	-	-	(50)	-
	50	1.250	-	(1.153)	7.105	7.252
Mais valia sobre ativos:						
Sanesalto Saneamento S.A.	25.102	-	(253)	-	-	24.849
	25.102	-	(253)	-	-	24.849
	25.152	1.250	(253)	(1.153)	7.105	32.101
Perda com investimento (passivo):						
Sanesalto Saneamento S.A.	(8.093)	-	-	7.181	-	(912)
Companhia Águas de Santo Antônio	(5.244)	-	-	-	5.244	-
	(13.337)	-	-	7.181	5.244	(912)
	11.815	1.250	(253)	6.028	12.349	31.189

14. Imobilizado

14.1. Composição

Controladora

	Vida útil (%)	Custo 31/12/2017	Depreciação 31/12/2017	Líquido 31/12/2017	Líquido 31/12/2016
Instalações	10	10	(10)	-	1
Máquinas e equipamentos	10	605	(407)	198	257
Computadores e periféricos	20	410	(364)	46	96
Móveis e utensílios	10	177	(130)	47	45
Veículos	10	757	(650)	107	198
Terrenos	-	700	-	700	700
Imobilizado em andamento	-	3.508	-	3.508	-
		6.167	(1.561)	4.606	1.297

Consolidado

	Vida útil (%)	Custo 31/12/2017	Depreciação 31/12/2017	Líquido 31/12/2017	Líquido 31/12/2016
Instalações	10	26	(14)	12	18
Máquinas e equipamentos	10	3.081	(1.411)	1.670	2.199
Computadores e periféricos	20	1.100	(667)	433	215
Móveis e utensílios	10	727	(370)	357	300
Veículos	10	3.959	(3.182)	777	977
Benfeitorias em imóveis	10	6.642	(1.422)	5.220	6.274
Terrenos	-	6.370	-	6.370	6.370
Imobilizado em andamento		3.618	-	3.618	31
		25.523	(7.066)	18.457	16.442

Segundo a Administração não há indicadores na Companhia e suas controladas, de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

14.2. Movimentação do imobilizado

Controladora

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Instalações	1	-	(1)	-
Máquinas e equipamentos	257	-	(59)	198
Computadores e periféricos	96	7	(57)	46
Móveis e utensílios	45	20	(18)	47
Veículos	198	-	(91)	107
Terrenos	700	-	-	700
Imobilizado em andamento	-	3.508	-	3.508
	1.297	3.535	(226)	4.606

Consolidado

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Instalações	18	-	(2)	-	(2)	12
Máquinas e equipamentos	2.199	10	(56)	(199)	(277)	1.677
Computadores e periféricos	215	203	(20)	146	(144)	400
Móveis e utensílios	300	76	(58)	53	(92)	329
Veículos	977	577	(82)	-	(723)	749
Benfeitorias em imóveis	6.274	-	(62)		(910)	5.302
Terrenos	6.370					6.370
Imobilizado em Andamento	31	3.587				3.618
	16.442	4.453	(280)	-	(2.148)	18.457

15. Intangível

A Companhia e suas controladas registram os investimentos realizados em regime de concessão nas quais a cobrança é feita diretamente dos usuários como ativos intangíveis.

15.1. Composição

Em 2017, o valor contábil do investimento para "Ativo não circulante classificado como mantido para venda" foi reclassificado na controladora e no consolidado para o intangível ainda com expectativa de realização.

Consolidado

	Taxa de Amortização (a)	Custo 31/12/2017	Amortização 31/12/2017	Líquido 31/12/2017	Líquido 31/12/2016
Ativo intangível de concessão					
Em curso (Águas de Itapema)		69	-	69	17.994
Em serviço (Águas de Itapema)	3,27%	146.154	(39.450)	106.704	79.992
		146.223	(39.450)	106.773	97.986
Softwares e aplicativos					
Softwares e aplicativos	20,00%	3.900	(2.672)	1.228	771
		3.900	(2.672)	1.228	771
Mais valia sobre ativos das investidas					
Sanesul	-	31.867	-	31.867	-
Urbeluz	-	13.203	-	13.203	13.203
		45.070	-	45.070	13.203
Ágio					
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais		-	-	-	3.504
		-	-	-	3.504
		195.193	(42.122)	153.071	115.464

(a) A taxa de amortização do ativo intangível relacionados às concessões está baseada nos prazos dos contratos de concessão, dado que o investimento será remunerado ao longo do período, ou pelo prazo de vida útil, caso este seja menor que o período da concessão. A apresentação está sendo realizada da taxa média de amortização, sendo composta por 3,27% da companhia Águas de Itapema.
A companhia não possui saldos de infraestrutura cedidos pelo poder concedente.

15.2. Movimentação do intangível

Consolidado

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas / Impairment	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Ativo intangível de concessão						
Em curso	17.994	-	-	(17.925)	69	
Em serviço	79.992	11.812	-	(3.025)	17.925	106.704
	97.986	11.812	-	(3.025)	-	106.773
Softwares e aplicativos						
Softwares e aplicativos	771	822	-	(365)	-	1.228
	771	822	-	(365)	-	1.228
Mais valia sobre ativo intangível da investida						
Sanesul	-	-	-	-	31.867	31.867
Urbeluz	13.203	-	-	-	-	13.203
	13.203	-	-	-	31.867	45.070
Ágio						
Envimax	3.504	(3.504)	-	-	-	-
	3.504	-	(3.504)	-	-	-
	115.464	12.634	(3.504)	(3.390)	31.867	153.071

15.3. Serviços de construção

	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Receita de construção	11.812	19.826
Custos de construção	(11.812)	(19.826)

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A companhia não possui margem de lucro sobre os serviços de construção.

16. Ativo Financeiro

A Companhia e suas controladas registram os investimentos realizados em regime de concessão administrativa, nas quais há contraprestação paga diretamente pelo poder concedente, como ativos financeiros.
(a) As despesas recuperadas são na maioria reversões de provisão para contingências na controladora e suas investidas.

16.1. Composição

Consolidado

	Alegrete 31/12/2017	Cargagua Luz 31/12/2017	Total 31/12/2017	Alegrete 31/12/2016	Cargagua Luz 31/12/2016	Total 31/12/2016
Saldo inicial	3.891	11.445	15.336	-	2.356	2.356
Adições (receita de construção)	4.329	11.907	16.236	4.081	11.632	15.713
Juros e atualização financeira	673	1.532	2.205	240	695	935
Recebimento através da CIP	(5.548)	(5.823)	(11.371)	(430)	(3.238)	(3.668)
Saldo final	3.345	19.061	22.406	3.891	11.445	15.336
TRAF (*)	19% a.a.	10% a.a.		19% a.a.	10% a.a.	
Circulante			11.839			11.509
Não circulante			10.567			3.827
			22.406			15.336

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

16.2. **Serviços de construção**

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Receita de construção	16.236	15.713
Custos de construção	(16.236)	(15.713)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

16.3. **Contraprestação**

A contraprestação é a remuneração paga pelo poder concedente em decorrência dos contratos de concessão administrativa e PPPs ao concessionário. Esta remuneração, por característica, inclui parcela de remuneração e amortização do ativo financeiro, vinculada aos investimentos realizados, e parcela de remuneração dos serviços prestados pela concessionária, como operação e manutenção da infraestrutura concessionada. A Companhia e suas controladas bifurcam a contraprestação entre a parcela de amortização do ativo financeiro e a receita bruta de prestação de serviços com base em estimativas, vinculadas ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão, e revisa as anualmente.

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Alegrete		
Contraprestação	29.491	26.908
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(5.967)	(611)
(=) Receita Bruta	23.524	26.297
Caraguá		
Contraprestação	25.919	23.578
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(7.402)	(3.763)
(=) Receita Bruta	18.517	19.815
Consolidado		
Contraprestação	55.410	50.486
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(13.369)	(4.374)
(=) Receita Bruta	42.041	46.112

17. Imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízos fiscais e base negativa (*)	-	10.924
Provisão para riscos processuais	-	2.325
Outras diferenças temporárias	-	868
	-	14.117
Imposto de renda diferido	-	3.529
Contribuição social diferida	-	1.272
	-	4.801

(*) Os prejuízos fiscais e base negativa foram utilizados para quitação de tributos no Programa de Regularização Tributária – PRT e no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, no exercício de 2017. Esta compensação ocorreu no momento da adesão aos referidos programas, restando a necessidade de consolidação e homologação pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia e suas controladas não espera conter diferenças em relação ao levantamento dos encargos tributários e benefícios auferidos de acordo com a previsão legal desses programas, e registros contábeis realizados.

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

18.1. Composição

Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e debêntures, estruturadas na modalidade de project finance, securitizando o fluxo de caixa da Companhia e suas Controladas. Além disso, conta com financiamentos bancários de capital de giro e financiamentos de equipamentos através da linha FINAME do BNDES.

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Controladora 31/12/2017 Circulante	Não Circulante	31/12/2016 Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
Capital de Giro - PRÉ	dez/18	18,30%	976	-	-	-
Cédulas de Créditos Bancários - IGPM	dez/21	10,00%	1.926	5.779	-	-
Finame - PRÉ	nov/18	6,99%	345	-	428	288
			3.247	5.779	428	288

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Consolidado 31/12/2017 Circulante	Não Circulante	31/12/2016 Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
Capital de giro - PRÉ	nov/18	3,15%	3.632	11.162	-	-
Outros empréstimos e financiamentos - PRÉ		12,00%	14	38	246	269
Financiamento para aquisição de mercadorias - PRÉ		6,00%	524	1.611	-	-
Capital de giro - CDI	dez/18	5,80%	4.908	673	6.143	5.707
Cédulas de crédito bancárias - IGPM	dez/19	11,00%	14.644	18.496	13.413	26.826
			23.722	31.980	19.802	32.802
Debêntures						
Debêntures - IGPM	jun/24	8,75%	2.335	9.551	2.375	10.877
			2.335	9.551	2.375	10.877
Arrendamentos mercantis financeiros						
Finame - PRÉ	abr/19	8,81%	155	-	192	-
Finame - PRÉ	nov/18	3,15%	345	-	428	288
			500	-	620	288
			26.557	41.531	22.797	43.967

18.2. Amortização de empréstimos e financiamentos

Ano de Vencimento	31/12/2017 Controladora	Consolidado	31/12/2016 Controladora	Consolidado
2017	-	-	428	22.797
2018	3.247	26.557	288	15.711
2019	3.169	24.742	-	10.347
2020	2.610	4.604	-	10.770
2021	-	4.530	-	4.804
Após 2021	-	7.655	-	2.335
Total	9.026	68.088	716	66.764
Circulante	3.247	26.557	428	22.797
Não circulante	5.779	41.531	288	43.967
	9.026	68.088	716	66.764

18.3. Garantias dadas

Os empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais dos acionistas e aplicações financeiras.

As CCB's(cédulas de créditos bancários) emitidas pela Águas de Itapema e as debêntures da CONASA SPE são financiamentos estruturados na modalidade de project finance, com cessão dos recebíveis futuros, além da alienação das ações das sociedades de propósito específico em garantia. Estes contratos contam ainda com uma aplicação financeira vinculada de no mínimo três parcelas, porém são resgatáveis a qualquer momento.

As debêntures emitidas pela CONASA SPE contam com fiança corporativa da Companhia.

Os créditos obtidos pela Companhia junto a instituições financeiras repassadoras do BNDES na modalidade FINAME contam com garantia sobre os bens financiados.

Por último, as CCBs emitidas pela Águas de Santo Antônio contam com fiança da Companhia, estando reconhecidas no passivo da controladora dada a caducidade da concessão.

18.4. Debêntures Conasa-SPE S.A.

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única da investida Conasa SPE S.A. Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R$ 1, totalizando R$ 50.000 sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência). Elas estão garantidas por fiança. Até 31 de dezembro de 2017, foram escrituradas 11.799 debêntures no valor de R$ 1 cada.

A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas, a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024.

É assegurado aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, a razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

18.5. Amortização das Debêntures

Ano de Vencimento	Conasa SPE
2018	2.335
2019	2.335
2020	2.335
2021	2.335
Após 2021	2.546
	11.886

19. Encargos tributários a pagar

	Controladora 31/12/2017	31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
PIS e COFINS a recolher	1	228	1.988	2.910
Retenção de impostos	70	16	1.055	727
Impostos de Renda e Contribuição Social	9	244	5.319	4.525
ISS a Recolher	-	-	239	84
ISS diferido	-	-	503	141
PIS e COFINS diferidos (*)	-	-	1.607	1.710
Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos (*)	-	-	3.430	3.875
	80	488	14.119	13.978

a) Refere-se a impostos sobre faturamentos não realizados e de notas não recebidas, porém, já reconhecidos sobre o ativo financeiro.

20. Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora 31/12/2017	31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
Salários e encargos sociais	97	247	1.250	903
Férias e encargos sociais	122	146	1.276	1.250
Outros	19	60	533	301
	238	489	3.059	2.454

21. Impostos e contribuições parcelados

	Controladora 31/12/2017	31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Parcelamento previdenciário	-	56	-	335
Parcelamento federal	-	124	1.076	1.781
Parcelamento do Refis da Crise	-	166	-	611
Parcelamento PRT / PERT	183	-	2.694	-
	183	346	3.770	2.727
Não circulante				
Parcelamento previdenciário	-	135	-	1.221
Parcelamento federal	-	308	3.291	5.210
Parcelamento do Refis da Crise	-	1.753	-	7.066
Parcelamento PRT / PERT	521	-	5.390	-
	521	2.196	8.681	13.497
	704	2.542	12.451	16.224

Em 31 de maio de 2017, todas as empresas do grupo aderiram ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituída pela MP 766 de 04 de janeiro de 2017, porém, apenas a investida Companhia Águas de Itapema permaneceu neste programa. A modalidade que a Companhia optou foi em pagar 24% do seu saldo total dos débitos tributários em 24 parcelas, e o restante com a utilização de créditos de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de empresas do mesmo grupo. Poderiam incluir dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2016, bem como os débitos originários de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos. A Receita Federal ainda não lançou nenhuma normativa sobre a consolidação destes débitos. Abaixo a posição do parcelamento:

Parcelamento federal - PRT	
Valor original do débito	12.057
Multa original	3.859
Juros	3.453
(-) Valores pagos em parcelamento	(3.285)
Saldo do parcelamento no momento de consolidação	16.084
(-) Créditos fiscais adquiridos de partes relacionadas	(12.224)
(=) Saldo a pagar em 24 parcelas	3.860
(+) Atualização saldo devedor em 2017	172
(-) Parcelas pagas em 2017	(1.324)
Saldo do parcelamento líquido	2.708

Em 15 de novembro de 2017, com o advento do PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, as empresas do grupo, fizeram a adesão ao programa, migrando parcela do PRT, exceto a investida Companhia Águas de Itapema, podendo incluir todos os débitos vencidos até 30/04/2017 inclusive os previdenciários, bem como compensando com o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente.

22. Provisão para contingências

22.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A Controladora não tem saldos patrimoniais relevantes de processos com probabilidade de perda.

(a) Composição:

	Consolidado 31/12/2017 Cível (a)	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda:				
Provável	138	30	-	168
	138	30	-	168

	Consolidado 31/12/2016 Cível (a)	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda:				
Provável	352	1.952	2.376	4.680
	352	1.952	2.376	4.680

(b) Movimentação:

	Consolidado Cível (a)	Trabalhista	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	352	1.952	2.376	4.680
Adições e baixas	(214)	(1.922)	(2.376)	(4.512)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	138	30	-	168

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

Ações tributárias

Referem-se ao débito de ISS sobre as prestações de serviços realizados até maio de 2009 pelo Consórcio Construtor Catarinense mediante o contrato de empreitada global vigente entre as partes e a prefeitura municipal de Itapema considera a Companhia devedora solidária. No entanto, a companhia entrou com um recurso em 2012 e em 2015 conseguiu diminuir o saldo existente. A dívida continua em processo de execução, mas sem perspectiva de cobrança, no qual os assessores legais entendem que há probabilidade de perda possível em relação ao processo.

Em 27 de março de 2017, a controlada Companhia Águas de Itapema, sofreu o auto de infração sob nº 16088-720.042/2017-00 referente a imposto de renda no valor de R$ 15.204 e contribuição social no valor de R$ 4.586 dos exercícios de 2012 a 2015. Os valores apurados de 2012 a 2014 a companhia entrou com processo administrativo usando como defesa o artigo 9º da lei 12.973/2014 que altera o item "a" do artigo 15 e o artigo 20 da lei 9249/95, onde até este período não tera base legal para a presunção dos serviços em 32%. Em relação aos exercícios de 2015 e 2016 foram reconhecidos dentro de 2017 já com esta presunção, os quais a companhia se beneficiou das reduções de multa e juros do PERT- Programa Especial de Regularização Tributária onde, se realizou sua adesão em outubro de 2017.

Ações cíveis

Os principais processos contingentes cíveis são contra a controlada Companhia Águas de Itapema, e referem-se indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas de consumidores.

Ações trabalhistas

Na Urbeluz, a Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

22.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R$ 2.053.609 em processos cíveis, R$ 1.170 em processos trabalhistas e R$ 115 em processos tributários, considerados como perdas possíveis.

23. Adiantamento de Clientes

	Controladora 31/12/2017	31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
INFRA Real Estate (a)	11.840	11.840	11.840	11.840
Urbeluz Energética S.A.	71	-	71	71
Outros	-	-	132	232
	11.911	11.840	12.043	12.143

(a) Em 08 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, previstas no Plano Municipal de Saneamento e orçadas em R$ 11.840, com respectivo valor de locação de R$ 184 mensal atualizados pelo IPCA. Para desenvolvimento do objeto do referido contrato, a Conasa estabeleceu direito de uso de superfície em favor do FII e foi por este contratado em regime de empreitada global para execução das obras de implantação, com previsão de término em maio de 2018, além de figurar como fiadora do contrato de locação. Abaixo o cronograma de pagamento do arrendamento pela controlada Águas de Itapema:

	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
A vencer em 2017	-	1.295
A vencer em 2018	2.088	2.088
A vencer em 2019	2.088	2.088
A vencer em 2020	2.088	2.088
A vencer em 2021	2.088	2.088
A vencer em 2022	2.088	2.088
A Vencer a partir de 2023 a 2027	10.260	11.555
	20.700	23.290

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital social subscrito e integralizado

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017que era R$ 158.187, representado por 158.187ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 24/01/2017houve aumento no capital social de R$ 4.500, representado por 4.500 ações ordinárias.Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2017 Número de ações	%	31/12/2016 Número de ações	%
Infra Saneamento Fundo de Investimento em Participações	162.687	100%	158.187	100%
	162.687	100%	158.187	100%

24.2. Dividendos mínimos obrigatórios

Por deliberação unânime da assembleia geral de acionistas em 28 de abril 2017, a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de R$ 4.237 foi revertida para a reserva especial de lucros.

A Companhia reconheceu o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado, em 31 de dezembro de 2017, no montante de R$ 3.611.

	%	Controladora
Lucro líquido do exercício		15.204
Reserva legal	5%	760
Base de Cálculo de Dividendos		14.444
Dividendos Mínimos Obrigatórios	25%	3.611

24.3. Reservas

	Saldo em 31/12/2016	Lucro Líquido do Exercício	Constituição de Reservas	Dividendos Obrigatórios/ Reversão de Dividendos	Saldo em 31/12/2017
Reserva:					
Reserva de capital	-	-	(2.506)	-	(2.506)
Retenção de lucros	16.972	15.204	(760)	(3.611)	27.805
Legal	1.191	-	760	-	1.951
Dividendos mínimos obrigatórios	1.421	-	-	4.237	5.658
	19.584	15.204	(2.506)	626	32.909

25. Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora 31/12/2017	31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de serviços (saneamento)	-	-	48.003	46.565
Receita bruta de serviços (energia)	-	-	65.342	74.922
Receita de obras de engenharia	-	8.743	7.413	15.173
Receita de construção (saneamento) (*)	-	-	11.812	19.827
Receita de construção (energia) (*)	-	-	16.553	15.713
Receita de locação de veículos e equip.	369	373	106	182
Cancelamentos	-	-	(1.902)	(2.962)
Impostos sobre prestação de serviços	(13)	(393)	(8.633)	(9.039)
	356	8.723	138.693	160.804

(*) Receita de construção reconhecida conforme CPC 17 e ICPC 01, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada as concessões.

26. Custos dos serviços prestados

	Controladora 31/12/2017	31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
Custos com pessoal	-	(607)	(9.541)	(9.450)
Custos com materiais e insumos	(13)	(469)	(10.051)	(11.304)
Custos com produtos químicos	-	(2)	(1.456)	(1.017)
Custos com serviços de terceiros	(168)	(361)	(6.651)	(6.317)
Custos com amortização	-	-	(4.455)	(3.296)
Custos com energia elétrica	-	-	(20.641)	(20.123)
Custos com construção (*)	-	-	(28.365)	(35.542)
	(181)	(1.439)	(81.160)	(89.049)

(*) Custo de construção reconhecida conforme CPC 17 e ICPC 01, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões.

27. Despesas administrativas e comerciais

	Controladora 31/12/2017	31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
Despesas Administrativas				
Com pessoal	(1.937)	(2.235)	(5.931)	(5.738)
Com serviços de terceiros	(1.993)	(2.699)	(10.296)	(9.629)
Com viagem	(632)	(531)	(1.806)	(1.533)
Com locação	(224)	(264)	(819)	(1.091)
Com depreciação	(226)	(238)	(691)	(1.137)
Outras despesas	(707)	(988)	(3.883)	(3.768)
	(5.719)	(6.955)	(23.430)	(22.896)
Despesas Comerciais				
Com pessoal	-	-	(1.005)	(740)
Propaganda e publicidade	(24)	(870)	(395)	(1.269)
Provisão estimada para créditos liquidação duvidosa	-	(336)	(1.629)	25
Outras despesas	-	325	(667)	(174)
	(24)	(881)	(3.696)	(2.158)
	(5.743)	(7.836)	(27.126)	(24.054)

28. Resultado financeiro

	Controladora 31/12/2017	31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(68)	(113)	(6.694)	(14.036)
Despesas bancárias	(3)	(4)	(537)	(306)
Juros tributários	(112)	(189)	(931)	(1.277)
Outras despesas financeiras	(1.940)	(12)	(2.725)	(1.725)
	(2.123)	(318)	(10.887)	(17.344)
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicação	8	348	533	991
Juros sobre faturamento	-	-	430	801
Desconto obtido	5	3	12	49
Rendimentos sobre títulos da dívida	3.751	2.501	1.968	2.766
Juros e atualização monetária sobre o ativo financeiro	-	-	915	2.205
Outras receitas financeiras	167	1	2.380	1.002
	3.931	2.865	6.238	7.814
	1.808	2.547	(4.649)	(9.730)

29. Outras Receitas/Despesas

	Controladora 31/12/2017	31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
Outras receitas				
Serviços administrativos compartilhados (a)	5.499	4.666	1.503	312
Despesas recuperadas (b)	386	1.295	1.400	1.862
Receitas com redução de multas (PRT/PERT) (c)	688	-	1.512	-
	6.573	5.961	4.415	2.174
Outras despesas				
Perdas com investimentos (d)	(5.423)	95	(5.423)	98
Despesas indedutíveis	-	(82)	(38)	-
Multas (c)	(124)	(22)	(3.938)	(619)
Outras despesas (e)	506	(336)	2.868	(401)
	(5.041)	(345)	(6.531)	(922)
	1.532	5.616	(2.116)	1.252

(b) A Companhia centraliza os serviços administrativos na controladora, desta forma o valor (controladora) trata-se de serviços administrativos compartilhados das investidas efetuados pela holding.

(c) As despesas recuperadas são na maioria reversões de provisão para contingências na controladora e suas investidas.

(d) Com o advento do PRT e PERT obtivemos o benefício da redução das multas, e em consequência foram atualizadas todas as multas de alguns tributos dentro do exercício corrente, juntamente com outros impostos parcelados.

(e) As perdas com investimentos referem-se a baixa de investimentos de Águas de Santo Antônio no montante de R$ 5.204, sendo o restante o resultado negativo da investida Envimax e Conasa-SPE.

(f) Refere-se a reversão das contingências trabalhistas, tributárias e cíveis reconhecidas em períodos anteriores.

30. Resultado por Ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do período.

	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	18.386	24.310
Lucro atribuído a não controladores	3.182	6.472
Resultado atribuível aos acionistas	15.204	17.838
Quantidade de Ações	162.687.034	158.187.034
Lucro por Ação (valor expresso em reais)	R$ 0,0935	R$ 0,1128

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – diluído conforme requerido pelo CPC – 41, em razão de não existir fatores de distorção das ações ordinárias da Companhia.

31. Segmentos Operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados pela característica técnica e relação jurídica do contrato, além da relevância das receitas de cada segmento.

Atualmente, a Companhia atua, diretamente, ou através de controladas e coligadas, nos segmentos de concessões de saneamento básico nas cidades de Itapema-SC e Salto-SP, na gestão de iluminação pública sob regime de concessão administrativa nas cidades de São João do Meriti-RJ e Caraguatatuba-SP, e o fornecimento ao setor privado de serviços de saneamento ambiental também na cidade de Salto-SP.

O setor de concessões de saneamento básico é o mais importante negócio da Companhia. As sociedades de propósito específico, controladas ou coligadas, Águas de Itapema, Sanesalto, Águas de Meriti são concessionárias do fornecimento de água e/ou tratamento de esgoto. Esse segmento é caracterizado pelo alto investimento no início das concessões e pela remuneração através de tarifa dos investimentos realizados. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões. Nos exercícios de 2016 e 2015, a Companhia também realizou operação de sistemas de água e esgoto municipais, em regime de contratação emergencial na cidade de Palhoça-SC.

O setor de energia e iluminação pública apresenta um enorme potencial, desde a Resolução Aneel 414/10. Através da Urbeluz, a Companhia atua no setor em Parcerias Público Privadas ("PPP") e prestação direta de serviços e obra. No encerramento do exercício de 2017, a Urbeluz detinha participação em duas PPP. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões.

O segmento de saneamento ambiental se caracteriza especialmente pelo tratamento de efluentes industriais, atividade realizada pela Sanetral, e remediação de solo e serviços de engenharia ambiental, atividade realizada pela Envimax.

As demais atividades da Companhia ou de suas controladas e coligadas são classificadas em outros segmentos operacionais, pela atual relevância na situação do grupo econômico.

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são as seguintes:

	Receitas Líquidas 31/12/2017	Receitas Líquidas 31/12/2016	Lucro Operacional 31/12/2017	Lucro Operacional 31/12/2016
Saneamento Básico	57.413	88.383	21.888	23.803
Iluminação Pública	75.327	84.019	7.084	19.122
Saneamento Ambiental	5.854	4.703	423	1.282
Outros	100	5.899	2.670	3.129
Total	138.693	180.804	32.066	47.316

	Depreciação e Amortização 31/12/2017	Depreciação e Amortização 31/12/2016	Total do Ativo 31/12/2017	Total do Ativo 31/12/2016
Saneamento Básico	(3.070)	(3.005)	243.591	232.777
Iluminação Pública	(1.811)	(891)	78.649	70.401
Saneamento Ambiental	(1.076)	(332)	12.866	13.478
Outros	(236)	(255)	26.744	32.168
Total	(6.392)	(4.483)	361.791	348.818

32. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Contudo, durante o exercício de 2016 e início de 2017, e vigentes até datas variáveis em 2018, os contratos de seguros que a Companhia possui são para seu próprio imobilizado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco Danos materiais	Valor em risco Lucros cessantes
Sanetrat		
Estação de tratamento de esgoto	300	-
	300	-
Águas de Itapema		
Estação de tratamento de esgoto	17.250	9.642
Estações de tratamento de água	10.105	9.002
Estações elevatórias de esgoto	4.080	2.281
Sede Administrativa	1.500	838
Almoxarifado - anexo a sede administrativa	2.000	1.118
Almoxarifado - bairro Morretes	1.500	838
Lagos de captação de água bruta	500	279
	42.935	24.000
Urbaluz		
Responsabilidade civil	52.061	-
Impacto de veículo e queda de aeronaves	300	-
Responsabilidade civil do empregador	126	-
	52.487	-
	95.722	24.000

33. Instrumentos financeiros

33.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando a liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

33.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização.

	Categoria	Controladora Valor contábil: Valor contábil	Controladora Valor contábil: Valor de mercado	Controladora Valor de mercado: Valor contábil	Controladora Valor de mercado: Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	5	5	258	258
Contas a receber	valor atualizado	603	603	2.083	2.083
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	9.752	9.752	36.809	36.809
Títulos de Valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado (*)	42.130	42.130	35.403	35.403
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	1.653	1.653	417	417
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	9.026	9.026	718	718
Partes relacionadas	Custo amortizado	4.249	4.249	22	22

	Categoria	Consolidado Valor contábil: Valor contábil	Consolidado Valor contábil: Valor de mercado	Consolidado Valor de mercado: Valor contábil	Consolidado Valor de mercado: Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	6.223	6.223	3.211	3.211
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	20.160	20.160	27.045	27.045
Ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis	22.406	22.406	18.864	18.864
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	19.084	19.084	20.355	20.355
Títulos de valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado (*)	55.703	55.703	62.051	62.051
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	15.226	15.226	16.425	16.425
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	66.066	66.066	66.764	66.764
Partes relacionadas	Custo amortizado	6.771	6.771	50	50

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

33.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado - Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

Instrumento financeiro	Risco	Saldo em risco (*)	Cenários Provável	Cenários Possível (25%) (**)	Cenários Remoto (50%) (**)
Ativo Financeiro					
Outros Investimentos	Redução da taxa CDI	6.223	762	(191)	(381)
Debêntures Sanesalto	Redução da taxa IGP-M	12.235	1.499	(375)	(749)
Banestal CCI	Redução da taxa IGP-M	31.689	3.882	(970)	(1.941)
Passivo Financeiro					
CCB Itapema	Aumento na taxa IGP-M	25.432	(3.115)	(779)	(1.558)
Capital de Giro Urbaluz	Aumento na taxa CDI	13.251	(1.623)	(406)	(812)
Finame	Aumento na taxa TJLP	456	(56)	(14)	(28)
Debêntures Conasa SPE	Aumento na taxa IGP-M	11.886	(1.456)	(364)	(728)
		101.172	(106)	(3.098)	(6.197)

(*)Saldo em risco é o montante do ativo ou passivo vinculado à variação de taxa no exercício seguinte.

(**) Os montantes são expectativas de incremento ou redução nas receitas ou despesas financeiras.

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto o risco de crédito associado a cliente, a Administração julga como risco baixo, pois possuem apenas um cliente, e este é fundamentado por contrato de prestação de serviços com recebíveis mensais fixos;

Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

34. Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

Em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia participou do processo de concessões de rodovias do Estado do Mato Grosso, como líder do Consórcio Via Brasil (40% de participação). O Consórcio arrematou, em leilão organizado pela B3, a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso, envolvendo os trechos de 111,9 km da rodovia MT-100, em Alto Araguaia (Lote 1), e de 188,2 Km da rodovia MT-320/MT-208, em Alta Floresta (Lote 2).

A concessão dos 300,1 km de rodovias será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Governo de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R$ 16 milhões. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R$ 331 milhões (Lote 1) e R$ 515 milhões (Lote 2). O Consórcio espera a promulgação do resultado e assinatura do contrato no 1º semestre de 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Diretoria executiva

- Diretor Presidente: Mario Vieira Marcondes Neto;
- Diretor Administrativo Financeiro: Manoel Motta Netto;
- Diretor de Operações: Cesar Ferreira de Menezes;
- Diretor de Relações com Investidores: Paulo Guida.
- Contador: Isaac do Nascimento – CRCPR043.806/O-1

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/O-

MUNICÍPIO DE IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ
RUA RUI BARBOSA, 632 – CENTRO – IVAÍ – PR
CNPJ/MF 76.175.916/0001-33
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 095/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2018

(Lei Federal nº 10.520/2002)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
OBJETO: 01 caminhão novo, zero km, tração 6x4, direção hidráulica, ar condicionado, potencia mínima de 275 CV, equipado com caçamba basculante com capacidade mínima de 10 m3., zero km, modelo 2018. Repasse OGU MAPA 847365/2017.
Sessão de julgamento: 06/06/2018 às 13:30 hs.
Dotação orçamentária:
10022678226011075449052000003280
10022678226011075449052008143282
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 608 – Centro - Ivaí – Pr - fone – (42) - 3247-1222 - ramal 218 – site: www.ivai.pr.gov.br
Ivaí, 21de maio de 2018.
Marco Antonio Jensen
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO IVAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº /003 – 2018

O município do Rosário do Ivaí_PR torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 08 de junho do ano de 2018, na Avenida São Paulo nº 45 em Rosário do Ivaí, Paraná, Brasil, **TOMADA DE PREÇOS** sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s).

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução (dias)
Sede	Pavimentação CBUQ	1.770,50 m²	90

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail licitacao1.rosario@gmail.com. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (43)3465-1282.
Rosário do Ivaí, 22 de maio de 2018.
Ilton Shiguemi Kuroda
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postal, Telegráficas e Similares do Paraná (Sintcom-PR) convoca todos os integrantes da categoria representada por esta entidade para comparecerem à *Assembleia no dia 24 de Maio de 2018 na cidade Metropolitana de Curitiba, em frente ao* ***CDd Fazenda Rio Grande***, localizado na Rua César Carelli, 315 - Pioneiros, Fazenda Rio Grande - PR, 83820-970, *às 17:00h em primeira chamada e 17:30h segunda chamada*. Para tratar dos seguintes Pontos de Pauta: a) Informes, b) Condições de Trabalho, c) Indicativo de Greve.

Curitiba, 22 de Maio de 2018.
Secretário Geral do Sintcom-PR,
Marcos Rogério Inocência

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
18.700.197/0001-37 torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Londrina, a Licença Simplificada para Com var peç acess novos veic automotores; Com var pneumát câmaras-de-ar; Serv manut repar mecânica veic automotores; Serv alinham balanç veic automotores; Serv inst man repar acess veículos automotores, a ser implantada na AVENIDA DUQUE DE CAXIAS 4330, CENTRO, LONDRINA, PARANÁ.

SERCOMTEL™

A Sercomtel informa que, em decorrência de falha no fornecimento de energia elétrica no local, houve paralisação nos serviços de telefonia fixa, conforme segue:

Data	Localização	Horário
19/05/2018	Patrimônio Selva, Londrina - PR	01:45 às 16:31

A Sercomtel tomou todas as medidas técnicas para restabelecer os serviços com rapidez e reafirma o seu compromisso em manter elevado padrão de qualidade.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS
[illegible]
Bel. DOMINGOS NEVES FILHO
VILMA R. V. NEVES — Bel. VIVIANE C. NEVES — Bel. PRISCILLA M. NEVES

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, a Sra. DANIELA APARECIDA SOUZA DA SILVA-CPF:087.847.439-48, devedora fiduciante, [illegible]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
REGISTRO DE IMÓVEIS
CIDADE E COMARCA DE SERTANÓPOLIS
Bel. Pilar Alvares Gonzaga Vieira — AGENTE DELEGADA
Henriqueta Alvares Mendes — Escrevente Substituta

Edital 0001/2018 — Sertanópolis, 08 de maio de 2018

Edital. A Agente Delegada do Serviço Registral de Imóveis desta Comarca, Bel. PILAR ALVARES GONZAGA VIEIRA, nas suas atribuições legais e conforme o disposto no Artigo 26, parágrafo 4º da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que, após tentativas de Notificação Pessoal de LAÉRCIO APARECIDO DIAS, [illegible] requerida pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, [illegible]

[illegible] E, para que chegue ao conhecimento de todos e não possa ninguém alegar ignorância, vem o presente edital publicado pela imprensa e afixado no local de costume desta Serventia, na forma da lei vigente.

Bel. PILAR ALVARES GONZAGA VIEIRA
Agente Delegada do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Sertanópolis-PR

AVISO DE RESULTADO
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 08/2018

O SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte torna público a adjudicação e homologação da concorrência nº 08/2018 cujo objeto é locação de solução de impressão corporativa para atender a unidade de Londrina em favor da empresa NEXEL INFORMÁTICA LTDA - ME CNPJ: 42.906.490/0001-64, no valor total de R$ 38.940,00, no dia 22/05/2018.

Comissão De Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Mecânica de Solos e Engenharia Geotécnica para análise e avaliação de Laudo Geológico para implantação de unidades habitacionais de interesse social e áreas para regularização fundiária de interesse social em terrenos de propriedade da COHAB-LD, localizados na cidade de Londrina, Estado do Paraná. O Edital completo estará disponível e poderá ser obtido no site: [illegible]. Outras informações adicionais através do telefone (43) 3315-2268 / (43) 3315-2269. Londrina, 18 de maio de 2018. Luiz Cândido de Oliveira - Diretor Presidente

---

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Indianópolis – Estado do Paraná – torna público que se acha aberta licitação pelo Edital de Licitação, na forma de Pregão Eletrônico n.º 009/2018 cujo objeto é Aquisição de 02 (dois) automóveis com capacidade para 07 (sete) passageiros para utilização da Secretaria de Saúde. O edital completo está disponível pelo e-mail [illegible] e no site [illegible]. Informações de segunda à sexta-feira das 08h às 16h, fone (44)3674-1108.
Indianópolis-PR, 22 de maio de 2018.
PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS - Prefeito Municipal

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE LONDRINA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

[illegible]

CAROLINE FELIZ SARRAF FERRI
Agente Delegada do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Londrina

---

PRIMEIRO SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Karina Cardoso Fernandes - Agente Delegada
Tânia Regina Maia - Escrevente Substituta
AV. XV de Novembro, nº 183, Edifício Ilha Porchat, Sala 65, 6º andar, Centro - Cornélio Procópio / PR - CEP 86.300-000 / Fone: (043) 3123-9308
E-mail: [illegible]

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Tânia Regina Maia, Escrevente Substituta do Primeiro Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Cornélio Procópio - Estado do Paraná, nos termos do art. 26 § 4º da Lei nº 9.514/97, INTIMA a Sra. ELIANA QUARESMA – CPF/MF nº 019.096.779-44 e CI/RG nº 6.753.467-0 SSP/PR, a comparecer neste Primeiro Serviço de Registro de Imóveis, na Avenida XV de Novembro, 183, Sala 65, 6º andar do Edifício Ilha Porchat, centro, nesta cidade e comarca de Cornélio Procópio-Pr, entre 8:30h e 11:00h ou entre 13:00h e 17:00h nos dias úteis compreendidos de segunda-feira à sexta-feira, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da data da última publicação (3ª) deste Edital, para PAGAMENTO dos valores devidos em atraso, posicionado em 20/03/2018, no total de R$ 40.144,25 (quarenta mil, cento e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo desta intimação, nos termos do art. 26 § 1º da Lei nº 9.514/97, permanecendo válida esta intimação em relação às prestações não pagas, referentes ao Contrato de Crédito Fixo 17682 registrado sob o nº R-11 e seus Aditivos averbados sob nº AV-12 e 13 na matrícula nº 7.056, deste Serviço Registral, tendo como garantia o imóvel situado na Rua Antônio Vilas Boas, lote nº 1.555, quadra nº 124, com 420,00m2, Jardim Estoril, nesta cidade de Cornélio Procópio-Pr. fica V.Sª cientificada que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária – COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO NORTE DO PARANÁ - SICOOB NORTE DO PARANÁ – CNPJ nº 05.582.619/0001-75, nos termos do Art. 26 § 7º da Lei 9.514/97. Dado e passado nesta cidade de Cornélio Procópio (Pr) em 04/05/2.018. Escrevente Substituta Tânia Regina Maia

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2018 - PMI

O Município de Iporã-Pr torna público que fará realizar às 08:30 horas do dia 22 de junho do ano de 2...2018 na Rua Pedro Alvares Cabral, nº 2.677 em Iporã - Paraná, Brasil **CONCORRÊNCIA** sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste da (s) seguinte (s) obra (s):

Local do Objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução (dias)
Sede	Recape em CBUQ	192,92 m²	90

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial ou solicitada através do e-mail [illegible]. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou email acima mencionados. Telefone: 44-3652-8100.
Iporã-Pr, 22 de maio de 2018.
João Pedro Gea Manucha
Presidente da Comissão Especial

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

SÚMULA

Torna público que recebeu do IAP, a **Licença Prévia do Aterro de Inertes e Área de Transbordo e Triagem (ATT)**, localizado no Lote Rural Nº 25-A/5, da Parte Oeste do Perímetro B da Fazenda Britânia, na Rodovia Toledo – Ouro Verde do Oeste – PR – 317, Município de Toledo, Estado do Paraná.

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 023/2018
Procedimento Licitatório nº 044/2018

O Município de Iretama-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE IRETAMA-PR".
DATA DE ABERTURA: 05 (Cinco) de Junho de 2018, às 09:00 horas.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.
INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis no site www.iretama.pr.gov.br, também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Iretama-PR, sito à Rua Oscar Gauer Khunn nº 174 – Centro, em Iretama – Paraná, Fone: (44) 3573-1468, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.
Iretama-PR, 22 (Vinte e Dois) de Maio de 2018.
WILSON CARLOS DE ASSIS
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o inciso I do § único do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e considerando o contido no § 1º e 2º do artigo 157 Lei Orgânica do Município de Toledo.
CONVIDA a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, dia 29 de maio de 2018, às 19h00, no Auditório Arary de Oliveira, na Prefeitura Municipal, objetivando a apresentação e discussão das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2019.
GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 18 de maio de 2018.
LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE LONDRINA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

[illegible]

CAROLINE FELIZ SARRAF FERRI
Agente Delegada do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Londrina

---

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS
CIDADE E COMARCA DE SERTANÓPOLIS
Bel. Pilar Alvares Gonzaga Vieira — AGENTE DELEGADA
Henriqueta Alvares Mendes — Escrevente Substituta

Edital 0002/2018 — Sertanópolis, 08 de maio de 2018

Edital

A Agente Delegada do Serviço Registral de Imóveis desta Comarca, Bel. PILAR ALVARES GONZAGA VIEIRA, nas suas atribuições legais e conforme o disposto no Artigo 26, parágrafo 4º da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que, após tentativas de Notificação Pessoal de LUZIA GILLES DIAS, [illegible] requerida pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, [illegible]

Bel. PILAR ALVARES GONZAGA VIEIRA
Agente Delegada do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Sertanópolis-PR

MUNICÍPIO DE UMUARAMA
SEDU/PARANACIDADE - FAM
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2018 - PMU.

O MUNICÍPIO de UMUARAMA, torna público que às que redesignou a data de abertura da licitação para 14:00 horas do dia 12 de junho de 2018, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Umuarama, realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

LOTE	OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R$	PRAZO (DIAS)
1	Automóvel Hatch	05	149.950,00	60
2	Veículo Utilitário tipo Pick Up	01	45.500,00	60

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Carlos Simões Garrido Júnior, Paraná, Brasil - Telefone: (044) 3621-4141 – ramal 129 - E-mail [illegible]. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço: sala de licitações da Prefeitura Municipal de Umuarama, situada na Av. Rio Branco, 3717 - Centro Cívico, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

UMUARAMA, 22 de maio de 2018.

CARLOS SIMÕES GARRIDO JÚNIOR
PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2018 – PMU

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, torna público a quem interessar possa que, nos termos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, fará realizar em sua sede, LICITAÇÃO, na modalidade de Tomada de Preços, para contratação de empresa sob regime de empreitada global, para fornecimento de materiais elétricos (luminárias) e mão de obra de engenharia elétrica, para aprovação de projetos elétricos perante a COPEL, de iluminação pública e execução de serviços global para substituição das luminárias atuais por iluminação de LED, nos seguintes locais: Av. Brasil, trecho entre Av. Dr. Ângelo Moreira da Fonseca até a Praça Papa Paulo VI, Av. Padre José Germano Neto Júnior, trecho entre a Praça Papa Paulo VI e Praça Tamoio, Av. Padre José Germano Neto Júnior, trecho entre a Praça Paulo VI até a Av. Governador Parigot de Souza, neste Município de Umuarama – PR, conforme projetos e planilhas em anexo ao processo, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos. Os materiais substituídos por novos deverão ser entregues no Pátio Rodoviário Municipal.
ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:00 (nove horas) do dia 12 de junho de 2018.
LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Umuarama.
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – [illegible] **– Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717, mediante preenchimento da solicitação do edital.**
Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria de Administração - Divisão de Licitações e Contratos, ou pelo telefone (044) 3621 - 4141, ramal 127, no horário das 08:00 às 11:30 h. e das 13:30 às 17:30 h. de segunda à sexta-feira ou e-mail: [illegible]
UMUARAMA, 17 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM - Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI - Secretário de Administração

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2019 10:50 SOB Nº 20190078839.
PROTOCOLO: 190078839 DE 18/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11900266744. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 22/01/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação